

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**RELATÓRIO FINAL  
DOS TRABALHOS DA  
CÂMARA DE  
FORMAÇÃO  
PEDAGÓGICA**

**2017**

Márcio Alves – Presidente (Coordenador Pedagógico)

Sueli Petronília Amâncio Costa – Vice-Presidente /  
Secretária Municipal de Educação (Coordenadora  
Pedagógica)

Elizângela da Silva Acósta de Souza – Vice-Presidente  
(Coordenadora Pedagógica)

Gislaine Maria Severiano Vieira (Coordenadora  
Pedagógica)

Joana Inês Novaes (Coordenadora Pedagógica)

Oswaldo Luís Bauch (Coordenador Pedagógico)

Vanessa Garcia Sanches (Coordenadora Pedagógica)

Erika Lima Viana Correa (Diretora de Escola)

Rafael Martins Pinto (Diretor de Escola)

Vanessa Cristina Pavezi (Diretora de Escola)

Gileusa Soares da Silva Carpanezi (Professora /  
Coordenação Pedagógica Substituta)

Débora Patrícia Silva Carvalho (Professora)

Maria de Fátima Quitéria Soares Narciso (Professora)

Flávia Cristiane Moreira Gatão Torres (Supervisora de  
Ensino)

Juliana Vargas Passarini (Supervisora de Ensino)

Maria José Bacurau Figueiredo (Supervisora de Ensino)

Tatiana Pinheiro de Assis Pontes (Supervisora de  
Ensino)

Elisa Furukawa Godoi (Agente Administrativo)

Ana Claudia Faitarone (Professora NAEE – Educação  
Especial)

## SUMÁRIO

1. Introdução
2. O Contexto Legal
3. Breve histórico da Formação Continuada na Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto
  - 3.1. Proposições para os Professores das salas regulares, Coordenadores Pedagógicos, Diretores de Escola, Supervisores de Ensino e Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação
  - 3.2. Proposições da Educação Especial para os profissionais do Atendimento Educacional Especializado em consonância com Professores das salas regulares, Coordenadores Pedagógicos, Diretores de Escola, Supervisores de Ensino e Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação
4. Procedimentos metodológicos
5. Análise dos dados coletados
  - 5.1. A Concepção da Rede
  - 5.2. Educação Infantil
    - 5.2.1. Questionário Individual do Professor (documento impresso)
    - 5.2.2. Questionário Individual do Professor (sistema Demanda *Net*)
  - 5.3. Ensino Fundamental
    - 5.3.1. Questionário Individual do Professor (documento impresso)
    - 5.3.2. Questionário Individual do Professor (sistema Demanda *Net*)
  - 5.4. Especialistas
    - 5.4.1. Visão do Coordenador Pedagógico
    - 5.4.2. Visão do Diretor de Escola
    - 5.4.3. Visão do Supervisor de Ensino
  - 5.5. Profissionais da Educação Especial
    - 5.5.1. Questionário Individual do Professor (documento impresso)
    - 5.5.2. Questionário Individual do Professor (sistema Demanda *Net*)
6. Considerações Finais
7. Referências Bibliográficas
8. Anexos

## 1.) Introdução

*Há necessidade de uma reestruturação moral e intelectual na educação, com o objetivo de tornar os professores protagonistas de sua formação, devolvendo-lhe a dignidade e o controle sobre seu processo de trabalho, aumentando o seu autoconceito e seu 'status' trabalhista e social; reestruturação moral visando resgatar o compromisso dos professores com os alunos e com a sociedade; reestruturação intelectual visando à assunção de posturas críticas, para que se possa "recuperar o que uma vez se sonhou e não se alcançou e sonhar de novo" (IMBERNÓN).*

É consensual a premissa de que a formação inicial dos docentes, atualmente, não constitui base suficiente para as demandas existentes na prática educativa. Diante disso, a Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto investiu em ações de formação continuada em serviço desde o início do processo de municipalização do Ensino Fundamental, que ocorreu em 1998.

Todavia, no ano de 2017, houve uma interrupção dessas ações formativas, o que causou, segundo relatos, a insatisfação da maioria dos profissionais do magistério, uma vez que as demandas educacionais para atender a diversidade e a dificuldade que os professores encontram para colocar em prática seus conhecimentos fazem com que seja necessário um suporte aos docentes, gestores e supervisores de ensino, que demandam repensar valores e atitudes de sua própria prática pedagógica.

Desta forma, durante uma reunião de gestores, os profissionais presentes manifestaram descontentamento com a extinção do programa de formação continuada oferecido até então e destacaram a importância da retomada dessas ações para o desenvolvimento profissional, unidade da Rede e melhoria da qualidade de ensino.

Assim, surgiu a ideia da constituição de uma câmara que seria composta pelos diversos profissionais do magistério (professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escola e supervisores de ensino). Os interessados em participar se manifestaram por meio de inscrição e uma comissão selecionou os componentes que foram legitimados por meio da Portaria nº 62/2017, de

09/06/17, homologada pelo então Secretário Interino da Educação Israel Cestari Júnior. A Câmara de Formação Pedagógica teria como atribuições a promoção de estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da Rede Municipal de Ensino..

Os membros foram empossados no dia 12 de junho de 2017, data em que ocorreu também a primeira reunião, na qual foi elaborado um plano de trabalho contendo, dentre outros itens, meios de comunicação entre os membros, cronograma de reuniões e referências bibliográficas para estudo.

Na segunda reunião, ocorrida em 22 de junho de 2017, traçou-se um breve histórico do percurso de formação realizado pela Secretaria Municipal de Educação de 1998 até 2016. Também foram apresentados os principais documentos legais que garantem a oferta de formação continuada pelos sistemas de ensino e, finalmente, foi feita uma análise do perfil profissional dos ingressantes na Rede, por meio da apreciação bibliográfica dos três últimos concursos.

No dia 29 de junho de 2017, a terceira reunião destacou mais vez quais eram as atribuições da câmara, reiterou a importância de se pensar na Rede em sua totalidade e não em necessidades individuais. Foram analisados textos que versam sobre concepção de formação e experiências exitosas de outros municípios.

A quarta reunião, ocorrida no dia 05 de julho de 2017, teve como destaque os seguintes apontamentos para que se obtenha bons resultados em um programa de formação continuada: prioridade na política educacional, adesão dos professores, participação nas decisões, envolvimento de expressivo número de profissionais e de diferentes instâncias do sistema, mudança nas condições de trabalho dos professores, formação contínua e sistêmica com, no mínimo, dois anos de duração, reflexão sobre a prática dos profissionais como conteúdo de formação, movimento metodológico, *lôcus* da formação, acompanhamento pelo sistema e avaliação contínua. As discussões reforçaram a ideia de que não se pode desprezar o que foi construído sobre formação pela Rede até então e que se faz necessária a atenção aos ajustes, aos anseios e às demandas desse sistema como um todo.

No dia 27 de julho de 2017, o quinto encontro teve como foco principal a organização da reunião que se daria em mesma data com os Coordenadores

Pedagógicos no CIECC – Centro Integrado de Educação, Ciência e Cultura "Prof. Dr. Aziz Nacib Ab'Saber", considerado este o sexto encontro do grupo – no qual fora apresentado o embasamento legal que garante a formação continuada, destacando-a como um direito dos profissionais da Educação e fruto de lutas e conquistas da Rede que se constitui uma das poucas no país que remunera os docentes para tal fim, e dada orientações aos coordenadores pedagógicos quanto à aplicação de questionários, enviados às unidades escolares, cujo objetivo era reunir informações que subsidiassem os estudos para elaboração das diretrizes de formação pedagógica por meio da colaboração e participação de toda a Rede.

No sétimo encontro, ocorrido em 03 de agosto de 2017, deu-se início a elaboração de um questionário com questões objetivas que deveria ser disponibilizado no portal *Demanda Net*, trabalho que somente foi concluído na reunião seguinte. Ainda foram levantadas algumas considerações sobre a necessidade de garantia de que o futuro projeto de formação tenha continuidade e de que a câmara seja permanente com a função de acompanhamento e avaliação.

Na oitava e nona reuniões, ocorridas em 17 e 24 de agosto de 2017, respectivamente, foi feita a tabulação dos dados enviados pelas unidades escolares.

Na décima e última reunião desta etapa, os membros subdividiram-se para elaborar o documento final que seria entregue à Secretária Municipal de Educação e que apresentará o perfil dos profissionais da Rede, suas necessidades formativas, anseios e sua concepção de formação continuada, enfim, as diretrizes de formação pedagógica da Rede Municipal de ensino.

Posteriormente, durante o mês de setembro, várias reuniões de grupos foram feitas em datas alternadas para tabulação e organização das informações colhidas e nos dias 29/09 e 04/10 os membros socializaram a análise dos resultados a serem registrados neste documento. Ficou definida como data limite para entrega à secretária da versão final do documento 30/10/2017, porém como foram necessários outros encontros para os ajustes finais, a data para entrega do documento à Secretária Municipal de Educação foi adiada.

O conteúdo detalhado das reuniões fora divulgado no sistema *Demanda Net* para que toda a Rede pudesse acompanhar e contribuir durante o desenvolvimento do trabalho.

## **2.) O Contexto Legal**

Vários documentos legais construídos em âmbito nacional tratam da legitimidade da oferta de formação continuada em serviço. O termo formação continuada passou a ser amplamente discutido na década de 90 com a promulgação da Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que assegura o caráter de formação à educação como princípio de qualidade em sua prática pedagógica. No título VI – Dos profissionais da Educação, artigo 63, está claramente definida a necessidade de programas de formação continuada para os profissionais da educação nos diferentes níveis.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, em seu capítulo IV, também discorrem sobre o tema, sobretudo no artigo 59, parágrafo 1º que diz: “a valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções do professor”.

O Parecer CNE/CEB nº 9/2012, que trata da implantação da Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica aponta: “(...) O que significa, então, valorizar o professor? Em primeiro lugar, estabelecer com ele uma relação de respeito a suas necessidades como profissional e como cidadão, sempre tendo como perspectiva a qualidade do ensino. Isso passa pela sua formação inicial, com qualidade; formação continuada no local de trabalho como política estruturante de Estado para a formação permanente do professor; carreira justa e atraente; salários dignos; condições de trabalho; participação efetiva na gestão do projeto político-pedagógico de sua unidade escolar e na definição das políticas educacionais (...)”. Ainda nesse documento, encontra-se a seguinte colocação: “(...) Os conceitos de piso e de profissionais do magistério dispostos

no art. 2.º da Lei nº 11.738/2008 possuem abrangência nacional. O seu objetivo é propiciar maior isonomia profissional no país, e sua incidência se dá sobre os profissionais habilitados em nível superior ou nível médio, na modalidade Normal, atuantes nas redes públicas de Educação Básica da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”. Esse artigo fixa, também, a composição da jornada de trabalho sobre a qual se aplicará o piso salarial nacional. Três pilares da carreira profissional encontram-se contemplados nesse conceito: salário, formação e jornada.

O documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2014, afirma em seu eixo VI:

*A Valorização dos Profissionais da Educação compreende: Formação, Remuneração, Carreira e Condições de Trabalho tendo em vista o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema Nacional de Educação (SNE) como política de Estado [...].*

O Plano Nacional de Educação (2014), ao apontar como metas a melhoria da qualidade do ensino, subentende que a formação/capacitação dos profissionais da educação é princípio fundamental para que se atinja tal objetivo, afirmando que, de modo geral, fomentar a qualidade da educação básica implica enfrentar a desigualdade social existente no país e assegurar a educação como um dos direitos humanos. Implica também melhor definição e articulação entre os sistemas de ensino e unidades escolares, processos de organização e gestão do trabalho escolar, melhoria das condições de trabalho e valorização, formação e desenvolvimento profissional de todos aqueles que atuam na educação.

O mesmo princípio é encontrado no Plano Municipal de Educação (2015) que apresenta como estratégia para atingir a meta 7, que é fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica Pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à

ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), em seu artigo 60, indica que 60% de seus recursos sejam destinados à remuneração do magistério, sendo que os 40% restantes deverão ser aplicados em ações variadas o que inclui a formação (inicial e continuada) dos professores e a capacitação de pessoal técnico-administrativo.

Ainda como parte de estudo dessa Câmara estão contemplados os aspectos relacionados à Educação Especial que se respalda na Constituição Federal de 1988, na qual já sugeria a implementação de uma educação inclusiva no Brasil. Diversos marcos legais foram organizados em favorecimento da educação inclusiva: Declaração de Salamanca (1994) – demanda que os governos atribuam prioridade política e financeira para aprimorar os “sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais”, que “adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma”; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 (1996) – no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; entre outros.

Tal direcionamento é referendado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010), Parecer CNE/CEB Nº 7/2010 que diz:

*A Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar. Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, [...]. Os sistemas e as escolas devem proporcionar condições para que o professor da classe comum possa explorar e estimular as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do AEE identifique habilidades e necessidades dos estudantes, organize e oriente sobre os*

*serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes. Na organização desta modalidade, os sistemas de ensino devem observar as seguintes orientações fundamentais: I – o pleno acesso e efetiva participação dos estudantes no ensino regular; II – a oferta do atendimento educacional especializado (AEE); III – a formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas; IV – a participação da comunidade; V – a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes; VI – a articulação das políticas públicas intersetoriais.*

Enfim, muitos outros documentos poderiam aqui ser citados; o inegável é que a formação continuada do profissional da educação é identificada como uma das estratégias mais importantes para o desenvolvimento da política educacional, articuladas às condições de trabalho, salário e carreira profissional, entendidas como meios para aperfeiçoar a tarefa pedagógica e promover a melhoria da qualidade do ensino.

### **3.) Breve histórico da Formação Continuada na Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto**

#### **3.1.) Proposições para os Professores das salas regulares, Coordenadores Pedagógicos, Diretores de Escola, Supervisores de Ensino e Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação**

Segundo Alvarado-Prada (2008), a formação como processo de aprendizagem requer compreender as múltiplas relações dos diversos conhecimentos nas dimensões ideológicas, políticas, sociais, epistemológicas, filosóficas e/ou da área específica do conhecimento que se quer aprender. Isso acontece quando, conscientemente, incorporam-se ou não ao desenvolvimento individual e coletivo esses conhecimentos e as relações que os constituem. A incorporação dessas relações depende de fatores históricos de cada pessoa, de fatores sociais, cujas interações acontecem nos diversos contextos da cultura

humana, das teceduras dessas relações de que cada pessoa e os coletivos fazem parte.

Por isso, para que se pense a formação continuada como política pública, faz-se necessário que todo o processo formativo desenvolvido até então seja levado em consideração com análise dos pontos positivos e negativos. Não se pode desprezar o que foi construído, até porque o percurso desses procedimentos constitui-se em subsídio importante para elaboração de novas ações que culminem em resultados efetivos e satisfatórios.

Em 1998, teve início o processo de municipalização do Ensino Fundamental em São José do Rio Preto. Já no ano seguinte, desenvolveu-se o Projeto Prometheus, o qual ofereceu aos profissionais da Rede uma série de palestras e cursos de pequena duração sobre diversos temas educacionais.

Em 2000, em decorrência do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é criado pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC) o PROFA (Programa de Formação de Professores Alfabetizadores) e em 2001, o município adere ao programa, do qual os professores do Ensino Fundamental poderiam participar por adesão. Tratava-se de um programa voltado para professores alfabetizadores, a ser desenvolvido a partir do estabelecimento de convênios com secretarias de Educação e organizações já participantes do programa Parâmetros em Ação, com a alfabetização de 1ª a 4ª séries (nomenclatura utilizada na época) já implantada, além de universidades, cujo objetivo era oferecer novas técnicas de alfabetização, originadas em estudos realizados por uma rede de educadores de vários países. Essa parceria perdurou até o ano de 2004, sendo que neste último ano passou a ser também oferecido para os Coordenadores Pedagógicos.

De 2005 a 2008 firmou-se uma parceria com o Instituto Ayrton Sena e teve início a formação de gestores e técnicos de secretaria. O Programa Escola Campeã tinha como proposta contemplar o aprimoramento da qualidade de ensino, a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e o consequente aumento da equidade social. As ações do programa almejavam a melhoria, na escola, dos indicadores de eficiência (evasão e repetência, por exemplo) e, conseqüentemente, do desempenho dos alunos.

Paralelamente a essa ação, nos anos de 2005 e 2006 ocorreu formação do Coordenador Pedagógico, sob a responsabilidade da professora Doutora

Maria Antônia Granville, então titular de cargo do Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (UNESP), na área de Língua Portuguesa.

Em 2008, é criado pela Secretaria Municipal de Educação o Programa de Apoio Pedagógico e Formação Continuada de Docentes (PEB II) dos Ciclos III e IV do Ensino Fundamental e da EJA da Rede Municipal de Ensino, regulamentado pela resolução SME nº 03/2008.

Durante o ano de 2009 houve adesão ao Programa Ler e Escrever em parceria com o Governo do Estado, um conjunto de linhas de ações articuladas que incluía formação, acompanhamento, elaboração, distribuição de materiais pedagógicos, diagnósticos e outros subsídios. Foi também produzido um material às turmas de 1º ano para a Rede. Desta forma, teve início a preparação de uma equipe de formação.

Nesse mesmo ano, instituiu-se uma parceria com o Instituto Avisa lá e dez escolas da Rede Municipal participaram e desenvolveram o projeto “Percurso Criador da Criança no Desenho e na Pintura”. Em relação às escolas que atendiam a faixa etária de 3 a 5 anos, foram oferecidas reuniões mensais para coordenadores pedagógicos e cursos e palestras para professores.

Em 2010, houve processo seletivo para contratação de formadores para atuarem na equipe técnica pedagógica e docentes formadores que atuavam na sala de aula regular e recebiam uma carga suplementar para atuarem na formação junto aos demais professores da Rede. Nesse processo iniciou-se a formação dos professores com encontros mensais em horário de trabalho pedagógico – PPM (Preparo de Material).

Em 2011, além das formações do Programa Ler e Escrever, foi oferecido o curso denominado “Encontros Matemáticos”, inicialmente para os professores que atuavam no ciclo II, sendo as vagas remanescentes oferecidas aos professores do ciclo I do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 horas e certificação. Houve adesão de 120 professores e, concomitantemente, os Coordenadores Pedagógicos participavam de encontros que tinham como objetivo a construção de uma proposta sobre expectativas de aprendizagem na área de Matemática.

Ainda em 2011, é realizada a alteração das Leis Municipais nº 138/01 e nº 333/11, que tratam do Estatuto do Magistério, Plano de Carreira, Vencimentos

e Salários do Magistério Público Municipal por meio da promulgação da Lei Complementar nº 340/11, que garante afastamentos e gratificações sem prejuízos dos vencimentos e das demais vantagens do cargo ou emprego aos docentes e especialistas designados para atuarem junto aos Departamentos ou Unidades da Secretaria Municipal da Educação em funções de natureza técnica, relativas ao desenvolvimento de estudos, planejamento, pesquisas, supervisão, administração escolar, orientação curricular, capacitação e formação continuada de docentes e especialistas, assessoramento e assistência técnica, com cumprimento de jornada de até 40 (quarenta) horas semanais. Também o artigo 4º dessa publicação diz que serão denominados Professores Formadores/Capacitadores os Docentes e Especialistas de Educação designados para atuar no Departamento de Capacitação para formação continuada e capacitação de docentes e especialistas." (NR)

O desenvolvimento das atividades do material do Programa Ler e Escrever continuaram em 2012 e ainda nesse ano o Projeto Trilhas, voltado à formação de professores que trabalhavam com crianças em fase de alfabetização e desejavam aproximar a literatura das práticas de sala de aula, foi oferecido aos professores dos 1º anos do Ensino Fundamental e aos Coordenadores Pedagógicos.

Nos anos de 2013 a 2016 a formação continuou sendo oferecida a todos os professores da Rede do ciclo I e II do Ensino Fundamental I em Língua Portuguesa e Matemática com professores formadores capacitadores, que foram designados a partir de processo seletivo.

Em 2015, ocorreram vários encontros com Coordenadores Pedagógicos com temas escolhidos pelos próprios profissionais participantes coordenados pela equipe de formação. Já em 2016, os temas discutidos eram os mesmos tratados com os docentes durante a formação. Ainda nesses anos, ocorreram visitas "*in loco*", por escolas e setores, com acompanhamento e suporte pedagógico junto aos Coordenadores Pedagógicos.

As ações para a Educação Infantil foram ampliadas no decorrer dos anos possibilitando formação continuada aos professores e gestores de escolas da Rede que contemplavam berçário e maternal I, além de abarcarem os profissionais que atuavam com maternal II, 1ª e 2ª etapa que desde 2009 participavam desse processo formativo. Até 2016, as formações contemplaram

conteúdos de Artes, Cantos de Atividades Diversificadas, Práticas de Leitura e Escrita, Matemática, O Cuidar e Educar, Organização dos Espaços e Rotinas na Escola.

De 2010 a 2014, ocorreram encontros de formação do trio gestor, envolvendo coordenadores pedagógicos, diretores de escola e supervisores de ensino, visando ao desenvolvimento de um trabalho em conjunto e bem realizado que levasse as escolas da Rede a bons resultados. Paralelamente em 2010, foram oferecidos orientação e acompanhamento técnico pedagógico aos diretores e coordenadores da Educação Infantil.

De 2012 a 2014, o programa ALGAR EDUCA voltou-se para a formação de Técnicos de Secretaria, Supervisores de Ensino, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos e Professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental dos ciclos III e IV. O Grupo Algar investia em programas sociais voltados à comunidade, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Em 2014, ocorreu uma reestruturação da formação para professores de Educação Básica II do Ensino Fundamental e EJA com a criação do CEFOR (Centro de Formação Continuada de Docentes), regulamentada pela resolução SME nº15/2014.

De 2013 a 2016, houve adesão ao ADE (Arranjo de Desenvolvimento da Educação) que constitui um modelo de parceria envolvendo gestores públicos, sociedade civil, empresas e ONGs, no intuito de implantar e estimular políticas públicas efetivas da área educacional. O objetivo principal era apoiar os profissionais da Educação no desenvolvimento de conhecimentos e práticas que resultem na oferta de uma educação pública de qualidade, com foco no aprimoramento contínuo dos processos de ensino, gestão em rede e participação comunitária.

De 2010 a 2016, também foram ministrados cursos de formação em Educação Ambiental, Educação para o Trânsito, Cultura Afro Brasileira e Educação Musical.

Em 2014 e 2015 houve produção de material pela equipe de formadores, a partir dos estudos realizados nos encontros de formação, definidos como módulos de orientações.

Em 2014 também houve início do Projeto “Comunidades de Aprendizagem” em parceria com o Instituto Natura, sendo que em 2015 implanta-se as adesões das escolas. Esse projeto é baseado em um conjunto de “atuações educativas de êxito” que favorecem e envolvem a participação da comunidade para a superação das desigualdades e transformação social e educacional.

Nos anos de 2013 a 2016 houve adesão ao PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Trata-se de um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. As formações versaram sobre leitura, escrita, alfabetização, letramento, matemática, interdisciplinaridade, interação de saberes, projetos, modalidades organizativas, ciências humanas e da natureza, artes, educação inclusiva, gestão, avaliações externas – habilidades e competências, entre outros.

De 2008 a 2016 vários cursos de formação EAD (Educação a distância) foram oferecidos em parceria com universidades públicas, como, por exemplo, a formação de Diretores e Coordenadores Pedagógicos ministrada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por adesão. Na SME concentra-se um polo da Universidade Aberta do Brasil.

### **3.2.) Proposições da Educação Especial para os profissionais do Atendimento Educacional Especializado em consonância com Professores das salas regulares, Coordenadores Pedagógicos, Diretores de Escola, Supervisores de Ensino e Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação**

Ainda rememorando o percurso de formação da Rede Municipal, agora com olhar específico aos trabalhos realizados frente à Educação Especial, é importante elucidar que desde a criação do Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado (NAPES) em 2002, com as diversas reorganizações pertinentes a essa demanda, com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e reestruturação e regulamentação dos Núcleos de Atendimento Educacional Especializado

(NAEE) até os dias atuais, os profissionais da área de atuação sempre estiveram envolvidos em formações internas e externas, em Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) nas escolas, na Secretaria Municipal de Educação com estudos, orientações e encaminhamentos de estudo de casos, tertúlias pedagógicas dialógicas, debates e reflexões, além de terem oportunidade de participação em outros cursos e programas.

Desde 2003 acontece o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que dá apoio à formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

De 2004 a 2012 foram realizados cursos de LIBRAS (do Básico ao Avançado) – com possibilidade de participação de qualquer profissional da educação por meio de inscrição prévia dentro do limite de vagas.

A partir de 2005 até 2016, em parceria com o Instituto dos Cegos, aconteceram cursos sobre BRAILLE, também ofertados aos diferentes profissionais da educação, prioritariamente aos professores, respeitando-se o limite de vagas e inscrição prévia.

Em 2012, aconteceu o Curso de Difusão de Conhecimento “Crianças com capacidade acima da média: Como são? Como identificá-las?” – oferecido pelo Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho da UNESP em Assis, São Paulo em parceria com a SME (Gerência de Educação Especial e Centro de Desenvolvimento do Potencial e Talento) – com participação de professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escola.

Em 2013, ocorreram grupos de estudos em “Mediação Escolar” – parceria com a Vara da Infância e Juventude da Comarca de São José do Rio Preto, São Paulo.

Nos anos de 2012 a 2017, foram realizados encontros com estagiários que atuam nas escolas acompanhando crianças com necessidades educacionais especiais com a intenção de orientá-los sobre a Educação Inclusiva e algumas especificidades.

De 2011 a 2015, houve participação na Reatch, em São Paulo, para conhecer as novidades nas tecnologias assistivas para deficientes, oferecido a parte do grupo de professores do NAEE através de sorteios.

Em 2017, a Gerência de Educação Especial constituída ao longo desses anos, continua como responsável pela organização da formação continuada em

serviço dos profissionais que atuam nesse setor, já que existem especificidades organizacionais e financeiras muito próprias e que requerem dessa gerência um acompanhamento “*in loco*” e formativo dos sujeitos envolvidos nesse fazer educativo.

#### **4.) Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa realizada junto às unidades escolares é de ordem qualitativa e foi efetivada em duas etapas: primeiramente, foram encaminhadas às escolas questões abertas a serem discutidas coletivamente e outras para serem respondidas individualmente. A questão coletiva, além de provocar reflexão do grupo, tinha como objetivo principal identificar qual a concepção da Rede Municipal de ensino sobre formação continuada. Já as questões individuais buscavam colher dados para conhecer o perfil profissional dos professores da Rede, bem como suas necessidades formativas. Um questionário semelhante foi aplicado junto aos especialistas da educação: coordenadores pedagógicos, diretores de escola e supervisores de ensino, que também deveriam apontar suas necessidades formativas, bem como aquelas consideradas por ele em relação a seu grupo.

Posteriormente, foi disponibilizado no sistema *on line* Demanda Net um novo questionário priorizando especificar pontualmente frequência, os temas/assuntos e conteúdos metodológicos apontados como necessidades da Rede e colher dados para elaboração de um desenho que ao menos se aproxime do desejo dos profissionais participantes.

## **5.) Análise dos dados coletados**

### **5.1.) A concepção da Rede**

*(...) formar o professor na mudança e para a mudança por meio do desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, e abrir caminho para uma verdadeira autonomia profissional compartilhada, já que a profissão docente deve compartilhar o conhecimento com o contexto. Isso implica uma mudança no posicionamento e nas relações com os profissionais, já que isolados eles se tornam mais vulneráveis ao entorno político, econômico e social (IMBERNÓN, 2000, p.15).*

A discussão sobre a formação continuada do professor e demais profissionais da educação tem sido de grande importância para que se reflita sobre a prática pedagógica como um processo dinâmico que precisa ser constantemente revisto e analisado. Foi com esse propósito que essa Câmara encaminhou às unidades escolares uma questão expositiva para que se discutisse, desvinculados de preceitos teóricos, qual a concepção de formação continuada em serviço que os profissionais de cada unidade escolar têm.

Após leitura e análise de um total de 107 textos coletados, os principais apontamentos estão descritos a seguir:

Gráfico 1 – Apontamentos sobre a Concepção de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto



Como podemos observar por meio dos dados descritos no Gráfico 1, grande parte dos profissionais considerou relevantes ações formativas que promovam a interação e a troca de experiências, que permitam atender

problemas da sala de aula, mediante debates e discussões; demonstram preferência por ações cujas metodologias sejam dinâmicas, possibilitando sua participação.

Ainda é possível constatar que eles buscam na formação continuada aquilo que não tiveram em sua formação inicial, ou seja, procuram preencher suas lacunas formativas para melhoria do fazer docente.

Em geral, os professores justificam suas preferências pelas ações enunciadas mostrando seus interesses de crescimento profissional, por acreditarem que estas ajudam a fundamentar, analisar e aprimorar a prática educativa, além de acrescentar conhecimentos e propiciar o repensar do fazer pedagógico.

Muitos ainda destacaram a importância de se considerar o percurso de cada profissional, tempo de docência no seguimento em que está atuando, bem como propositura de ações que sejam realmente possíveis de execução, considerando os recursos materiais das unidades escolares. Segundo eles, o saber da experiência deve partir da atividade cotidiana do professor e do conhecimento dessa realidade, sendo por ela validados. Desse modo, não se pode ignorar os saberes que os professores adquirem por meio de sua vivência individual e coletiva. Tardif (2002, p.261) diz que “ainda hoje, a maioria dos professores aprende a trabalhar na prática, às apalpadelas, por tentativa e erro”. Assim, não se pode deixar de valorizar os saberes da experiência e da prática do professor, pois é levando em consideração esses saberes que outros serão construídos.

Um número expressivo de respostas ainda destacou a importância de conceber a formação como algo necessário para que de fato se realize um trabalho em rede, por meio de linhas que definam e regulem um caminho a ser seguido, ou seja, diretrizes para se estabelecer um plano de ação.

Abaixo, descrevemos na íntegra o texto elaborado com as contribuições do grupo de supervisores de ensino, que retrata de forma objetiva e resumitiva a concepção apresentada pela maioria dos profissionais da Rede Municipal:

*A concepção de formação deve estar relacionada com a concepção de educação, no caso uma educação emancipadora. É um processo permanente de desenvolvimento profissional que*

*ocorre como uma complementação da formação inicial, por meio da articulação entre teoria e prática, ensino e pesquisa, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e as diretrizes da SME.*

*Existem várias instâncias de Formação Continuada. Pode ocorrer dentro e/ou fora do ambiente escolar e deve ser propiciada pelo Sistema de Ensino, levando em consideração o sujeito (indivíduo) e o Sistema (rede), uma vez que é garantida por lei.*

*Dentro dessas instâncias, é necessário levar em consideração o percurso profissional dos envolvidos no magistério e permitir que o professor seja sujeito de sua formação. Além disso, assegurar o atendimento às demandas específicas locais, abordando questões significativas para educadores, pautando-se em relações dialógicas e centradas nos contextos escolares, conforme cada Proposta Pedagógica.*

*Nessa perspectiva, é de fundamental importância que o trabalho seja desenvolvido com acompanhamento e avaliação (diagnóstica e formativa). Por fim, acrescentamos que a formação continuada deve abranger todos os profissionais da educação.*

Ainda por meio da leitura dos textos construídos nas unidades escolares é possível inferir que se faz necessário que o professor seja permanente pesquisador de sua prática e não somente transmissor de conhecimento. Dessa forma, a busca pela formação continuada deve ser consolidada pela investigação e reflexão na prática e sobre a prática, ocorrendo por meio da socialização profissional e do autodesenvolvimento; formação que deve ser realizada considerando o caráter coletivo de construção da identidade profissional docente.

## **5.2.) Educação Infantil**

Nos últimos anos, a Educação Infantil da Rede Municipal de São José do Rio Preto, ampliou em 56% o seu número de unidades devido a vários fatores: inauguração de novas escolas, finalização de convênios com entidades, criação de extensões nas unidades já existentes e abertura de salas de pré-escola em

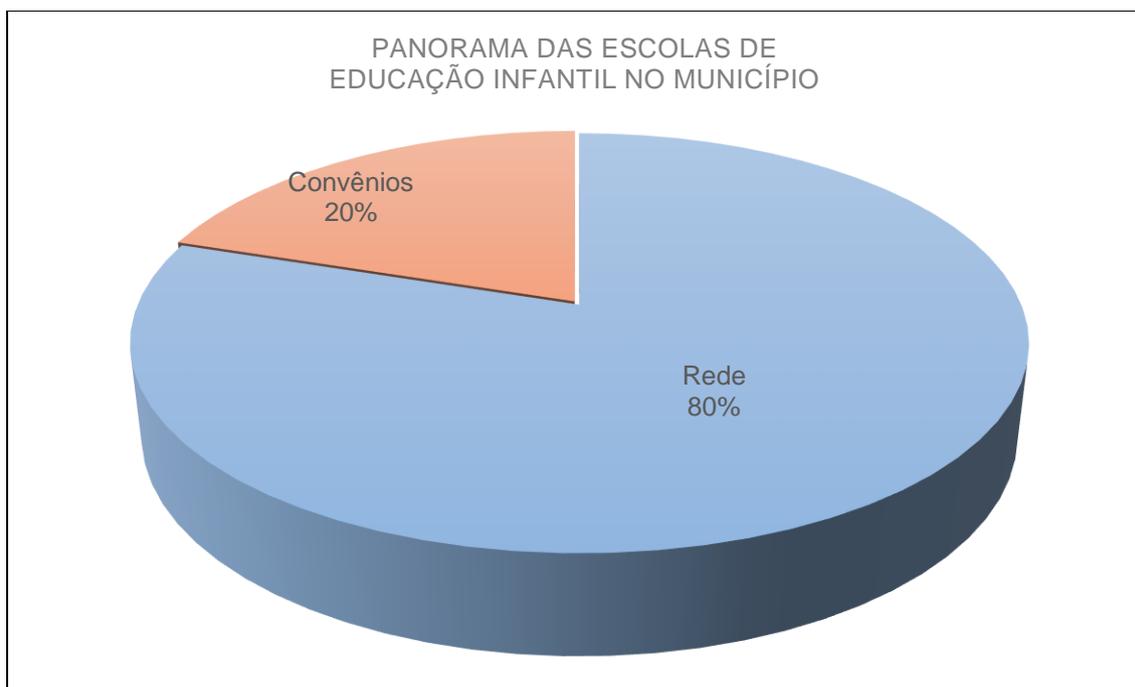
prédios que atendem o Ensino Fundamental. Para 2018, estão previstas novas inaugurações e outras incorporações de creches devido a finalização de convênios e necessidades de acesso.

A Educação Infantil da Rede Municipal oferece atendimento de creche e pré-escola, em períodos parcial ou integral. É composta por 76 escolas municipais com 8 extensões. Temos unidades que atendem exclusivamente o público de 0 a 3 anos (creche), unidades que atendem crianças de 4 a 5 anos (pré-escola) e escolas que atendem aos dois segmentos. Outra característica da Rede é termos o funcionamento de 7 escolas que atendem a Educação Infantil (pré-escola) e o Ensino Fundamental.

Quanto às escolas de Educação Infantil administradas por convênios, contamos com 19 escolas com 2 extensões. O convênio é uma estratégia presente em muitos municípios para garantir a oferta da Educação Infantil. Tal estratégia pressupõe que as duas partes, Poder Público e instituição, possuem interesses comuns – atendimento educacional à criança – e prestam mútua colaboração para atingir seus objetivos.

Segue abaixo um panorama das escolas da Rede Municipal e das escolas conveniadas:

Gráfico 2 – Panorama das Escolas de Educação Infantil no Município



### 5.2.1.) Questionário Individual do Professor (documento impresso)

A partir da análise do questionário impresso disponibilizado aos professores da Educação Infantil das escolas conveniadas e da Rede Municipal foi possível tecer algumas considerações sobre o perfil profissional (experiência e formação), a formação continuada (investimento pessoal) e as necessidades formativas.

Conforme o quadro abaixo observa-se o número de professores que responderam ao questionário:

Quadro 1 – Quantidade de professores da Educação Infantil que responderam ao questionário

<b>QUANTIDADE DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO</b>		
<b>Escolas / Modalidades</b>	<b>Escolas Conveniadas de Educação Infantil</b>	<b>Escolas Municipais de Educação Infantil</b>
Professores efetivos	---	747
Professores contratados	341	314
<b>Total</b>	<b>341</b>	<b>1.061</b>

As escolas, que no município funcionam por meio de convênios, possuem um percurso formativo diferente das unidades da Rede Municipal, devido as especificidades organizacionais (pedagógicas e administrativas). Desta forma, os dados coletados foram analisados separadamente das escolas municipais.

Foi possível levantar informações sobre a experiência na docência dos professores da Educação Infantil. No quadro a seguir, estão organizados os números frente aos professores que atuam nas escolas conveniadas e escolas da Rede Municipal.

Quadro 2 – Experiência na Docência – Educação Infantil – Escolas Conveniadas

<b>EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA – EDUCAÇÃO INFANTIL – ESCOLAS CONVENIADAS</b>				
	<b>Menos de 5 anos</b>	<b>De 5 a 10 anos</b>	<b>De 10 a 20 anos</b>	<b>Mais de 20 anos</b>
No Magistério	38	63	54	04
Na Rede Municipal	32	18	14	01
Na Educação Infantil	51	83	85	04
No Ensino Fundamental I	13	02	01	00
No Ensino Fundamental II	02	01	00	00

Foram estabelecidos alguns intervalos de tempo para fazer esses apontamentos: menos de 5 anos, de 5 a 10 anos, de 10 a 20 anos, mais de 20 anos. Houve uma dificuldade de interpretação desses dados, pois muitos professores deixaram em branco ou não entenderam que tempo no magistério se refere a toda sua carreira. No entanto, percebe-se, através dos dados, que a maioria dos professores que atua nas escolas conveniadas apontou que seu tempo maior de experiência se deu na Educação Infantil, com 25% dos professores possuindo de 10 a 20 anos de experiência. Muito próxima a essa porcentagem, 24%, estão os professores com tempo de experiência na Educação Infantil de 5 a 10 anos, e 15% atuam nessa etapa de ensino menos de 5 anos.

Quadro 3 – Experiência na Docência – Educação Infantil – Escolas Municipais

<b>EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA – EDUCAÇÃO INFANTIL – ESCOLAS MUNICIPAIS</b>				
	<b>Menos de 5 anos</b>	<b>De 5 a 10 anos</b>	<b>De 10 a 20 anos</b>	<b>Mais de 20 anos</b>
No Magistério	237	368	306	139
Na Rede Municipal	445	302	127	72
Na Educação Infantil	396	346	231	66
No Ensino Fundamental I	429	103	46	06
No Ensino Fundamental II	172	22	06	02

A maioria dos professores que atua nas escolas municipais apontou quanto ao tempo de experiência que 37% possuem menos de 5 anos de experiência na Educação Infantil. Acredita-se que isso se deu por conta de que nos últimos anos houve um acréscimo de escolas municipais demandando novas contratações. Vale ressaltar que os últimos concursos foram ofertados com carga horária semanal de 40 horas e, como o período integral concentra-se na Educação Infantil, grande parte desses professores atua nessa modalidade. Outra parcela considerável foi a dos professores que estão na faixa de 5 a 10 anos de experiência com 33%. De 10 a 20 anos de experiência apontaram 22% dos professores e 6% atuam na Educação Infantil há mais de 20 anos.

No campo da formação acadêmica observa-se:

Quadro 4 – Formação Acadêmica – Educação Infantil

<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA – EDUCAÇÃO INFANTIL</b>				
	<b>Magistério</b>	<b>Pedagogia (*)</b>	<b>Licenciaturas</b>	<b>Bacharelados</b>
Escolas Conveniadas de Educação Infantil	78	219	07	10
Escolas Municipais de Educação Infantil	464	996	134	44
<b>TOTAL</b>	<b>542</b>	<b>1.215</b>	<b>141</b>	<b>54</b>

(\*) Pedagogia com e/ou sem magistério.

Como visto acima, na rede conveniada, 64% dos professores possuem licenciatura em Pedagogia, e 23% apontaram para o curso do magistério. Outras graduações relacionadas e não relacionadas à educação também apareceram nos questionários de forma bem ínfima.

Nas escolas da Rede Municipal essa tendência também é apontada, pois 94% dos professores possuem licenciatura em Pedagogia, 44% possuem o curso de magistério, 13% possuem outras licenciaturas e 5% bacharelados.

Além de graduação, os professores da Educação Infantil também buscaram ampliação de conhecimentos através de cursos de especialização, como é explicitado a seguir:

Quadro 5 – Especialização – Educação Infantil

<b>ESPECIALIZAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL</b>			
<b>Escolas / Modalidades</b>	<b>Especialização Lato Sensu</b>	<b>Especialização Stricto Sensu (Mestrado)</b>	<b>Especialização Stricto Sensu (Doutorado)</b>
Escolas Conveniadas de Educação Infantil	165	00	00
Escolas Municipais de Educação Infantil	735	04	00
<b>TOTAL</b>	<b>900</b>	<b>04</b>	<b>00</b>

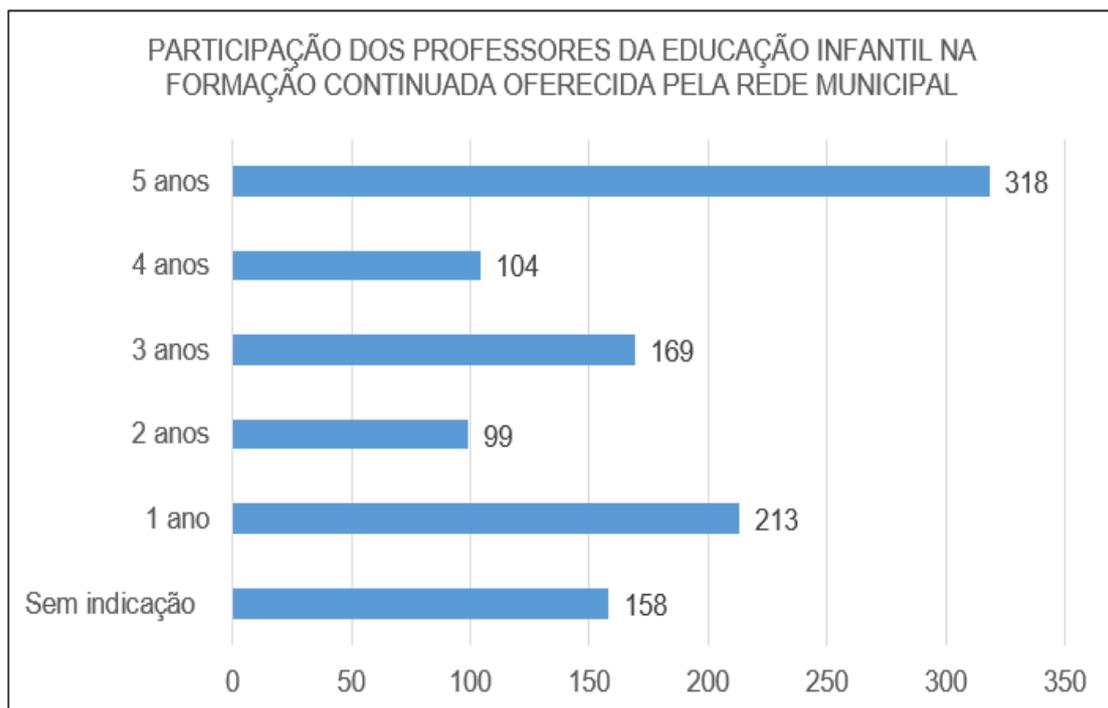
No que tange à especialização, nas escolas conveniadas, 165 apontamentos surgiram cujas temáticas versavam sobre Educação Infantil, Educação Especial, Gestão Escolar, Ludicidade, Neuropedagogia, dentre outros. Nenhum profissional apontou mestrado e doutorado. Em relação a cursos de aperfeiçoamento, mais especificamente ao PROFA/Letra e Vida, os questionários apontaram que nenhum professor desse segmento realizou esse

curso que fora oferecido pela Rede como descrito no item “Breve histórico do percurso de formação da Rede Municipal”.

Referente aos professores da Rede Municipal, ocorreram 735 apontamentos sobre cursos de especialização. Alguns professores apontaram mais de uma especialização. As temáticas mais citadas foram: Alfabetização e Letramento, Educação Especial / Libras / Braille / Educação Inclusiva / Inclusão, Psicopedagogia. Foram elencados 4 apontamentos em especialização Stricto Sensu “Mestrado” e não houve apontamentos em Doutorado. Foi possível observar que 227 professores cursaram o PROFA/Letra e Vida – curso de aperfeiçoamento.

O questionário também colheu informações sobre a participação dos professores da Educação Infantil nas formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação ao longo dos anos. No gráfico a seguir estão contemplados apenas os apontamentos dos professores de Educação Infantil da Rede Municipal, já que os professores das escolas conveniadas não eram contemplados com tal ação.

Gráfico 3 – Participação dos professores da Educação Infantil na formação continuada oferecida pela Rede Municipal



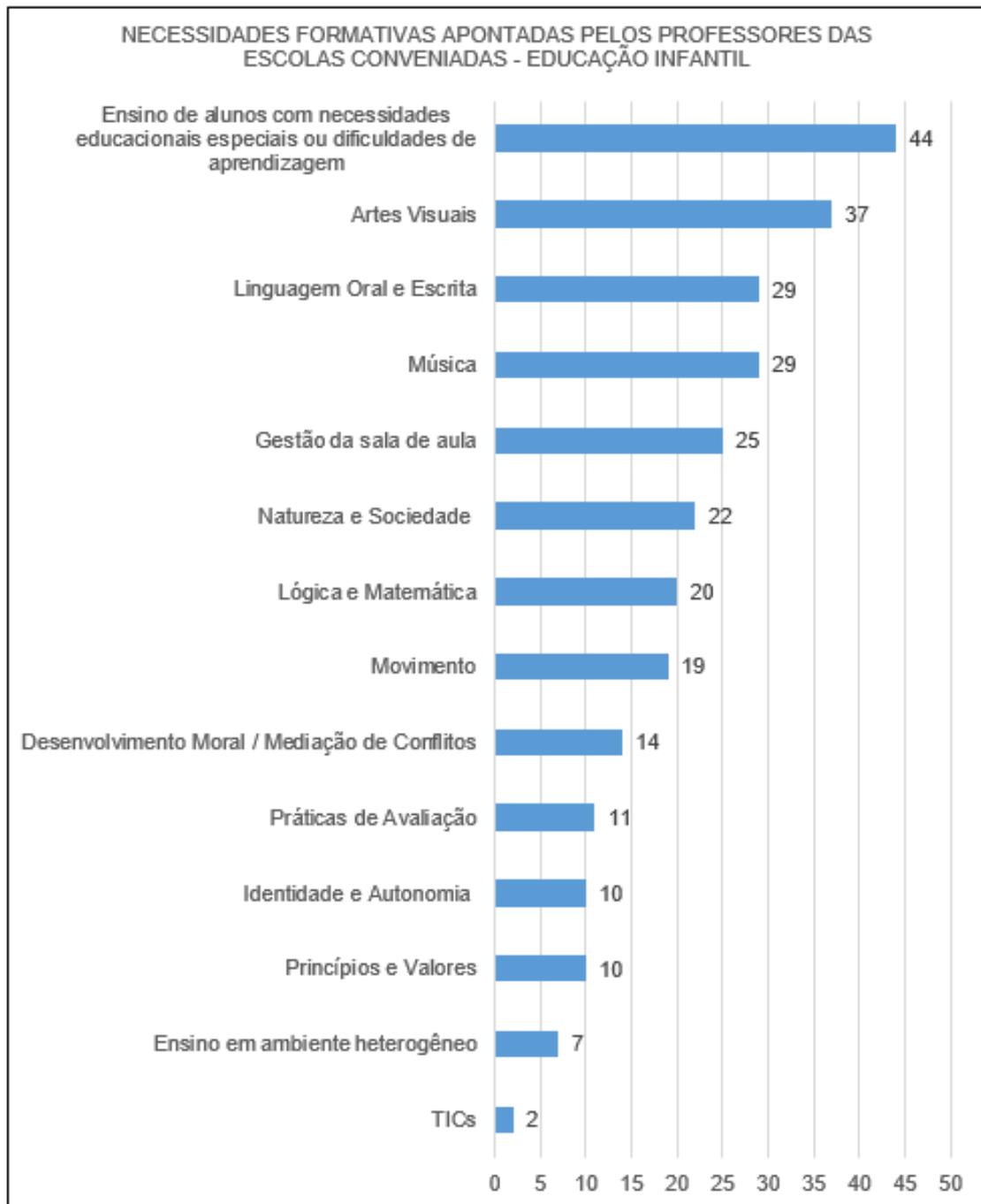
Nota-se que 30% dos professores participaram por cinco anos ou mais da formação oferecida pela SME. Em contrapartida, observamos que uma porcentagem considerável de professores, 20%, participou apenas por um ano. Temos ainda 10% dos apontamentos voltados para o tempo de 4 anos, 16% para o tempo de 3 anos, 9% encontram-se no campo de 2 anos de formação e 15% dos professores não apontaram seu tempo de formação.

A pesquisa não fez o levantamento sobre a etapa de ensino em que se deu essa formação e nem quais temáticas abordadas. Percebe-se que essa informação traria mais subsídios para reflexão, mas o pouco tempo disponibilizado para os estudos da Câmara em conjunto com as muitas demandas de trabalho, impossibilitaram que essa proposta se ampliasse.

No questionário, também foram explicitadas as formações continuadas realizadas pelos professores através de investimento pessoal nos últimos cinco anos. Tanto nas escolas conveniadas quanto nas escolas da Rede Municipal, observa-se que dentre as modalidades apontadas apareceram cursos de extensão, aperfeiçoamento, seminários e palestras, que versaram sobre uma gama de variedades, desde legislação, teorias e práticas pedagógicas à educação financeira.

Os professores foram convidados a refletir sobre suas necessidades formativas, os gráficos a seguir apontam as respostas apresentadas por eles:

Gráfico 4 – Necessidades formativas apontadas pelos professores das escolas conveniadas –  
Educação Infantil



Dentre os professores da Educação Infantil da rede conveniada foram elencados 279 apontamentos para suas necessidades formativas, dos quais destacam-se os relacionados ao “Ensino de alunos com necessidades educacionais especiais e/ou dificuldades de aprendizagem” com 13%; “Artes

Visuais” como a segunda maior necessidade com 11%; “Música” e “Linguagem Oral e Escrita” em terceira colocação com 8,5% de apontamentos.

Ao analisar a necessidade formativa mais apontada “Ensino de alunos com necessidades educacionais especiais e/ou dificuldades de aprendizagem” (13%), e agrupá-la com o apontamento feito sobre “Ensino em um ambiente heterogêneo” (2%), o percentual sobe para 15%. O número de alunos com necessidades educacionais especiais cadastrados no sistema *Demanda Net* representa 0,003%, ou seja, 13 alunos em um total de 3303, demonstra que essa não é a grande demanda da Educação Infantil considerando o próprio desenvolvimento das crianças, as proposições curriculares e o processo educativo. Mas também se compreende que hoje os desafios da sala de aula são enormes, e que um aluno com maior dificuldade, sem os devidos acompanhamentos e sem condições de trabalho adequado aos professores, terá sua aprendizagem prejudicada o que causará muitas frustrações. Esses apontamentos nos levam aos seguintes questionamentos: O que é dificuldade de aprendizagem na Educação Infantil? Quais parâmetros, indicadores estão sendo utilizados pelos professores para esse apontamento? Será que não é algo relativo aos diferentes ritmos de desenvolvimento infantil e ao sincretismo do pensamento da criança? Será que uma formação voltada para o estudo do desenvolvimento infantil e os princípios gerais sobre as abordagens nos manejos de comportamentos das crianças possa ser uma possibilidade que vá ao encontro dessa demanda? O que significa realmente educação para todos? Em que implicaria, na realidade, a igualdade de oportunidades? Quais as demandas e necessidades que emergem no processo de aprendizagem? Como a escola tem se organizado para responder a essas demandas e necessidades? Como se dá a prática pedagógica para a diversidade?

Na Educação Infantil, a escola deve elaborar um Projeto Político Pedagógico que ultrapasse a visão assistencialista de educação compensatória. Essa superação depende que as unidades escolares integrem o cuidado e valorizem a educação como forma de socialização, autonomia moral, desenvolvimento de competências e participação na vida cultural da comunidade. A transformação desses conceitos é que se constituem, na realidade, o grande desafio para elaboração e efetivação do Projeto Político Pedagógico na Educação Infantil.

Artes Visuais com 11% de indicações foi a segunda necessidade formativa mais apontada. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil afirma que:

*Tal como a música, as Artes Visuais são linguagens e, portanto, uma das formas importantes de expressão e comunicação humanas, o que, por si só, justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na educação infantil, particularmente (BRASIL, 1998, p.85).*

Diante da importância dessa linguagem e preocupação apresentada pelos professores para articulação desse eixo, compreende-se que há alguma lacuna frente a esse conteúdo – aspectos teóricos e metodológicos.

*A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém, sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por esse mundo. Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: isso é o nosso mundo (ARENDRT, 2000, p.239).*

De quais conhecimentos da Arte um professor de Educação Infantil precisa se apropriar para que sua prática possa favorecer o desenvolvimento das crianças? Que tipo de experiência plástica tem sido mais presente no trabalho dos professores?

O desafio consiste em proporcionar uma formação continuada que contemple os aspectos citados nos RCNEIs: o fazer artístico, apreciação e a reflexão em favorecimento do desenvolvimento integral dos alunos.

Música e Linguagem Oral e Escrita com 8,5% de apontamentos são eixos imprescindíveis no processo educativo. E, se apresentados pelos professores como necessidades, precisam ser considerados. Como ajudar a superar tantas necessidades formativas ao mesmo tempo? Diante dessa demanda, é preciso cuidar para que a formação não perca foco em seu fazer investigativo e reflexivo na prática e sobre a prática. Muitos conteúdos não conseguem ser abordados de uma só vez, alinhar necessidades reais X possibilidades pode ser um caminho eficaz.

Música foi uma necessidade formativa apontada também pelos professores da Educação Infantil da Rede Municipal mesmo após participarem, recentemente, de encontros que tratavam desse assunto. Quais conhecimentos sobre a música os professores precisam saber para ensinar, considerando a faixa etária de 0 a 3 anos? Quais são as inseguranças desses professores?

Frente à Linguagem Oral e Escrita, também apontada, algumas indagações podem suscitar possibilidades de estudo e investigação: Como organizar um trabalho com práticas de oralidade com bebês? Como os professores analisam a comunicação dos bebês que ainda não utilizam a linguagem verbal para se expressar? Como apoiam as falas das crianças e dão significados à suas primeiras expressões orais? Como os professores levam as crianças a se apropriarem das regras que orientam os comportamentos dos participantes em uma conversa? Qual a sua concepção sobre a prática da conversação? É algo que se aprende naturalmente sem necessidade de intervenção, apoio ou é algo que se possa ser aprendido culturalmente? De que forma podemos trazer situações de leitura e escrita dentro de um contexto de uso social dessas práticas sem escolarizá-las?

Gráfico 5 – Necessidades formativas apontadas pelos professores das escolas municipais –  
Educação Infantil



Houve 2.291 apontamentos para um grupo de 14 temas/conteúdos, dos quais “Lógica e Matemática” compreende 27%, “Música” aparece como a segunda necessidade mais apontada com 25%, “Movimento” e “Gestão da Sala de Aula” como terceiro apontamento com 22%.

Ao olhar para “Lógica e Matemática” – 27% de apontamentos, pode-se pensar: Que concepções e hipóteses sobre o trabalho com a lógica e matemática os professores possuem? O que eles pensam sobre o processo da aquisição de conhecimentos matemáticos pelas crianças? Quais as práticas sociais permeiam os estudos da lógica e matemática na escola? Como e quando as notações numéricas são usadas pelos professores na presença das crianças?

Para Azevedo (2014), a valorização da infância e o desafio de se repensar as práticas pedagógicas na Educação Infantil, despertaram atualmente a preocupação do trabalho com os conhecimentos matemáticos, e os apontamentos suscitados pela nossa Rede também caminham nessa direção. Para a autora, é necessário que a prática pedagógica envolva formação qualificada e intencionalidade dos docentes. Para ensinar matemática na Educação Infantil, tão importante quanto saber os conceitos a ensinar, é saber como e qual a razão de ensiná-los em função dos parâmetros apresentados.

Ensinar matemática na Educação Infantil é, portanto, uma tarefa exigente a ser desempenhada, pois o conhecimento matemático, assim como outros, não se "transfere" nem se "transmite"; ninguém substitui a pessoa na construção do seu conhecimento, mas o professor continua a ser importante e sempre o será se conseguir organizar e desenvolver o processo educativo de modo que as crianças se apropriem do conhecimento e se desenvolvam plenamente, num esforço próprio de estabelecer relações.

*[...] as crianças constroem o conhecimento lógico-matemático sujeitando relações já feitas a novas relações. Percebe-se que, nessa perspectiva, quando constroem seu conhecimento lógico-matemático as crianças estabelecem relações e assim, fazem e aprendem matemática. (KAMII; JOSEPH,2005, p.13).*

No trabalho com a matemática, é preciso oportunizar momentos para que as crianças exponham suas próprias ideias, escutem as dos outros, formulem e comuniquem procedimentos de resolução de problemas, confrontem, argumentem e validem seu ponto de vista, antecipem resultados de experiências não realizadas, aceitem erros, busquem dados que faltam para resolver problemas, entre outras coisas (BRASIL, 1998, p.195).

Ao observar os apontamentos feitos sobre “Gestão da Sala de Aula” com 22% de menções e agrupá-los à demanda apresentada sobre “Ensino em um ambiente heterogêneo” com 7% de indicações, temos um total de 29%, quantidade e conteúdos consideráveis frente ao trabalho docente. A sala de aula é um espaço de múltiplos sujeitos, histórias, acontecimentos, sentimentos e ações. E a aprendizagem colaborativa, tão imprescindível na construção de conhecimento, entende que só num espaço de muita diversidade essa se dará. Não existem espaços com sujeitos homogêneos, principalmente dentro da escola. As aprendizagens são individuais e subjetivas, acontecem em ritmos e formas diferentes. Não existe possibilidade de homogeneização dos sujeitos e processos. O professor, enquanto gestor da sala de aula, precisa apoderar-se, através de formação continuada e da reflexão sobre sua prática, dos conhecimentos e habilidades necessários ao bom exercício de seu papel, sabendo lidar com a mediação de conhecimentos e conflitos, organização e planejamento de ações educativas significativas dentro de tempo e espaços pertinentes.

A interação entre os grupos dependerá do professor, de sua forma de mediar as situações, lidar com o conhecimento, organizar o espaço de convívio, planejar o trabalho a ser realizado, mediar conflitos. Para Davis e Grosbaum (2002, p. 99):

*A interação entre professores e alunos em torno do conhecimento, que constitui a dinâmica de sala de aula, decorre da forma como o professor vê os processos de ensino e de aprendizagem. A compreensão de que alunos não são pessoas a serem moldadas pelo professor – mas selecionam, assimilam e processam as informações, conferindo-lhes significado e construindo conhecimentos – muda radicalmente a concepção de aprendizado. Só que nossos alunos não constroem sozinhos seus conhecimentos: isso depende da interação mantida com professores e colegas. A boa ajuda que o professor pode prestar depende da maneira como ele percebe o aluno. (DAVIS; GROSBaum, 2002,p.99)*

O Gráfico 5 ainda expressa apontamentos sobre o eixo “Música” (25%) que configura a segunda necessidade mais apontada pelos professores da Rede

Municipal. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil nos traz a seguinte reflexão:

*Ainda que esses procedimentos venham sendo repensados, muitas instituições encontram dificuldades para integrar a linguagem musical ao contexto educacional. Constata-se uma defasagem entre o trabalho realizado na área da música e nas demais áreas do conhecimento, evidenciada pela realização de atividades de reprodução e imitação em detrimento de atividades voltadas a criação e a elaboração musical. Nesses contextos, a música é tratada como se fosse um produto pronto, que se aprende a reproduzir, e não uma linguagem cujo conhecimento constrói. (BRASIL, 1998, p. 47)*

O professor tem conseguido construir uma linguagem musical com seus alunos? O que é essa linguagem musical? O que é necessário criar com os professores para que os alunos tenham alternativas mais ricas para a inclusão da música em seu cotidiano?

*Encontrar meios que se traduzam em conhecimento eficaz para a vida dos alunos é essencial para um profissional preocupado com o desenvolvimento adequado às necessidades deles, e, por essa razão, desenhar métodos que possam estimular a participação de todos é tão importante como desvelar o nível de compreensão do que já foi ensinado. E esse aspecto depende em grande parte da atuação desse professor frente aos seus alunos (VECCHI; NISTA-PICCOLO, 2006, P.15).*

Pensar nas práticas educativas voltadas sobre o desenvolvimento humano implica reflexões sobre a formação continuada desse profissional.

### **5.2.2.) Questionário Individual do Professor (sistema Demanda Net)**

A Câmara de Formação Pedagógica, ao analisar parte dos questionários respondidos pelos profissionais da Rede, decidiu elaborar outro questionário que foi disponibilizado pelo sistema digital Demanda Net com a finalidade de obter maiores informações sobre as necessidades formativas dos professores e

coordenadores pedagógicos, bem como informações sobre frequência de encontros e outras proposituras.

Será tratado nesse momento a análise dos apontamentos feitos pelos professores da Educação Infantil e as possíveis divergências e convergências com os dados levantados pelo primeiro questionário.

a) Apontamentos dos professores que atuam do berçário ao maternal II (0 a 3 anos):

O questionário foi disponibilizado a todos os professores da Educação Infantil. Referente aos professores de berçário I e II e maternal I e II, houve participação de 755. Foi proposta a questão “Em relação à formação fora do ambiente escolar: a) Qual(is) o(s) horário(s) você considera mais adequado(s) para participar dessa atividade? b) Referente à frequência, para você, o ideal é que ela ocorra: quinzenalmente, semanalmente ou mensalmente? c) Você seria favorável se uma parte das atividades fossem desenvolvidas em ambiente virtual (*on-line*) em horário de PPM na escola? d) Você acha necessário uma formação específica para o coordenador pedagógico, diretor, supervisor e professor iniciantes na Rede Municipal e/ou na modalidade de ensino?” – foram feitos os seguintes apontamentos:

Quadro 6 – Formação fora do ambiente escolar – Horário mais adequado para participação – Educação Infantil – Professores que atuam do berçário ao maternal II

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR HORÁRIO MAIS ADEQUADO PARA PARTICIPAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSORES QUE ATUAM DO BERÇÁRIO AO MATERNAL II</b>	
Contra turno	Noturno
594	161

Observa-se que a preferência de horário para participação em formação fora do ambiente escolar é para o contra turno com 594 indicações que representam 79% do total de participantes. Enquanto que para o período noturno foram feitos 161 apontamentos representando 21%. É importante ressaltar que a garantia de formação em período noturno sempre representou uma necessidade já que existem professores que atuam em outras redes.

Quadro 7 – Formação fora do ambiente escolar – Frequência dos encontros – Educação Infantil – Professores que atuam do berçário ao maternal II

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR FREQUÊNCIA DOS ENCONTROS EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSORES QUE ATUAM DO BERÇÁRIO AO MATERNAL II</b>			
<b>Referente à frequência, para você, o ideal é que ela ocorra:</b>	Quinzenalmente	Semanalmente	Mensalmente
	264	120	371

No quadro 7 é possível observar que a maioria desses professores optam para que a formação fora do ambiente escolar aconteça com a frequência de um encontro mensal com 371 menções, ou seja, 49% dos participantes. A opção de encontros quinzenais foi feita por 264 participantes o que equivale a 35%. Já a opção de encontros semanais foi apontada por 120 participantes o que equivale a 16%.

Quadro 8 – Formação fora do ambiente escolar – Uso de ambiente virtual – Educação Infantil – Professores que atuam do berçário ao maternal II

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR USO DE AMBIENTE VIRTUAL EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSORES QUE ATUAM DO BERÇÁRIO AO MATERNAL II</b>	
Sim	Não
530	225

Conforme explicitado no quadro acima, a maioria dos professores participantes adere ao uso de ambiente virtual com 530 indicações que representam 70% desse grupo.

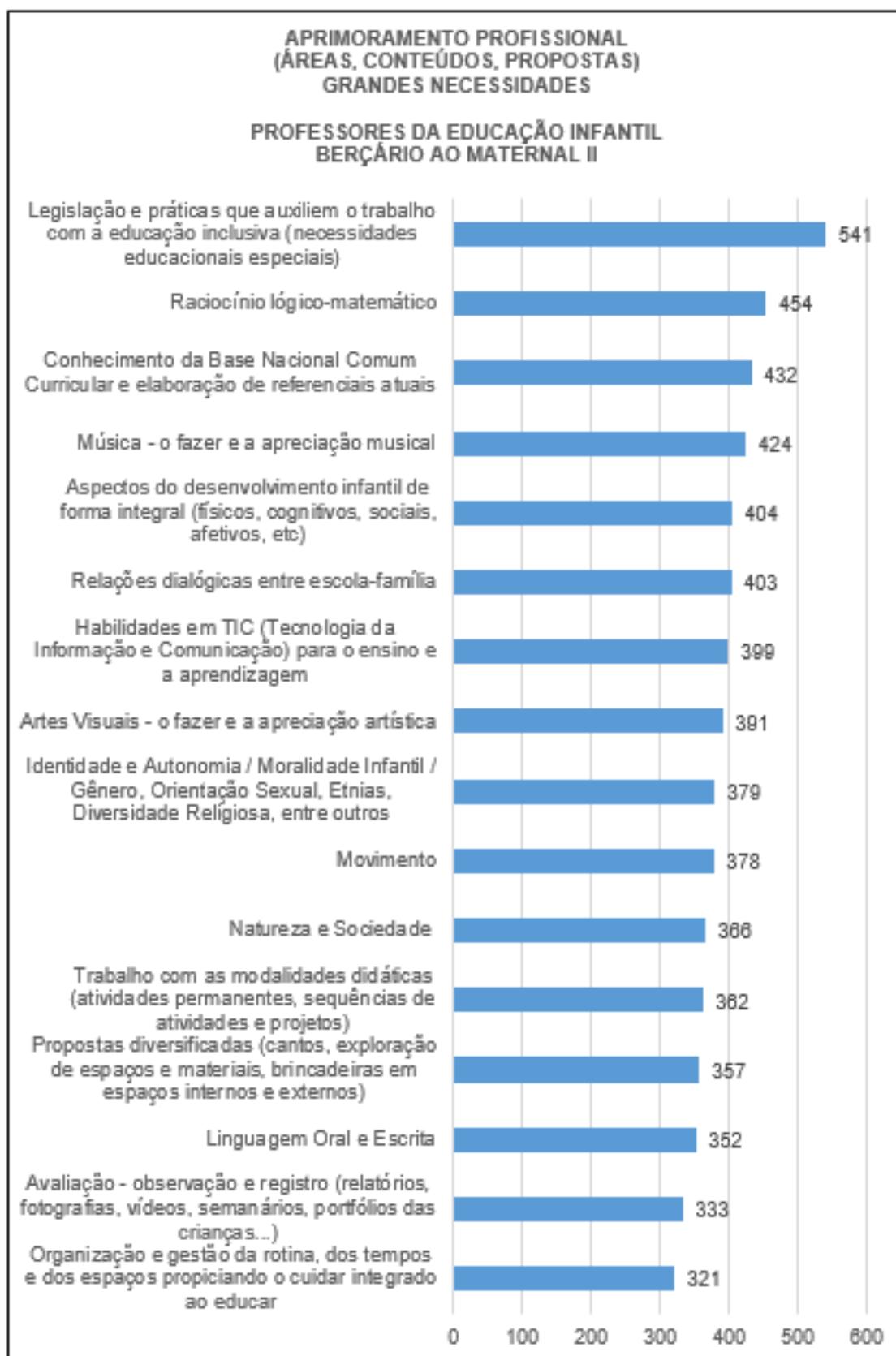
Quadro 9 – Formação fora do ambiente escolar – Para profissionais iniciantes na rede e/ou modalidade de ensino – Educação Infantil – Professores que atuam do berçário ao maternal II

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR PARA PROFISSIONAIS INICIANTES NA REDE E/OU MODALIDADE DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSORES QUE ATUAM DO BERÇÁRIO AO MATERNAL II</b>	
Sim	Não
728	27

Observa-se no quadro 9, quanto à formação para os profissionais iniciantes na Rede e/ou na modalidade de ensino, que a grande maioria acredita que uma formação específica deve ser oferecida com 728 apontamentos que retratam a preferência de 96% dos participantes.

Os professores também foram convidados a responder a questão “Ao refletir sobre suas necessidades de desenvolvimento profissional, indique até que ponto você gostaria de ser atendido frente aos conteúdos, áreas, propostas aqui relacionadas: a) Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc); b) Organização e gestão da rotina, dos tempos e dos espaços, propiciando o cuidar integrado ao educar; c) Propostas diversificadas (cantos, exploração de espaços e materiais, brincadeiras em espaços internos e externos); d) Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem; e) Linguagem oral e escrita; f) Raciocínio lógico-matemático; g) Música – o fazer e a apreciação musical; h) Artes visuais – o fazer e a apreciação artística; i) Natureza e sociedade; j) Movimento; k) Identidade e Autonomia / Moralidade Infantil / Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas; l) Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos); m) Avaliação – observação e registro (relatórios, fotografias, vídeos, semanários, portfólios das crianças); n) Conhecimento da Base Curricular Nacional e elaboração de referenciais atuais para a rede pública municipal; o) Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais); p) Relações dialógicas entre escola-família – Nenhuma necessidade / Moderada necessidade / Pouca necessidade / Grande necessidade”. Para todos os itens, esse grupo de professores respondeu colocando as proposituras como grandes necessidades e estão representadas no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Aprimoramento profissional (áreas, conteúdos, propostas) – grandes necessidades  
– Professores da Educação Infantil – berçário ao maternal II



A análise aqui descrita pautar-se-á sobre as quatro maiores indicações dos professores que atuam com a faixa etária de 0 a 3 anos (creche). Ao observar o gráfico pode-se constatar que a maior menção relaciona-se à “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais)” com 72% de apontamentos. A segunda maior indicação foi para “Raciocínio lógico-matemático” (60%), a terceira para “Conhecimento da Base Curricular Nacional e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal” (57%) e a quarta para “Música – o fazer e a apreciação musical” (56%). As convergências relacionam-se à “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais)”, “Raciocínio lógico-matemático” e “Música – o fazer e a apreciação musical”, ao analisarmos todos os apontamentos dos docentes que atuam na Educação Infantil referente ao primeiro questionário. Seriam essas as principais necessidades formativas?

b) Apontamentos dos professores que atuam na 1ª e 2ª etapa (4 e 5 anos):

Conforme já explicitado, o questionário foi disponibilizado a todos os professores da Educação Infantil. Foi realizada inicialmente a análise das respostas apresentadas pelos professores de berçário I e II e maternal I e II, agora será realizada a análise dos professores de Educação Infantil que atuam na 1ª e 2ª etapa com 447 participantes. Foram propostas as mesmas questões em relação à formação fora do ambiente escolar e foram feitos os seguintes apontamentos:

Quadro 10 – Formação fora do ambiente escolar – Horário mais adequado para participação – Educação Infantil – Professores que atuam na 1ª e 2ª Etapa

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR HORÁRIO MAIS ADEQUADO PARA PARTICIPAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSORES QUE ATUAM NA 1ª E 2ª ETAPA</b>	
Contra turno	Noturno
356	91

Observa-se no Quadro 10 que a preferência de horário apresentada é para o contra turno com 356 indicações que representam 80% do total de participantes. Enquanto que para o período noturno foram feitos 91

apontamentos representando 20%. Ainda é preciso pensar que, embora a maioria faça a opção por contra turno, existem professores com necessidade pelo período noturno.

Quadro 11 – Formação fora do ambiente escolar – Frequência dos encontros – Educação Infantil – Professores que atuam na 1ª e 2ª Etapa

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR FREQUÊNCIA DOS ENCONTROS – EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSORES QUE ATUAM NA 1ª E 2ª ETAPA</b>			
<b>Referente à frequência, para você, o ideal é que ela ocorra:</b>	Quinzenalmente	Semanalmente	Mensalmente
		95	3

Os dados do Quadro 11 demonstram que a grande maioria desses professores indica que a formação fora do ambiente escolar deva acontecer mensalmente, 349 apontamentos (78%).

Quadro 12 – Formação fora do ambiente escolar – Uso de ambiente virtual – Educação Infantil – Professores que atuam na 1ª e 2ª Etapa

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR USO DE AMBIENTE VIRTUAL – EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSORES QUE ATUAM NA 1ª E 2ª ETAPA</b>	
Sim	Não
292	155

Os números do Quadro 12 indicam que 292 professores (65%) aprovam o uso de ambiente virtual na formação, enquanto que 155 (35%) desaprovam esse uso.

Quadro 13 – Formação fora do ambiente escolar – Para profissionais iniciantes na rede e/ou modalidade de ensino – Educação Infantil – Professores que atuam na 1ª e 2ª Etapa

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR PARA PROFISSIONAIS INICIANTES NA REDE E/OU MODALIDADE DE ENSINO – EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSORES QUE ATUAM NA 1ª E 2ª ETAPA</b>	
Sim	Não
427	20

O quadro 13 que trata de formação específica para os profissionais iniciantes na rede e/ou na modalidade de ensino informa que 427 professores (96%) acreditam que seja necessário, enquanto 20 (4%) acreditam que não. A dúvida maior está para a reflexão sobre como articular tal premência.

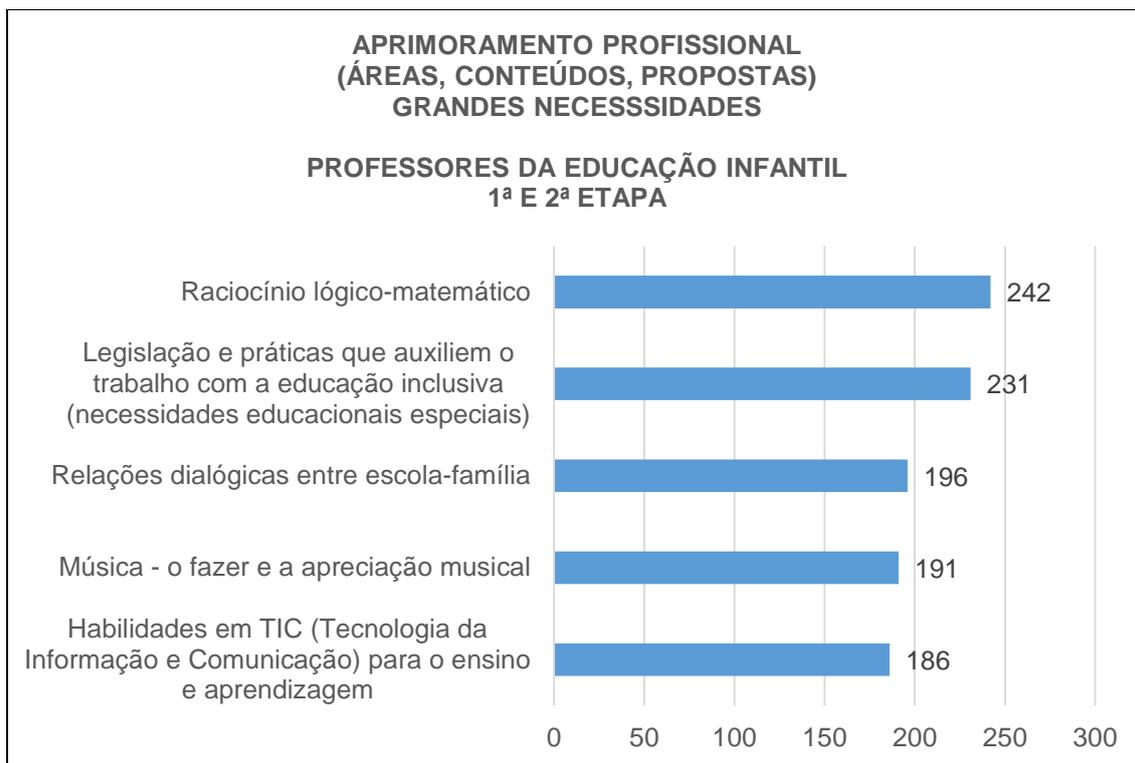
No quadro a seguir são apontadas necessidades formativas consideradas moderadas pelos professores que atuam com essa faixa etária.

Quadro 14 – Necessidades moderadas de formação apresentadas pelos professores da 1ª e 2ª etapa da Educação Infantil

<b>NECESSIDADES MODERADAS DE FORMAÇÃO APRESENTADAS PELOS PROFESSORES DA 1ª E 2ª ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>				
Ao refletir sobre suas necessidades de desenvolvimento profissional, indique até que ponto você gostaria de ser atendido frente aos conteúdos, áreas, propostas aqui relacionadas:				
Itens	Nenhuma	Moderada	Pouca	Grande
a) Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc).	4	214	77	152
b) Organização e gestão da rotina, dos tempos e dos espaços, propiciando o cuidar integrado ao educar.	36	201	139	71
c) Propostas diversificadas (cantos, exploração de espaços e materiais, brincadeiras em espaços internos e externos).	26	200	120	101
e) Linguagem oral e escrita.	16	189	92	150
h) Artes visuais – o fazer e a apreciação artística.	13	192	65	177
i) Natureza e sociedade.	8	202	75	162
j) Movimento.	11	181	86	169
k) Identidade e Autonomia / Moralidade Infantil / Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas.	21	188	74	164
l) Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos).	19	205	104	118
m) Avaliação – observação e registro (relatórios, fotografias, vídeos, semanários, portfólios das crianças)	22	193	125	106
n) Conhecimento da Base Curricular Nacional e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal.	14	206	90	136

Em relação as grandes necessidades apontadas, segue gráfico com os dados colhidos:

Gráfico 7 – Aprimoramento profissional (áreas, conteúdos, propostas) – grandes necessidades  
– Professores da Educação Infantil – 1ª e 2ª etapa



Os dados apresentados no Gráfico 7 apontam como maior necessidade formativa desse grupo de professores a que se refere ao “Raciocínio lógico-matemático” com 54% de indicações, necessidade também muito indicada no primeiro questionário pelos professores da Rede Municipal que atendem de 0 a 5 anos. Seria essa uma demanda formativa importante da Educação Infantil?

A segunda maior incidência de apontamentos refere-se à “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais)” com 52% de indicações. Tal item foi mencionado como maior necessidade pelos professores que atuam do berçário ao maternal II, no segundo questionário, e pelos professores que atuam nas escolas conveniadas, no primeiro questionário. Por que essa demanda aparece de maneira tão intensa na Educação Infantil? Qual o papel da escola nessa fase de desenvolvimento? Como essas questões têm sido compreendidas pelos professores?

O terceiro maior apontamento aparece para “Relações dialógicas entre escola-família” com 44% de menções. Não era uma demanda fortemente apontada pelo primeiro questionário. Qual seria o motivo desse apontamento

nesse momento? Seria preciso uma formação fora do ambiente escolar em relação a esse tema?

A quarta maior demanda apresentada refere-se à “Música – o fazer e a apreciação musical” com 43% de indicações. Ao observar os dados do primeiro questionário, tal necessidade apareceu em segundo lugar frente às repostas apresentadas pelos professores da Educação Infantil da Rede Municipal. Seria essa uma demanda urgente de formação?

Observa-se convergências importantes entre demandas formativas apresentadas no primeiro e no segundo questionário para esses professores que atuam na 1ª e 2ª etapa, elas concentram-se sobre “Raciocínio lógico-matemático” e “Música – o fazer e a apreciação musical”.

### **5.3.) Ensino Fundamental**

O Ensino Fundamental da Rede Municipal de São José do Rio Preto é composto por 7 escolas que possuem Educação Infantil e Ensino Fundamental I no mesmo prédio, 25 escolas que possuem apenas Ensino Fundamental I, 7 escolas que possuem Ensino Fundamental I e II no mesmo prédio e 1 escola com apenas Ensino Fundamental II atendendo aproximadamente 19.647 alunos no Ensino Fundamental.

Conforme já explicitado, desde sua implantação, a Rede desenvolveu ações de formação continuada para aprimoramento reflexivo do fazer pedagógico em favorecimento de uma educação de qualidade. Esse documento elucida algumas ações já desenvolvidas e traz informações sobre as demandas apresentadas através de pesquisa de campo realizada em dois momentos e análise desses dados.

#### **5.3.1.) Questionário Individual do Professor (documento impresso)**

A partir do questionário disponibilizado às escolas com orientações específicas para sua aplicação e bom envolvimento da Rede, foi realizada análise das respostas e informações apresentadas pelos professores de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Esse questionário do professor foi organizado da seguinte forma: Questão 1 – Perfil Profissional: a) Experiência; b) Formação;

Questão 2 – Formação Continuada (investimento pessoal); Questão 3 – Necessidades formativas.

Após análise dos documentos apresentados constatou-se que cerca de **758 professores atuavam no Ensino Fundamental**. Observa-se que a maioria é efetiva como mostra o quadro a seguir.

Quadro 15 – Quantidade de professores do Ensino Fundamental que responderam ao questionário

<b>QUANTIDADE DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO</b>				
<b>Escolas / Modalidades</b>	<b>Professores Efetivos</b>	<b>Professores Contratados</b>	<b>Professores do Ensino Fundamental I</b>	<b>Professores do Ensino Fundamental II</b>
Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (no mesmo prédio)	100	31	75	0
Escolas Municipais de Ensino Fundamental I	365	145	510	0
Escolas Municipais de Ensino Fundamental I e II (no mesmo prédio) e que só tem Ensino Fundamental II	128	45	71	102
<b>TOTAL</b>	<b>593</b>	<b>221</b>	<b>656</b>	<b>102</b>

Ainda no campo do perfil profissional foi possível levantar informações sobre a experiência na docência dos professores da Rede. No quadro a seguir, estão organizados os números referentes aos professores que atuam nas escolas que atendem Ensino Fundamental, embora apareçam professores que atuam especificamente na Educação Infantil nas escolas que possuem os dois segmentos.

Quadro 16 – Experiência na Docência – Ensino Fundamental

<b>EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA – ENSINO FUNDAMENTAL</b>				
	<b>Menos de 5 anos</b>	<b>De 5 a 10 anos</b>	<b>De 10 a 20 anos</b>	<b>Mais de 20 anos</b>
No Magistério	132	191	248	189
Na Rede Municipal	253	82	245	90
Na Educação Infantil	332	134	71	3
No Ensino Fundamental I	261	164	186	61
No Ensino Fundamental II	152	53	17	24

Ao analisar o campo de experiência dos docentes que atuam nessas escolas, constatou-se que há um número considerável de professores em início de carreira (menos de 5 anos de atuação), sendo 132 no magistério, 253 na Rede Municipal, 261 no Ensino Fundamental I e 152 professores no Ensino Fundamental II. Cabe ressaltar que 102 professores atuam no Ensino Fundamental II, assim é possível constatar que professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental I também possuem experiência como professores do Ensino Fundamental II em sua carreira profissional.

Referente ao perfil profissional, campo da formação acadêmica, observa-se:

Quadro 17 – Formação Acadêmica – Ensino Fundamental

<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA – ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>Escolas / Modalidades</b>	<b>Apenas Magistério</b>	<b>Pedagogia (*)</b>
Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (no mesmo prédio)	4	96
Escolas Municipais de Ensino Fundamental I	16	451
Escolas Municipais de Ensino Fundamental I e II (no mesmo prédio) e que só tem Ensino Fundamental II	1	88
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>635</b>

(\*) Pedagogia com e/ou sem magistério.

Os dados nos mostram que há uma pequena quantidade de professores com formação de nível médio (Magistério), 21, e que esses concentram-se no Ensino Fundamental I, uma vez que a licenciatura é exigência mínima para atuar no Fundamental II.

Quadro 18 – Formação acadêmica – outras graduações – Ensino Fundamental

<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA – OUTRAS GRADUAÇÕES – ENSINO FUNDAMENTAL</b>			
<b>Bacharelado</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Licenciatura</b>	<b>Quantidade</b>
Administração	9	Arte	14
Arquitetura	1	Biologia / Ciências	21
Direito	6	Educação Física	14
Enfermagem	1	Filosofia	1
Engenharia de Alimentos	1	Física	2
Fonoaudiologia	1	História / Geografia / Estudos Sociais	51
Hotelaria	1	Inglês	1
Informática Empresarial	1	Letras	61
Odontologia	1	Matemática	22
Psicologia	5	Normal Superior	4
Serviço Social	3	Química	2
Turismo	1	-----	-----
TIC	1	-----	-----

Concernente à formação acadêmica, além da graduação específica em sua área de atuação, muitos professores possuem segunda graduação ou bacharelado em outras áreas, revelando a busca pelo aperfeiçoamento profissional e ampliação de conhecimentos.

Quadro 19 – Especialização – Ensino Fundamental

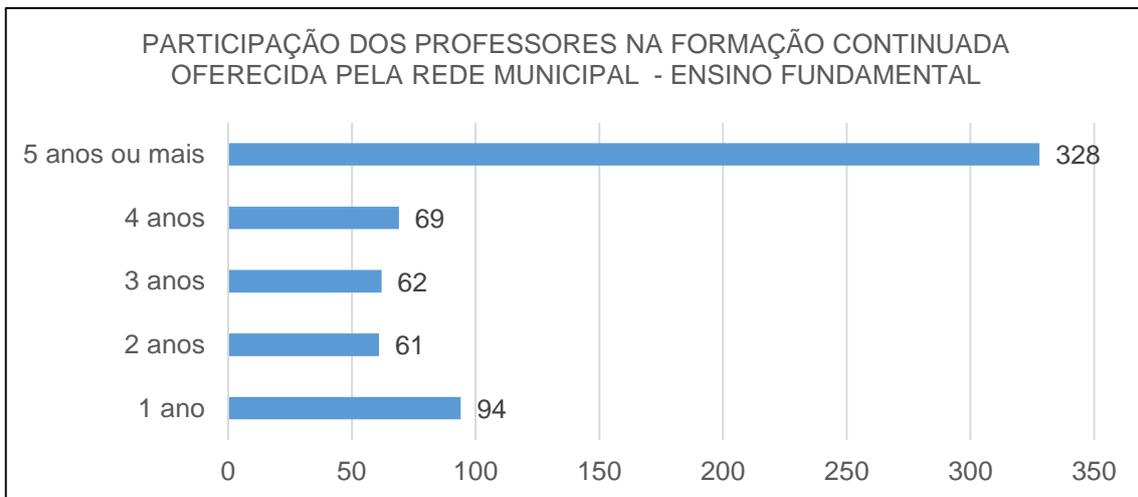
<b>ESPECIALIZAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL</b>			
<b>Escolas / Modalidades</b>	<b>Quantidade de professores que possuem alguma especialização (Lato Sensu)</b>	<b>Quantidade de professores que possuem alguma especialização (Stricto Sensu – Mestrado)</b>	<b>Quantidade de professores que possuem alguma especialização (Stricto Sensu – Doutorado)</b>
Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (no mesmo prédio)	91	2	0
Escolas Municipais de Ensino Fundamental I	370	5	2
Escolas Municipais de Ensino Fundamental I e II (no mesmo prédio) e que só tem Ensino Fundamental II	77	18	6
<b>TOTAL</b>	<b>538</b>	<b>25</b>	<b>8</b>

No quadro 19 é possível observar a participação dos professores em especializações lato sensu e stricto sensu, 538 professores possuem algum tipo

de especialização lato sensu, 25 professores concluíram o Mestrado e 8 o Doutorado.

Constatou-se ainda, através do questionário aplicado, que cerca de 254 professores de escolas que possuem Ensino Fundamental I participaram do PROFA (Letra e Vida) – programa de estudos sobre a alfabetização em parceria com o MEC, já mencionado nesse documento, realizado entre os anos 2001 e 2004 na Rede. Percebe-se hoje um número pequeno de professores com esse aperfeiçoamento, a suposição levantada é a de que a Rede se transformou muito nos últimos anos, muitos professores saíram da sala de aula para outros cargos (direção, coordenação pedagógica) ou aposentaram-se, em contrapartida a Rede cresceu muito em número de alunos, escolas, salas de aula, professores. Esse dado nos leva a refletir que investimentos sobre a alfabetização sejam ainda muito pertinentes.

Gráfico 8 – Participação dos professores na formação continuada oferecida pela Rede Municipal – Ensino Fundamental



Observando o gráfico, percebe-se que a maioria – 328 professores – participou por cinco ou mais anos da formação continuada oferecida pela Rede Municipal de São José do Rio Preto – uma quantidade significativa. Porém, ao agrupar os professores que participaram da formação, de um a quatro anos, encontra-se também uma quantidade considerável, 286.

A seguir, apresentamos os gráficos referentes às avaliações externas realizadas nos últimos anos para que se pondere o possível impacto da formação continuada sobre o desempenho da Rede como um todo.

Gráfico 9 – Média SARESP – 2014 a 2016 – Município de São José do Rio Preto – 3º ano

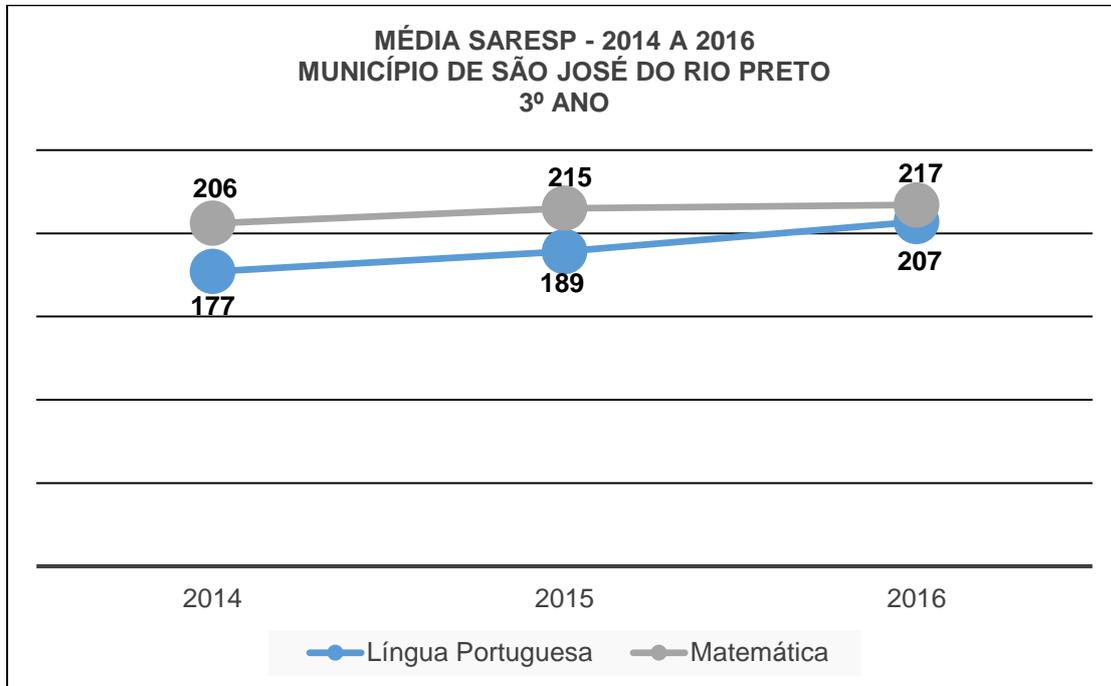


Gráfico 10 – Média SARESP – 2013 a 2016 – Município de São José do Rio Preto – 5º ano

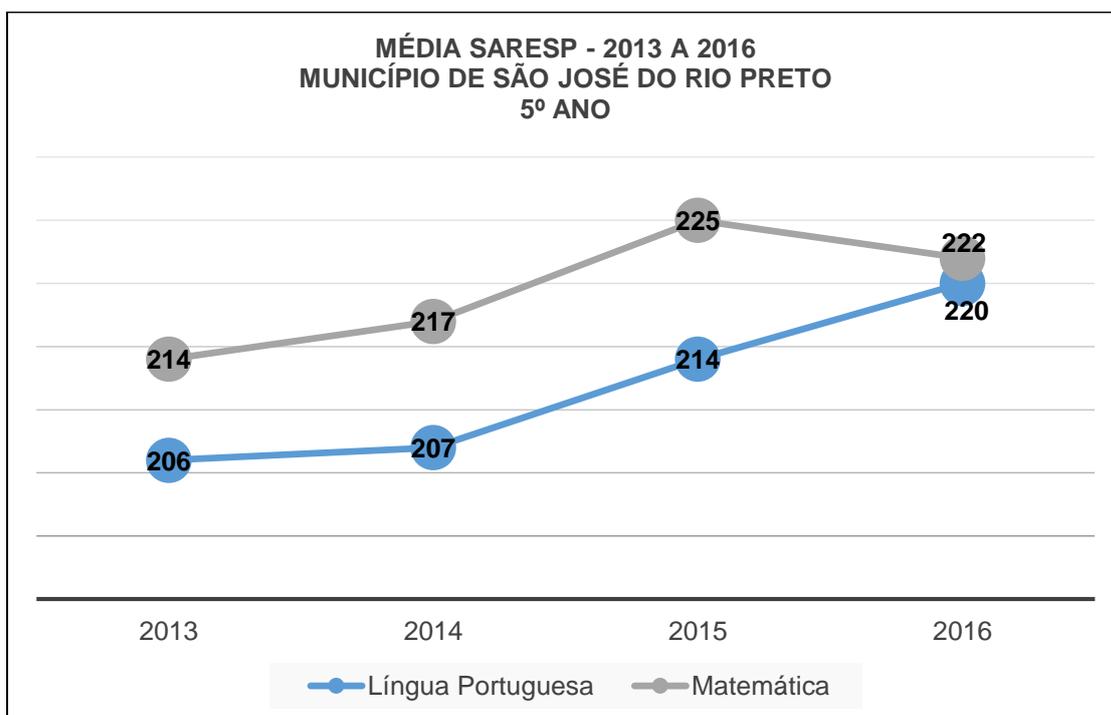


Gráfico 11 – Média SARESP – 2013 a 2016 – Município de São José do Rio Preto – 7º ano

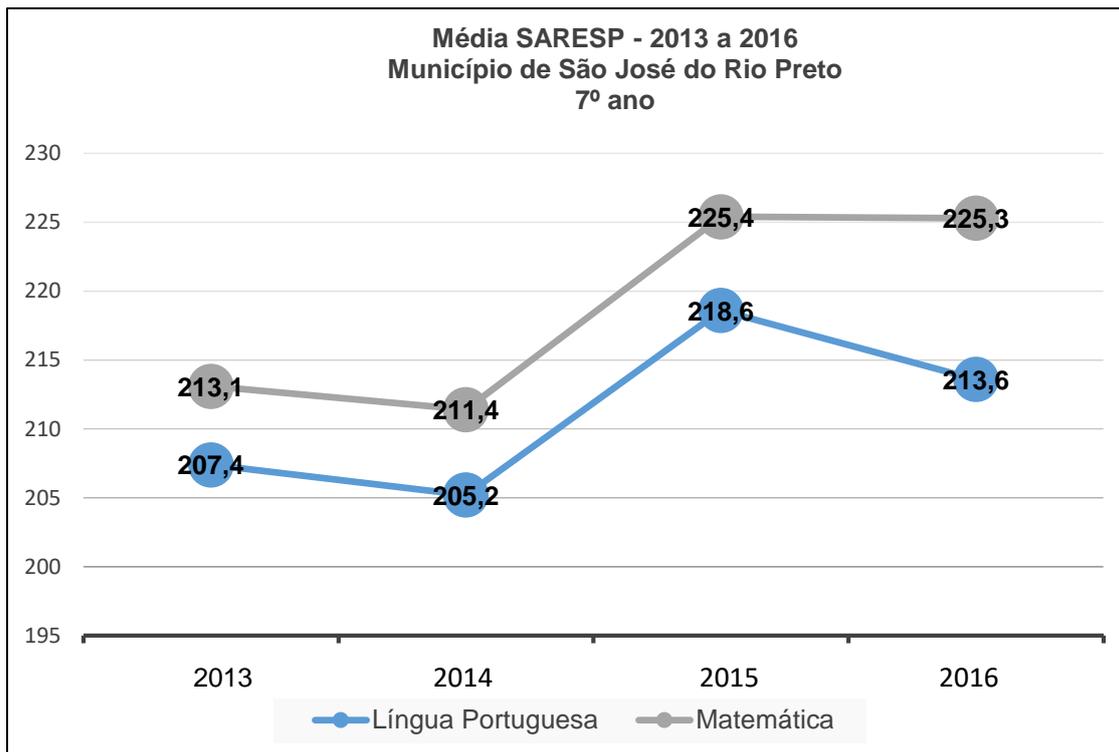
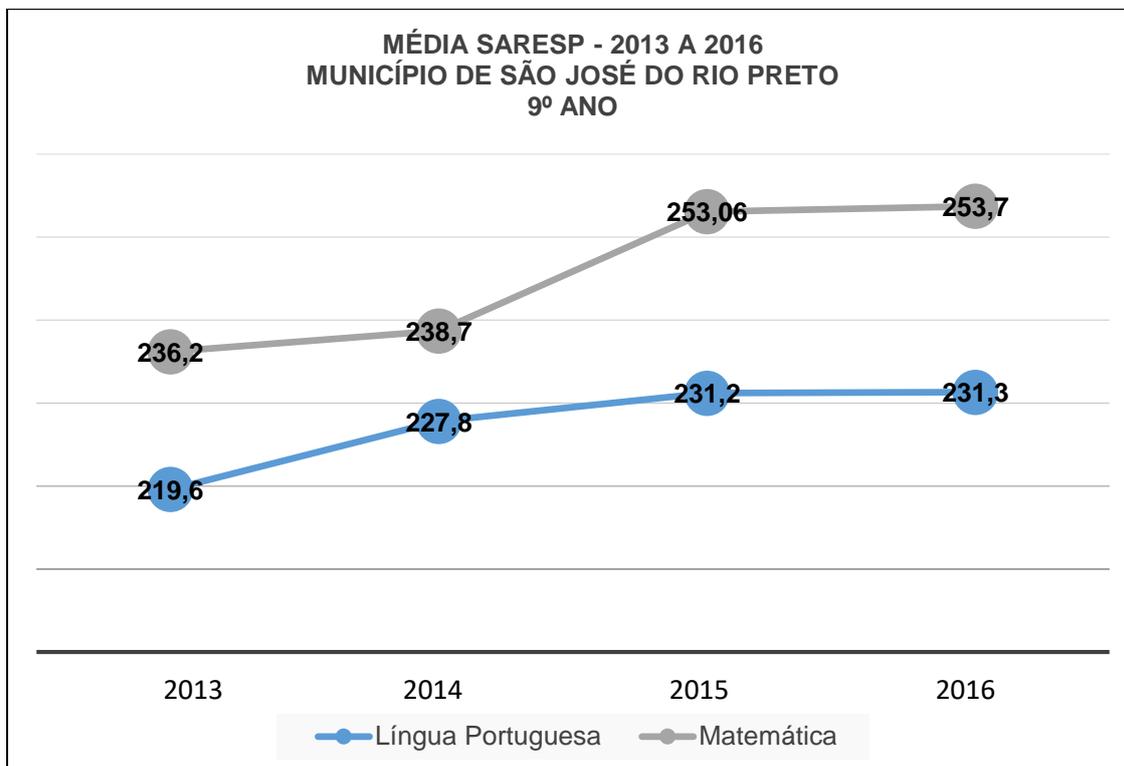


Gráfico 12 – Média SARESP – 2013 a 2016 – Município de São José do Rio Preto – 9º ano



Os gráficos 9, 10, 11 e 12 referem-se ao SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Esse sistema da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo também é utilizado pelo município de São José do Rio Preto com o objetivo de produzir diagnósticos da situação da educação básica, para orientação dos gestores em relação ao ensino e para monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. São avaliados os conhecimentos dos alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental por meio de provas com questões de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e redação.

A análise desses dados revela que:

- Os alunos de 3º ano (Gráfico 9), desde 2014, apresentam progressão. Em Língua Portuguesa avançaram 12 pontos de 2014 a 2015 (177 para 189) e 18 pontos de 2015 a 2016 (189 para 207). Seguindo os apontamentos dos documentos desse sistema (Boletim da Escola), no que se refere a análise dos pontos da escala de proficiência definidos a partir das expectativas de aprendizagem (conteúdos, competências e habilidades), em Língua Portuguesa, a Rede enquadra-se no nível Adequado (175 a < 225) – os alunos, neste nível, demonstram domínio pleno dos conteúdos, das competências e das habilidades desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram. O encaminhamento pedagógico sugerido é o aprofundamento dos estudos. Em Matemática, os avanços observados foram de 9 pontos de 2014 a 2015 (206 para 215), e de 2 pontos de 2015 a 2016 (215 para 217). Observa-se que em Matemática os alunos encontram-se também no nível Adequado (200 a < 250).
- Referente ao 5º ano (Gráfico 10), há progressão considerável em Língua Portuguesa de 1 ponto de 2013 a 2014 (206 para 207), de 7 pontos de 2014 a 2015 (207 para 214) e de 6 pontos de 2015 a 2016 (214 para 220), com enquadramento no nível Adequado (200 a < 250). Já em Matemática, há avanço entre os anos de 2013 a 2015 e um pequeno declínio na última avaliação realizada em 2016. A Rede avançou 3 pontos de 2013 a 2014 (214 para 217), 8 pontos de 2014 a 2015 (217 para 225) e teve uma queda de 3 pontos de 2015 a 2016 (225 para 222). Tal classificação sugere que a Rede se encontra no nível de proficiência Básico (175 a <225) – os alunos, neste nível, demonstram domínio mínimo dos conteúdos, das competências e das

habilidades, mas possuem as estruturas necessárias para interagir com a proposta curricular no ano/série subsequente. O encaminhamento pedagógico sugerido é a recuperação contínua.

- Em relação ao 7º ano (Gráfico 11), a situação é um pouco mais complexa. Há declínios e avanços, o que provoca inquietações. Em Língua Portuguesa, houve declínio de 2,2 pontos de 2013 a 2014 (de 207,4 para 205,2), avanço de 13,4 pontos de 2014 a 2015 (205,2 para 218,6) e declínio de 5 pontos de 2015 a 2016 (218,6 para 213,6). Em consulta aos documentos do SARESP, observa-se que o 7º ano da Rede se encontra no nível de proficiência Básico (175 a < 225). Em Matemática, houve declínio de 1,7 pontos de 2013 a 2014 (213,1 para 211,4), avanço de 14 pontos de 2014 a 2015 (211,4 para 225,4) e irrisório declínio de 0,1 ponto de 2015 a 2016 (225,4 para 225,3), enquadrando-se no nível de proficiência Básico.
- Quanto ao 9º ano (Gráfico 12), observa-se avanços contínuos. Em Língua Portuguesa, avançou 8,2 pontos de 2013 a 2014 (219,6 para 227,8), 3,4 pontos de 2014 a 2015 (227,8 para 231,2) e 0,1 ponto de 2015 a 2016 (231,2 para 231,3). A média alcançada sugere o nível de proficiência Básico. Em Matemática observa-se avanço crescente também, de 2,5 pontos de 2013 a 2014 (236,2 para 238,7), de 14,36 pontos de 2014 a 2015 (238,7 para 253,06) e de 0,64 pontos de 2015 a 2016 (253,06 para 253,7). O nível de proficiência sugerido para a média alcançada é o Básico.

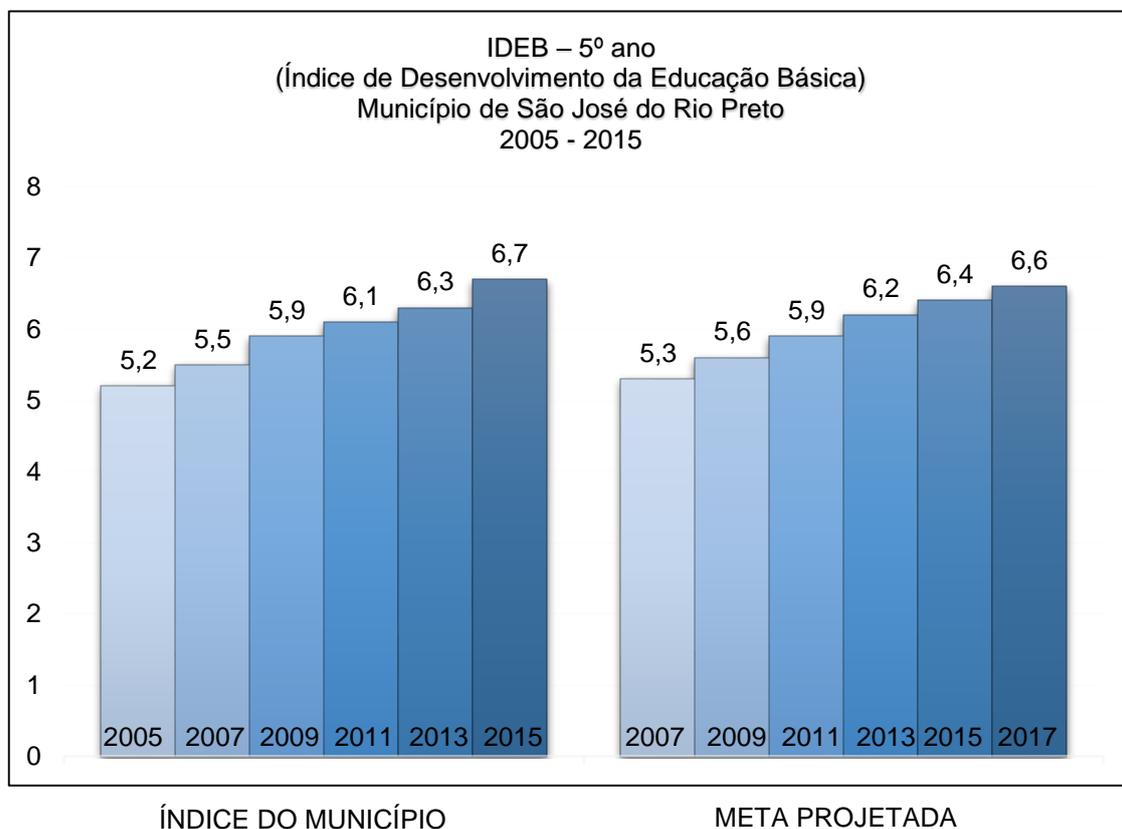
No Ensino Fundamental I há concentração maior de resultados no nível Adequado, enquanto que no Ensino Fundamental II há uma concentração maior no nível Básico. Como essa é uma análise superficial, visto que para se ter uma análise aprofundada seria preciso avaliar escola por escola, apenas destacamos o que esses números podem sugerir frente aos avanços da Rede. Houve um crescimento considerável nos últimos anos, reforçando a necessidade de prosseguir com a formação continuada em serviço, que possibilita ao profissional melhor reflexão sobre o seu fazer na busca de soluções para os possíveis problemas encontrados nos processos de ensino e aprendizagem.

Outra avaliação externa à qual as escolas da Rede são submetidas é a Prova Brasil – avaliação diagnóstica em larga escala desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Avalia a qualidade do ensino oferecido pelo “sistema educacional brasileiro a

partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos”. São feitas médias de desempenho que subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.

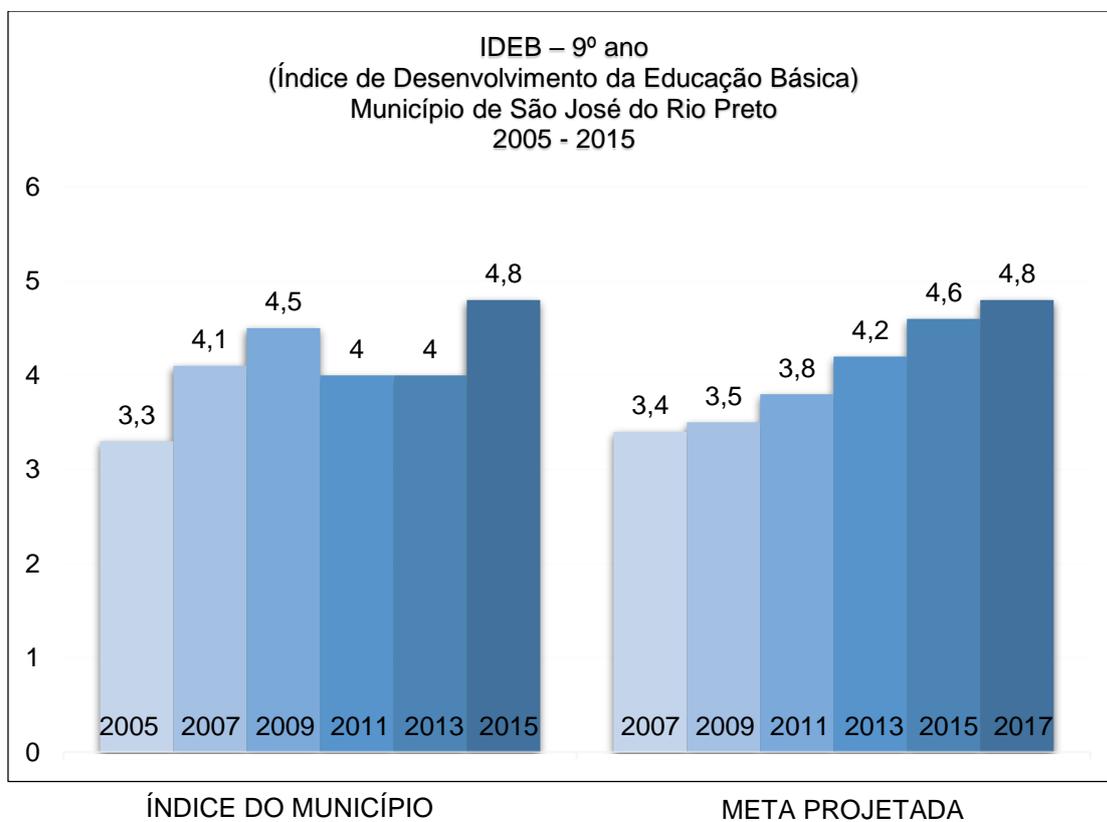
*[...] criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, [...] funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias, [...] é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e Rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos (Ministério da Educação – portal.mec.gov.br).*

Gráfico 13 – IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) – 5º ano – Município de São José do Rio Preto – 2005 a 2015



Observa-se no Gráfico 13, sobre o IDEB do 5º ano, que a meta projetada para o município de 2007 a 2015 refere-se a um acréscimo de 1,1 pontos e o município avançou em 1,5 pontos de 2005 a 2015, ou seja, teve uma evolução acima da meta. Embora seja uma análise superficial de alguns aspectos, já que a educação é composta de muitos fatores e desafios, compreende-se que em relação às proficiências de Língua Portuguesa (leitura), Matemática e Fluxo escolar, há sim avanço.

Gráfico 14 – IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) – 9º ano – Município de São José do Rio Preto – 2005 a 2015



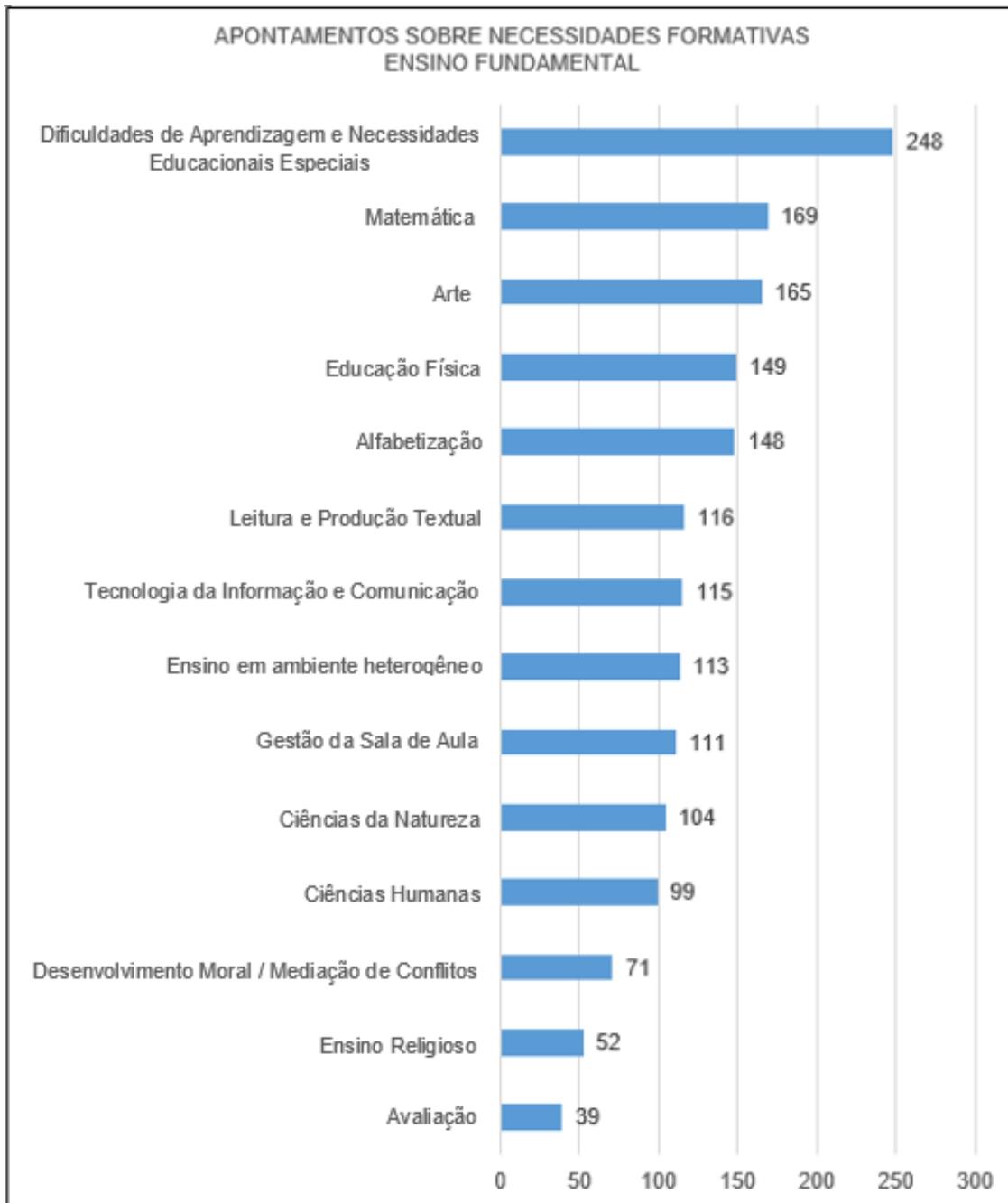
Observa-se no Gráfico 14, sobre o IDEB do 9º ano, que a meta projetada para a Rede de 2007 a 2015 sugeria um acréscimo de 1,2 pontos e a Rede avançou em 1,5 pontos de 2005 a 2015, evolução esta também acima da meta estabelecida.

Os gráficos nos mostram que a Rede de Ensino conseguiu progressos interessantes, embora apresente muitas necessidades que estão para além dos diagnósticos feitos por essas avaliações externas. Mas ressalta-se aqui que os

investimentos na formação continuada realizados no decorrer dos anos favoreceram os avanços da Rede, embora a ampliação de outros investimentos relacionados a recursos materiais e humanos façam-se necessários.

Avaliando sua trajetória de formação e atuação profissional, os professores elencaram suas necessidades formativas em relação ao referencial de conteúdos e do desempenho na etapa de ensino em que o professor atua e outras demandas. O questionário aplicado traz os seguintes dados:

Gráfico 15 – Apontamentos sobre as necessidades formativas – Ensino Fundamental



Os dados indicam que a maior necessidade apontada se refere às “Dificuldades de Aprendizagem e Necessidades Educacionais Especiais” (33%).

Compreende-se que um bom processo educativo deve garantir que todos os alunos tenham oportunidades de aprender. Aqui é possível visualizar que esse desejo de que todos aprendam é latente quando o professor explicita como necessidade formativa as dificuldades de aprendizagem e as necessidades educacionais especiais de seus alunos. O que cabe aqui indagar é: quais saberes os professores necessitariam para ajudar os alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou com necessidades educacionais especiais? Como ajudar esses professores nessa função de ensinar? Qual o papel da formação continuada nessa formação?

É preciso justificar que necessidades educacionais especiais e dificuldades de aprendizagem são aspectos diferentes, o que sugere um olhar cuidadoso sobre esses apontamentos.

Os dados deixam claro que os professores desejam aprender a trabalhar com as diferenças presentes na sala de aula, e podemos acrescentar a esse apontamento referente às “Dificuldades de Aprendizagem e Necessidades Educacionais Especiais” o apontamento feito para “Ensino em Ambiente Heterogêneo” (15%).

Tais indicações mostram a grande preocupação de ensinar a todos.

Nos últimos anos a Educação Inclusiva tomou conta dos discursos e, de fato, é algo essencial. A sociedade é diversa e necessita de transformações importantes que passam pelas ações da escola.

Na reflexão aqui realizada, observa-se a premência do professor em lidar com as dificuldades de aprendizagem, as necessidades educacionais especiais e a relação com a educação inclusiva, afinal é uma propositura importante para contemplar a diversidade por intermédio da construção de uma escola que, ao mesmo tempo em que oferece uma proposta ao grupo todo, atenda às especificidades individuais, principalmente daqueles que correm sérios riscos de exclusão em termos de aprendizagem e participação social dentro e fora da escola. O que é possível fazer para ajudar esses professores e as escolas? Muitas são as ações fundamentais que passam pelo fortalecimento da formação dos professores e pela criação de Redes de apoio entre alunos, docentes,

gestores, famílias e intersetoriais (profissionais da saúde, assistência social, conselho tutelar, entre outros). A formação é uma ação importante, mas outras precisam ser contempladas concomitantemente.

Outra necessidade formativa bastante apontada nesse questionário está relacionada ao componente curricular de “Matemática” (26%). Embora tenha sido desenvolvida na Rede nos últimos 6 anos, percebe-se tanto na pesquisa, quanto nos índices relativos às avaliações externas, que o ensino e a aprendizagem da Matemática precisam de investimentos. Embora, os índices mostrem, um avanço na aprendizagem de algumas habilidades da matemática, a partir do 5º ano do Ensino Fundamental, especialmente, há um declínio partindo do nível adequado no 3º ano e permanecendo no nível básico nos anos seguintes.

A indagação que fica: O que propor aos professores que atuam com essa área a fim de ajudá-los? Quais estudos relacionados à Matemática seriam pertinentes considerando a trajetória da Rede nessa formação?

Ressalta-se em terceiro lugar a necessidade formativa para a “Arte”. Tal apontamento está relacionado fortemente aos professores do Ensino Fundamental I, pois são polivalentes e não têm, em sua maioria, formação específica para esse componente curricular. Esse apontamento sugere a preocupação dos professores com as linguagens da Arte tão imprescindíveis na educação integral dos alunos.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, em seu Artigo 22 - § 2º, foi conquistada a obrigatoriedade do ensino de arte enquanto disciplina curricular escolar que diz “O ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Com a intenção de orientar os profissionais da educação sobre essa modalidade de ensino e propor organização de boas ações educativas, o Ministério da Educação – MEC produziu e divulgou amplamente os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte – PCN (1997) que em sua introdução enfatiza o papel e o lugar dessa disciplina ao dizer: (...) “Arte tem uma função tão importante quanto a dos outros conhecimentos no processo de ensino aprendizagem. A área de Arte está relacionada com as demais áreas e tem suas especificidades”.

Como propor então uma formação continuada em Arte? Que critérios utilizar?

A partir da análise dos dados da pesquisa realizada com os professores e estudos feitos, evidencia-se a necessidade de ampliação de conhecimentos teóricos – conceituais e metodológicos – em relação à arte. Vale ressaltar que é também de suma importância ampliar as oportunidades de contato intenso de professores e alunos com a cultura de modo geral, dentro e fora da escola. Faz-se necessário que o professor, responsável pelo processo educativo, tenha intimidade com os fenômenos artísticos e educacionais para saber articular conteúdos, recursos, técnicas, aprendizagens. É preciso incentivo quanto ao pensamento conceitual, filosófico, histórico que alimentam as formas de pensar, experimentar e produzir objetos artísticos, e ainda quanto às metodologias de ensino e compromisso com a democratização do acesso aos saberes sistematizados ao longo da história da humanidade. Investir na “Arte” também é uma necessidade da formação continuada de professores.

O Gráfico 15 aponta uma porcentagem considerável referente às necessidades formativas para a “Educação Física” (22,70%) e “Alfabetização” (22,56%). Ao refletir sobre a “Educação Física”, o apontamento feito no gráfico está intrinsecamente ligado à atuação dos professores de Ensino Fundamental I e são responsáveis por essa área de atuação.

Em relação à “Alfabetização”, percebe-se que apesar dos investimentos nesse campo de conhecimento há muitos anos, ainda é uma necessidade apontada por uma porcentagem considerável, já que estão contabilizados conjuntamente os professores do ciclo II do Ensino Fundamental I e professores do Ensino Fundamental II. Mas como propor formação em alfabetização sem ser redundante frente às formações já oferecidas?

Percebe-se ainda, nos apontamentos do gráfico, que os professores colocam como necessidades formativas as relacionadas à “Leitura e Produção Textual” (18%), à “Ciências da Natureza” (16%), à “Ciências Humanas” (15%), à “Tecnologia da Informação e Comunicação” (15%), ao “Ensino em Ambiente Heterogêneo” (15%), à “Gestão da Sala de Aula” (15%), ao “Desenvolvimento Moral / Mediação de Conflitos” (9%), ao “Ensino Religioso” (8,5%) e à “Avaliação” (5%).

Após apreciação dos questionários, conclui-se que as necessidades formativas dos professores do Ensino Fundamental II relacionam-se:

- Às dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais especiais;
- Ao ensino em ambiente heterogêneo;
- À gestão da sala de aula;
- À mediação de conflitos;
- Às tecnologias da informação e comunicação;
- À avaliação.

Não foi possível mensurar as quantidades de escolha apenas dos professores do Ensino Fundamental II.

### **5.3.2.) Questionário Individual do Professor (sistema Demanda Net)**

A Câmara de Formação Pedagógica, disponibilizou um segundo questionário pelo sistema digital *Demanda Net*, conforme explicações destacadas no item 5.2.2. O preenchimento desse questionário foi realizado no período de 14/09/2017 a 27/09/2017.

As respostas foram organizadas contemplando informações específicas do Ensino Fundamental I e II em separado. Os professores que atuam no NAAE participaram do questionário oferecido aos docentes do Ensino Fundamental I já que é nesta etapa a sua atuação.

#### **a) Apontamentos dos professores que atuam no Ensino Fundamental I:**

O questionário foi disponibilizado a todos os professores que atuavam em salas de Ensino Fundamental I, visto que possuímos professores efetivos e contratados e que o questionário só ficou visível àqueles que estavam em exercício de sua função. Houve participação de 523 docentes. Foram propostas questões sobre a realização da formação fora do ambiente escolar e as respostas apresentadas pelos professores constam nos quadros 20 a 23.

Quadro 20 – Formação fora do ambiente escolar – Horário mais adequado para participação –  
Ensino Fundamental I

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR HORÁRIO MAIS ADEQUADO PARA PARTICIPAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL I</b>	
Contra turno	Noturno
396	127

Observa-se, no Quadro 20, que a preferência de horário para participação em formação fora do ambiente escolar é para o contra turno com 396 indicações que representam 76% do total de participantes. Enquanto que para o período noturno foram feitos 127 apontamentos representando 24%. Vale lembrar que a garantia de formação em período noturno sempre representou uma necessidade para essa Rede já que há professores que atuam na Rede Estadual e o acúmulo de cargo é um direito legal, bem como professores que trabalham na Rede Privada.

Quadro 21 – Formação fora do ambiente escolar – Frequência dos encontros – Ensino Fundamental I

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR FREQUÊNCIA DOS ENCONTROS – ENSINO FUNDAMENTAL I</b>			
<b>Referente à frequência, para você, o ideal é que ela ocorra:</b>	Quinzenalmente	Semanalmente	Mensalmente
	124	20	379

No Quadro 21 observa-se que a maioria dos professores que atuam no Ensino Fundamental I e que participaram do questionário optam para que a formação fora do ambiente escolar aconteça com a frequência de um encontro mensal com 379 menções, ou seja, 72% dos participantes. A opção de encontros quinzenais foi feita por 124 participantes o que equivale a 24%. Já a opção de encontros semanais foi apontada por 20 participantes o que equivale a 4%.

Quadro 22 – Formação fora do ambiente escolar – Uso de ambiente virtual – Ensino Fundamental I

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR USO DE AMBIENTE VIRTUAL – ENSINO FUNDAMENTAL I</b>	
Sim	Não
385	138

O Quadro 22 demonstra que a maioria dos professores participantes adere ao uso de ambiente virtual com 385 indicações que representam 74% desse grupo.

Quadro 23 – Formação fora do ambiente escolar – Para profissionais iniciantes na Rede e/ou modalidade de ensino – Ensino Fundamental I

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR PARA PROFISSIONAIS INICIANTES NA REDE E/OU MODALIDADE DE ENSINO – ENSINO FUNDAMENTAL I</b>	
Sim	Não
503	20

Observa-se no Quadro 23, quanto à formação para os profissionais iniciantes na Rede e/ou na modalidade de ensino, que a maioria acredita que uma formação específica deve ser oferecida com 503 apontamentos que retratam a preferência de 96% dos participantes.

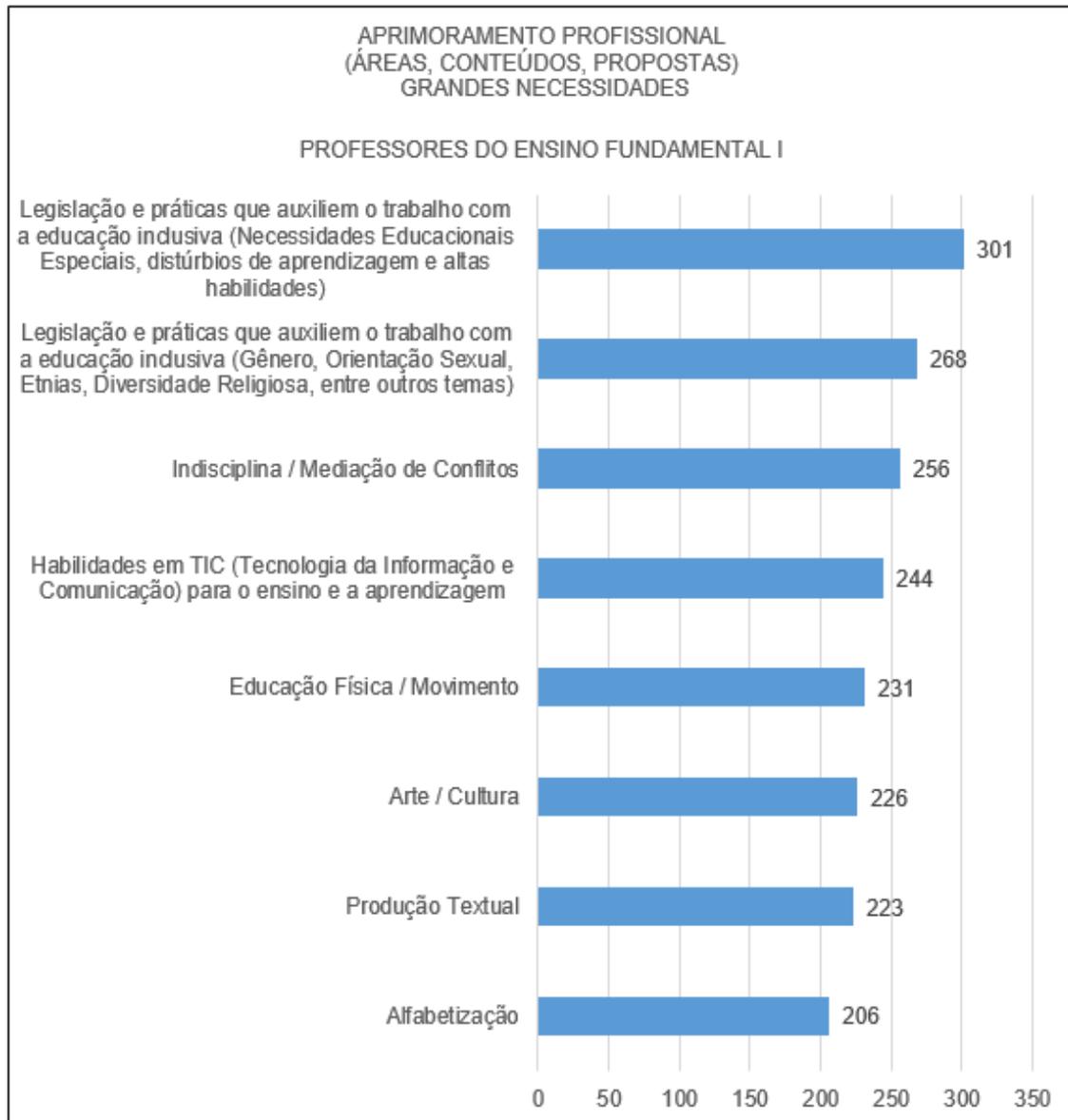
Os professores também foram convidados a responder questões sobre suas necessidades de desenvolvimento profissional e deveriam indicar até que ponto gostariam de ser atendidos frente a alguns conteúdos, áreas, propostas relacionadas. Alguns itens (a, b, d, f, i, j, k, l) foram considerados por esse grupo como necessidades moderadas.

Quadro 24 – Necessidades moderadas de formação apresentadas pelos professores do Ensino Fundamental I

<b>NECESSIDADES MODERADAS DE FORMAÇÃO APRESENTADAS PELOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I</b>				
Ao refletir sobre suas necessidades de desenvolvimento profissional, indique até que ponto você gostaria de ser atendido frente aos conteúdos, áreas, propostas aqui relacionadas:				
Itens	Nenhuma	Moderada	Pouca	Grande
a) Organização de currículo, rotina de trabalho, tempo didático, gestão da sala de aula.	53	235	159	76
b) Propostas diversificadas, ludicidade, jogos, ambiente multicultural e diversidade.	6	229	76	212
d) Propostas de leitura e literatura.	13	230	108	172
f) Ciências Humanas e da Natureza.	20	256	105	142
i) Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos).	30	242	138	113
j) Natureza e Sociedade.	8	202	75	162
j) Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc).	38	242	92	151
k) Matemática – Resoluções de Problemas / Blocos de conteúdo / Raciocínio lógico-matemático.	17	228	86	192
l) Práticas de Avaliação.	22	225	136	139

Os itens c, e, g, h, m, n, p, q foram considerados como grandes necessidades formativas devido o maior número de indicações apresentadas. O gráfico a seguir expõe as informações coletadas:

Gráfico 16 – Aprimoramento profissional (áreas, conteúdos, propostas) – grandes necessidades – Professores do Ensino Fundamental I



A análise do Gráfico 16 será realizada considerando as cinco necessidades formativas mais apontadas pelos professores que atuam no Ensino Fundamental I.

Destaca-se como maior demanda às referentes a “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais

especiais, distúrbios de aprendizagem e altas habilidades)” com 57% de menções, algo que foi indicado intensivamente nas respostas do primeiro questionário dos professores do Ensino Fundamental, em que apresentaram 33% de indicações para “Dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais especiais”. Essa também foi uma demanda muito apresentada pelos professores da Educação Infantil. Tal manifestação dá indícios sobre as dificuldades dos professores quanto as questões da Educação Inclusiva e Educação Especial.

A segunda maior necessidade apontada nesse segundo questionário relaciona-se à “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas)” com 51% de indicações. Essa não foi uma necessidade fortemente apontada pelos professores do Ensino Fundamental no primeiro questionário. Observa-se com esse apontamento que mais uma vez há grande preocupação com a Educação Inclusiva relacionada a diversos aspectos que vão desde às necessidades educacionais especiais até às diversidades de gênero, relações étnicas, entre outros.

“Indisciplina / Mediação de conflitos” foi o terceiro maior apontamento nessa segunda ação, algo que não apareceu entre as cinco maiores necessidades no primeiro questionário respondido pelos docentes do Ensino Fundamental, talvez porque os professores da Rede estejam mais voltados a temas conteudistas. Seria essa uma demanda momentânea ou uma necessidade de formação primordial? Como essa demanda é cuidada na escola? Há trabalho voltado à heteronomia ou à autonomia no ambiente escolar? O que a Rede compreende sobre desenvolvimento moral, indisciplina, mediação de conflitos, práticas dialógicas? É preciso pensar que as concepções de mundo, de criança, de escola, de ensino e de aprendizagem estão intrinsecamente ligadas à maneira como se olha para as relações interpessoais.

Em quarto lugar como grande necessidade formativa apareceu “Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem” com 47% de indicações. Essa necessidade não havia sido citada como as cinco maiores necessidades no primeiro questionário, mas percebe-se uma carência frente a esse conhecimento até porque, na atualidade,

faz-se necessário o estudo de uso da tecnologia como ferramenta para melhorar o aprendizado dos alunos e o dia a dia dos professores.

A quinta maior necessidade apresentada nesse segundo questionário relaciona-se à “Educação Física / Movimentos” com 44% de menções. Essa também foi uma necessidade indicada no primeiro questionário, em que 23% dos professores do Ensino Fundamental destacaram-na como a quarta maior necessidade formativa.

Os professores do Ensino Fundamental I atuam em muitas frentes, pois são polivalentes e responsáveis pelas aulas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Ensino Religioso, Arte, Educação Física. Pensar em todos esses componentes curriculares, seus conteúdos e as metodologias mais adequadas para ensinar é um grande desafio.

b) Apontamentos dos professores que atuam no Ensino Fundamental II:

O questionário foi disponibilizado a todos os professores que atuavam em salas de Ensino Fundamental II entre 14 e 27/09/2017 e houve participação de 43 docentes. Foram propostos questionamentos sobre a realização da formação fora do ambiente escolar e foram feitos os seguintes apontamentos:

Quadro 25 – Formação fora do ambiente escolar – Horário mais adequado para participação –  
Ensino Fundamental II

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR HORÁRIO MAIS ADEQUADO PARA PARTICIPAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL II</b>	
Contra turno	Noturno
36	7

Observa-se, no Quadro 25, que a preferência de horário para participação em formação fora do ambiente escolar é para o contra turno com 36 indicações que representam 84% do total de participantes. Enquanto que para o período noturno foram feitos 7 apontamentos representando 16%. Fica explícito que a formação em período noturno para os professores de Ensino Fundamental II torna-se inviável.

Quadro 26 – Formação fora do ambiente escolar – Frequência dos encontros – Ensino Fundamental II

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR FREQUÊNCIA DOS ENCONTROS – ENSINO FUNDAMENTAL II</b>			
<b>Referente à frequência, para você, o ideal é que ela ocorra:</b>	Quinzenalmente	Semanalmente	Mensalmente
	23	6	14

No Quadro 26, observa-se que a maioria dos professores que atuam no Ensino Fundamental II e que participaram desse questionário, optam para que a formação fora do ambiente escolar aconteça com a frequência de encontros quinzenais com 23 menções, ou seja, 53% dos participantes. A opção de encontros mensais foi feita por 14 participantes o que equivale a 33%. Já a opção de encontros semanais foi apontada por 6 participantes o que equivale a 14%.

Quadro 27 – Formação fora do ambiente escolar – Uso de ambiente virtual – Ensino Fundamental II

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR USO DE AMBIENTE VIRTUAL – ENSINO FUNDAMENTAL II</b>	
Sim	Não
38	5

O Quadro 27 demonstra que a maioria dos professores participantes adere ao uso de ambiente virtual com 38 indicações que representam 88% desse grupo.

Quadro 28 – Formação fora do ambiente escolar – Para profissionais iniciantes na Rede e/ou modalidade de ensino – Ensino Fundamental II

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR PARA PROFISSIONAIS INICIANTES NA REDE E/OU MODALIDADE DE ENSINO – ENSINO FUNDAMENTAL II</b>	
Sim	Não
35	8

Observa-se no quadro 28, quanto à formação para os profissionais iniciantes na Rede e/ou na modalidade de ensino, que a maioria acredita que uma formação específica deva ser oferecida com 35 apontamentos que retratam a preferência de 81% dos participantes.

Os professores também foram convidados a responder questionamentos sobre suas necessidades de desenvolvimento profissional, indicando o ponto que gostariam de ser atendidos frente aos conteúdos, áreas, propostas relacionadas. Os itens a, b, c, d, e, g, o foram considerados por esse grupo como

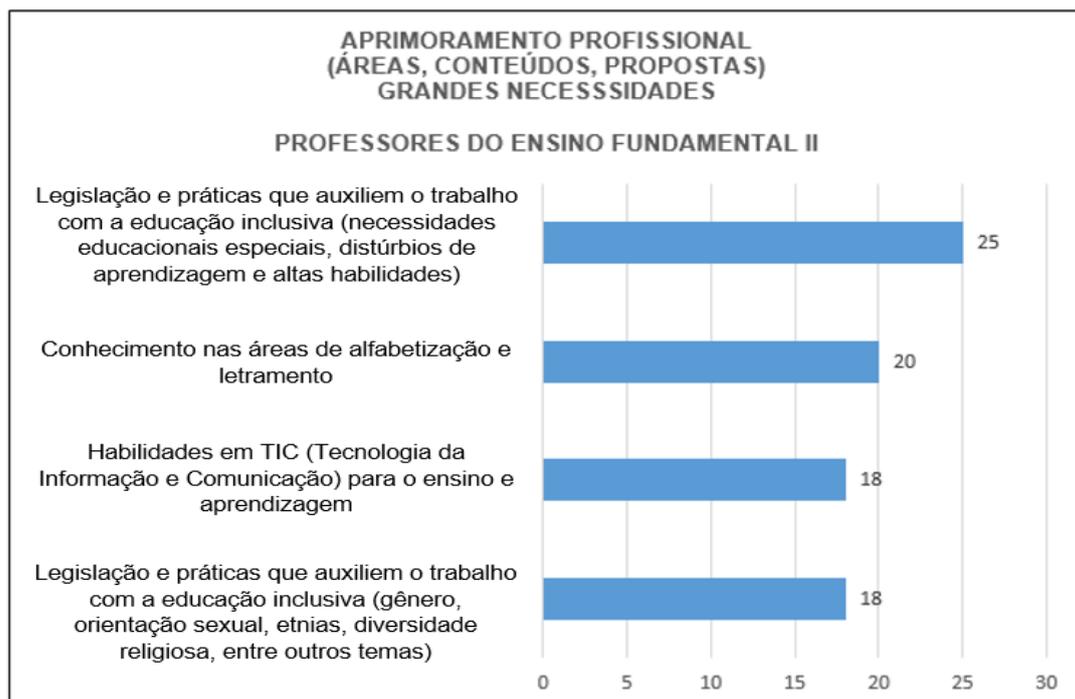
necessidades moderadas. No quadro a seguir apresentam-se os dados coletados:

Quadro 29 – Necessidades moderadas de formação apresentadas pelos professores do Ensino Fundamental II

<b>NECESSIDADES MODERADAS DE FORMAÇÃO APRESENTADAS PELOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II</b>				
Ao refletir sobre suas necessidades de desenvolvimento profissional, indique até que ponto você gostaria de ser atendido frente aos conteúdos, áreas, propostas aqui relacionadas:				
Itens	Nenhuma	Moderada	Pouca	Grande
a) Referencial de conteúdo e de desempenho para minha (s) principal (is) área (s) de ensino:	4	18	14	7
b) Práticas de avaliação de alunos.	4	17	16	6
c) Gestão da sala de aula.	5	18	12	8
d) Conhecimento e compreensão de minha(s) principal(is) área(s) de ensino.	6	17	16	4
e) Conhecimento e entendimento das práticas de ensino (mediação do conhecimento) em minha(s) principal(is) área(s) de ensino.	4	19	13	7
g) Problemas de disciplina e de comportamento dos alunos/Mediação de Conflitos em sala de aula.	1	21	7	14
h) Ensino em um ambiente multicultural/diversidade.	11	181	86	169

Os itens f, i, j, k foram considerados como grandes necessidades formativas e estão apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 17 – Aprimoramento profissional (áreas, conteúdos, propostas) – grandes necessidades – Professores do Ensino Fundamental II



Ao observar o gráfico sobre o aprimoramento profissional (áreas, conteúdos, propostas) em que os professores do Ensino Fundamental II que participaram do questionário explicitam como grandes necessidades, constata-se que o maior apontamento refere-se a “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e altas habilidades)” com 58% de indicações. Mais uma vez esse conteúdo é fortemente mencionado, o mesmo ocorreu no Ensino Fundamental I e na Educação Infantil. Essa demanda intensa demonstra que algo precisa ser feito.

Em segundo lugar, foi apontado o “Conhecimento nas áreas de alfabetização e letramento” com 46% de menções. Percebe-se uma grande preocupação dos professores de Ensino Fundamental II para os entraves que a educação vive em que, infelizmente, alguns alunos chegam nessa etapa sem a alfabetização garantida. Precisa ficar claro que a responsabilidade pela alfabetização se concentra no Ensino Fundamental I – Ciclo I, mas aquele aluno, com demandas específicas, seja por sua experiência de vida, seja pela falta de ensino de qualidade, precisa ser atendido em suas necessidades e potencialidades e, ao elencarem esse conteúdo como imprescindibilidade, demonstram sua preocupação, seu olhar cuidadoso e peculiar.

“Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas)” com 42% de apontamentos, ocupa a terceira maior indicação. Esse conteúdo aparece também no Ensino Fundamental I, percebe-se que essa é uma preocupação do professor que atua do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Outra demanda que aparece com a mesma porcentagem de apontamentos é “Habilidades em TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) para o ensino”, mais uma premência também mencionada pelos docentes do Ensino Fundamental I. Apontamentos recorrentes precisam ser cuidadosamente analisados.

*(...) análise de necessidades é considerada etapa do planejamento de programas de formação na medida em que orienta na formulação de objetivos e fornece informações para a*

*definição de conteúdos e atividades formativas. Só é possível obter êxito em reformas educacionais considerando o professor como um parceiro ativo e levando em conta as suas necessidades, pessoais e profissionais (LEITE et al. 2010, p.2).*

Assim, dar voz aos professores para pontuarem suas necessidades formativas foi ação imprescindível para a constituição desse estudo que será disponibilizado à Secretária da Educação para a tomada de decisão sobre a formação continuada na Rede Municipal de ensino.

#### **5.4.) Especialistas**

Apresenta-se, neste texto, uma análise dos resultados provenientes dos questionários encaminhados para as escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da Rede Municipal com a finalidade de colher informações sobre as necessidades formativas que os Especialistas da Educação observam em si e em seu grupo de professores. Também serão explicitados os resultados provenientes do questionário respondido pelos Supervisores de Ensino sobre suas necessidades formativas e de seus colegas de profissão.

Os questionários foram encaminhados para todas as escolas que compõem a Rede de Ensino. Das 95 escolas que atendem Educação Infantil, como dito anteriormente, 19 são conveniadas e 7, além do Infantil, atendem também Ensino Fundamental. Nesta análise de dados, optou-se por agrupar as respostas das escolas que atendem somente Educação Infantil, independentemente de serem municipais ou conveniadas, e foram separadas as que contemplam também o Fundamental. Portanto, é considerado aqui um total de 88 escolas de Educação Infantil. Deram devolutiva 74 Coordenadores Pedagógicos e 55 Diretores. Das sete escolas que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental, sete devolutivas de Coordenadores Pedagógicos e sete de Diretores foram dadas. Das 33 escolas de Ensino Fundamental, recebemos 32 respostas de Coordenadores Pedagógicos e 24 de Diretores. Dessas, 7 escolas possuem Ensino Fundamental I e II, e uma possui apenas o Ensino Fundamental II, seis Coordenadores Pedagógicos e sete Diretores responderam às questões.

Em relação aos Supervisores de Ensino, recebemos devolutivas de um total de 16 Supervisores.

A análise foi dividida em três partes: na primeira, apresenta-se a visão do Coordenador Pedagógico, na segunda, a visão do Diretor de Escola e na terceira, a visão do Supervisor de Ensino.

Na visão do Coordenador Pedagógico consta também análises feitas sobre um segundo questionário disponibilizado no sistema digital *Demanda Net* em relação à frequência de encontros de formação fora do ambiente e necessidades formativas.

Devido à diversidade das demandas apresentadas pelos especialistas, foram organizados quadros com a discriminação das necessidades para uma melhor visualização dos dados. Cada especialista apresentou mais de uma necessidade formativa de modo que o número total se refere aos apontamentos feitos e não ao total de profissionais que responderam aos questionários.

#### **5.4.1.) Visão do Coordenador Pedagógico**

Os quadros a seguir referem-se às respostas dos Coordenadores Pedagógicos às seguintes questões: “Ao refletir sobre suas atribuições, sua prática e o seu embasamento teórico, quais são suas necessidades formativas?” e “Ao observar e acompanhar o trabalho pedagógico dos profissionais que atuam em sua Unidade Escolar, quais são as necessidades formativas do seu grupo?”. Os dados foram organizados considerando, nos quadros 30 e 31, as respostas dos Coordenadores que atuam nas 88 escolas de Educação Infantil; nos quadros 32 e 33, as respostas dos Coordenadores que atuam nas sete escolas que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental I; nos quadros 34 e 35, as respostas dos Coordenadores que atuam nas 25 escolas que possuem apenas Ensino Fundamental I; e, por fim, nos quadros 36 e 37 as respostas dos Coordenadores que atuam nas escolas que atendem Ensino Fundamental I e II – sete com as duas modalidades e uma que possui apenas o Ensino Fundamental II.

Seguem os quadros 30 e 31 com as respostas dos 74 Coordenadores Pedagógicos de Educação Infantil que responderam o questionário:

Quadro 30 – Necessidades formativas do Coordenador Pedagógico da Educação Infantil

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Acompanhamento dos processos pedagógicos	37
Pauta formativa de HTPC e de PPM	18
Organização de documentação pedagógica (indicadores de registros reflexivos, planejamentos e portfólios)	16
Organização do tempo e rotinas	14
Expectativa de aprendizagem por faixa etária	12
Dupla conceitualização e tematização da prática	9
Base Nacional Comum Curricular e Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil	8
Gestão de Pessoas	7
Princípios da Educação Especial	7
Organizar o tempo de formação da equipe	6
Elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico	5
Formação continuada de professores	4
Legislação Educacional	3
Gestão Democrática	2
Relações interpessoais	2
Planejamento estratégico	2
Processos de aprendizagem do adulto	2
Embasamento teórico da função	2
Concepção de infância, gênero, cultura e identidade	2
Orientações e definições metodológicas	2
Construção de indicadores observáveis	1
Modalidades organizativas	1
Práticas de avaliação de alunos	1
Elaboração do Plano Escolar	1
Relação com a comunidade	1
Formação moral na Educação Infantil	1
TICs	1

No Quadro 30, observa-se que a maior necessidade apontada se refere a técnicas e procedimentos específicos da atuação do Coordenador Pedagógico no dia a dia escolar, sendo 37 indicações para o “Acompanhamento dos processos pedagógicos”, seguido de “Elaboração de pautas formativas de HTPC e de PPM” com 18 indicações e “Organização de documentação pedagógica”, com 16 citações, além de “Organização do tempo e das rotinas” com 14 menções. Também aparece como necessidade formativa o estudo, em rede, das “Expectativas de aprendizagem dos alunos de Educação Infantil” de acordo com a faixa etária, com 12 apontamentos e as “Estratégias formativas de dupla conceitualização e tematização da prática” com 9 indicações. Além desses

temas, propõe-se estudar a “Base Nacional Comum Curricular” e o “Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil” com 8 menções, além da “Gestão de Pessoas” e “Princípios da Educação Especial” com 7 apontamentos para cada. Será que esse Coordenador Pedagógico deveria participar ora de encontros com professores e ora de encontros com coordenadores? Como articular a formação do Coordenador Pedagógico para que seja “alimentado” em suas diversas e muitas demandas? Será que as necessidades formativas do Coordenador que atua em escolas com faixa etária de 0 a 3 anos são as mesmas dos Coordenadores que atuam com a faixa etária de 4 e 5 anos? Em que se aproximam e em que se diferenciam?

Quadro 31 – Necessidade formativa do grupo de professores da Educação Infantil segundo o Coordenador Pedagógico

<b>NECESSIDADE FORMATIVA DO GRUPO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO O COORDENADOR PEDAGÓGICO</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Embasamento teórico e prático	44
Arte	29
Desenvolvimento global da criança	15
Organização do tempo e do espaço	15
Avaliação	13
Formação moral na infância	13
Matemática	12
Gestão Democrática	10
Mediação de Conflitos	10
Educação Física - Movimento	8
Planejamento de atividades e sequências	8
Ciências da Natureza	7
Linguagem oral e escrita - alfabetização	7
Base Nacional Comum Curricular	6
Organização de Rotinas	6
Relação interpessoal: professor X professor, professor X gestor, professor X família	6
Cuidados	3
Cultura e História da África	3
Estudo e organização de um currículo para a Rede	3
TICs	3
Educação Física - Psicomotricidade	2
Reflexão sobre a prática	2
Articulação entre os eixos	1
Libras	1
Trabalho em equipe	1

No Quadro 31, observa-se que a maior necessidade dos Professores de Educação Infantil, segundo os Coordenadores Pedagógicos que atuam nesse segmento, estaria relacionada ao “Embasamento teórico e prático dos professores”, com 44 menções, e ao Currículo, em especial, no que se refere ao ensino de “Arte”, com 29 indicações e no ensino de “Matemática”, com 12 indicações. Quando os Coordenadores citam a necessidade de refletir sobre a “Arte”, justificam que precisariam estudar tanto os conteúdos referentes a esse componente curricular, quanto a metodologia de ensino; alguns ainda exemplificam como de suma importância uma orientação para o trabalho com a música na Educação Infantil. Em relação à “Matemática”, destacam a necessidade de se estudar a resolução de situações-problema. Além de apontarem significativamente para a necessidade de se estudar aspectos relacionados ao “Desenvolvimento global da criança”, “Organização do tempo e do espaço”, “Avaliação” e “Formação moral na infância” dentre outros.

Será que as observações feitas por esses Coordenadores Pedagógicos articulam-se com as necessidades formativas apontadas pelos próprios professores desse segmento?

Ao retomar os apontamentos dos professores de Educação Infantil, percebe-se uma articulação entre algumas demandas:

- Artes Visuais aparece como segundo maior apontamento das escolas conveniadas e Música em quarto;
- Lógica e Matemática é o maior apontamento feito pelos professores das escolas municipais, seguido de Música, Movimento, Gestão da Sala de Aula e Arte.

É possível visualizar certas convergências nas necessidades formativas descritas pelos professores e pelos Coordenadores Pedagógicos da Educação Infantil. Cabe refletir sobre as formas de se organizar as ações.

Nos Quadros 32 e 33 estão organizadas as respostas dos sete Coordenadores Pedagógicos que atuam nas escolas que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental I em mesmo prédio.

Quadro 32 – Necessidades formativas do Coordenador Pedagógico que atua na escola com Educação Infantil e Ensino Fundamental I

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO QUE ATUA NA ESCOLA COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico	2
Formação continuada de professores	2
Pauta formativa de HTPC	2
Princípios da Educação Especial	2
Processos de Avaliação	2
Troca de experiências com os pares	2
Acompanhamento de resultado de alunos	1
Educação em valores	1
Educação Física	1
Encaminhamentos e acompanhamentos às redes de atendimento especializadas (NAEE, Gato de Botas, CAPs)	1
Intervenções didáticas	1
O papel do coordenador pedagógico	1
Observação de sala de aula	1
Organização da rotina e do tempo	1
Registros e devolutivas de observação	1
Teorias e práticas na educação infantil	1

No Quadro 32, nota-se que a maior necessidade formativa do Coordenador Pedagógico que atua nas escolas que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental está centrada nas técnicas e procedimentos das atividades específicas do Coordenador, no que se refere a “Elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico”, “Formação continuada de professores”, “Pauta formativa de HTPC” e “Processos de Avaliação”, todos com 2 indicações. Como promover esses estudos? Quais agrupamentos são mais produtivos para estudar o PPP? Como estruturar a parte obrigatória do currículo em Rede e a parte diversificada? Como fortalecer o trabalho formativo dos Coordenadores Pedagógicos na escola? Qual é a concepção de avaliação da Rede e como fazer ampliação de saberes nessa área?

O Quadro 33 traz os apontamentos feitos pelos Coordenadores Pedagógicos sobre as necessidades formativas de seu grupo segundo suas observações.

Quadro 33 – Necessidade formativa do grupo de professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental segundo o Coordenador Pedagógico que atua em escolas com as duas modalidades

<b>NECESSIDADE FORMATIVA DO GRUPO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O COORDENADOR PEDAGÓGICO QUE ATUA EM ESCOLAS COM AS DUAS MODALIDADES</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Arte	4
Educação especial	4
Educação Física	4
Linguagem Oral e Escrita	4
Matemática	4
TICs	4
Avaliação	2
Ensino Religioso	2
Aspectos emocionais da criança	1
Ciências da Natureza	1
Ciências Humanas	1
Concepção sobre o processo de ensino e aprendizagem	1
Cuidados	1
Diversidade ética e cultural	1
Educação moral	1
Fases do desenvolvimento infantil	1
Organização do tempo e do espaço	1
Papel político e social do professor	1
Planejamento – modalidades organizativas	1
Registros reflexivo da aprendizagem	1

Observa-se no Quadro 33 que a maior necessidade formativa dos professores que atuam nas escolas que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental I, segundo os Coordenadores Pedagógicos que responderam ao questionário, está centrada em “Arte”, “Educação Especial”, “Educação Física”, “Linguagem Oral e Escrita”, “Matemática” e “TICs”, todas com 4 indicações. Observa-se, nos textos produzidos pelos Coordenadores, que, embora Língua Portuguesa e Matemática tenham sido amplamente exploradas no histórico de formação continuada da Rede, percebe-se a necessidade de manutenção desses conteúdos a fim de garantir a qualidade pedagógica e a aprendizagem das crianças, visto que esse segmento escolar atende crianças de 4 a 10 anos de idade, período em que a alfabetização se constitui e se consolida.

Observa-se também que as demandas apresentadas pelos Coordenadores Pedagógicos que atuam apenas na Educação Infantil e que atuam em escolas que possuem as duas modalidades – Educação Infantil e

Ensino Fundamental – são bem próximas, mesmo considerando as especificidades dessas escolas.

Nos quadros 34 e 35 descrevemos as respostas dos 25 Coordenadores Pedagógicos que atuam em escolas que possuem apenas Ensino Fundamental I.

Quadro 34 – Necessidades formativas do Coordenador Pedagógico que atua em escolas com apenas Ensino Fundamental I

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO QUE ATUA EM ESCOLAS COM APENAS ENSINO FUNDAMENTAL I</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Gestão de Pessoas	6
Linguagem Oral e Escrita (leitura, escrita, alfabetização, produção textual)	6
Estudo da Base Nacional Comum Curricular	5
Matemática	5
Princípios da Educação Especial	5
Dupla conceitualização	4
Elaboração de um currículo para a Rede	4
Formas de Avaliação	4
Pauta formativa de HTPC	4
Elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico	3
Gestão de rotina e de tempo	3
Gestão Escolar	3
Legislação Educacional	3
Temas transversais	3
TICs	3
Troca de experiências com os pares	3
Adaptação curricular	2
Arquivamento de registros	2
Interdisciplinaridade	2
Lidar com heterogeneidade	2
Mediação de Conflitos	2
Metodologias de ensino	2
Observação de sala de aula	2
Arte	1
Ciência da Natureza	1
Ciências Humanas	1
Condução de assembleias	1
Condução de reuniões de conselho de classe e de pais	1
Desenvolvimento infantil	1
Educação Física	1
Formação moral	1
Gestão Financeira	1
Perfil de coordenador e de diretor para a Rede	1
Planejamento e desenvolvimento	1
Processos de aprendizagem do adulto	1
Processos de Avaliação de alunos	1
Situações de conflitos e <i>bullying</i>	1

No que concerne às demandas formativas apontadas pelos Coordenadores Pedagógicos que atuam apenas com Ensino Fundamental I, observa-se que muitos apontam as necessidades sobre “Gestão de Pessoas” e “Linguagem Oral e Escrita (leitura, escrita, alfabetização, produção textual)” com 6 menções cada. Aparece também sobre o “Estudo da Base Nacional Comum Curricular”, a fim de se pensar um Currículo para a Rede, “Matemática” e “Educação Especial” com 5 indicações. Refletem que, por mais que já tenham sido abordados os conteúdos relacionados à matemática, à leitura e à escrita, ainda se faz necessário investir nesse viés da formação.

Os Coordenadores Pedagógicos apontam dificuldade em fazer o acompanhamento dos professores, alguns relacionam essa dificuldade às diversas demandas, sempre urgentes, que surgem na escola, o que prejudica a gestão de tempo e outros ao “como fazer” e quais estratégias utilizar. Salientam dúvidas relacionadas à dupla conceitualização, apesar dessa estratégia formativa ter sido muito estudada nos últimos anos. E sugerem momentos de formação que discutam o fazer específico do Coordenador a partir de troca de experiências e de estudos de casos.

Em relação à necessidade apontada no item “inclusão”, os coordenadores, de modo geral, explicitam sua dificuldade em orientar o professor nas mais variadas síndromes e transtornos, tanto no aspecto pedagógico quanto no aspecto burocrático (históricos, relatórios, etc.).

Também demonstram grande inquietação em relação à forma como alguns professores não se apropriam das estratégias estudadas na formação continuada. Apontam incoerência no que Schon (2003) classifica como homologia de processos, estratégia que busca a coerência entre a formação recebida pelo Coordenador Pedagógico e os professores e a didática adotada nas atividades com os alunos.

Quadro 35 – Necessidade formativa do grupo de professores do Ensino Fundamental segundo o Coordenador Pedagógico

<b>NECESSIDADE FORMATIVA DO GRUPO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O COORDENADOR PEDAGÓGICO</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Linguagem Oral e Escrita	12
Matemática	11
Gestão da sala de aula	9
Educação Especial	8
Educação Física	7
Arte	6
Prática Avaliativa no contexto escolar	6
TICs	6
Mediação de Conflitos	5
Ciências da Natureza	4
Relação interpessoal: professor X professor, professor X gestor, professor X família	4
Ciências Humanas	3
Registros e acompanhamentos	3
Compreensão do currículo	2
Motivação	2
Trabalhar com a heterogeneidade	2
Autonomia intelectual	1
Ensino Religioso	1
Planejamento	1
Prática pedagógica	1
Produtividade	1
Teorias do desenvolvimento infantil	1

Observa-se no quadro acima, que, na visão do Coordenador Pedagógico que atua em escolas com apenas Ensino Fundamental I, o grupo de professores apresenta maiores fragilidades formativas no que concerne ao campo da “Linguagem Oral e Escrita”, mesmo tendo sido foco de estudo em formação continuada nos últimos anos. Quando citam a necessidade de se estudar a “Língua Portuguesa”, os coordenadores destacam, como prioridade, dentro do que abarca o estudo da língua, a reflexão sobre alfabetização, sobre produção textual e sobre gêneros textuais. Provavelmente, o que precisa ser elucidado, nas discussões, é a concepção de ensino de alfabetização, pois, mesmo tendo sido amplamente discutido nos anos anteriores, é preciso considerar que o grupo de professores vem se renovando, hoje contamos com 65% de professores, no Ensino Fundamental I, com até 10 anos de trabalho. “Matemática” também é um componente apontado de maneira intensa, tanto pelos coordenadores quanto pelos professores. Como propor uma formação que atenda essas necessidades, ampliando as propostas já desenvolvidas nos anos anteriores?

Em seguida, são apontadas necessidades sobre “Gestão da sala de aula” e “Educação Especial”, assuntos recorrentes nas solicitações dos professores.

Nos Quadros 36 e 37, apresentamos a resposta de seis Coordenadores Pedagógicos que atuam nas escolas que possuem Ensino Fundamental I e II.

Quadro 36 – Necessidades formativas do Coordenador Pedagógico que atua no Ensino Fundamental I e II

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO QUE ATUA NO ENSINO FUNDAMENTAL I E II</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Avaliação da aprendizagem	4
Projeto Político Pedagógico	4
Dupla conceitualização e teorização da prática	3
Gestão de Pessoas	3
Mediação de Conflitos	3
Troca de experiências com outros coordenadores	3
Alfabetização e letramento	2
Bases teóricas sobre a função do coordenador pedagógico	2
Currículo	2
Educação Inclusiva	2
TICs	2
Desenvolvimento moral na infância	1
Educação integral	1
Gestão de Processos	1
Gestão de Projetos	1
Metodologia nas áreas de conhecimento	1
Rotina administrativa e pedagógica	1

Observa-se que os coordenadores elencam as necessidades relacionadas à “Elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico”. Também demonstram inquietações relacionadas à “forma de avaliar os alunos e como interpretar essa avaliação”. Há, ainda, apontamentos referentes ao fazer do Coordenador sobre as estratégias formativas de “dupla conceitualização e teorização da prática” e “troca de experiências entre os Coordenadores”, apontando para a necessidade de se promover estudos em grupo. Ainda ocupa destaque, dentre as diversas necessidades elencadas, a “Mediação de Conflitos” e a “Gestão de Pessoas” demonstrando a preocupação dos coordenadores com as relações que se estabelecem nas escolas e a demanda de aprofundamento teórico referentes às práticas que envolvem essas relações humanas em prol da aprendizagem significativa dos estudantes. Como articular em formação essas diversas necessidades?

Quadro 37 – Necessidade formativa do grupo de professores de Ensino Fundamental I e II segundo o Coordenador Pedagógico que atua em escolas com as duas modalidades

<b>NECESSIDADE FORMATIVA DO GRUPO DE PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL I E II SEGUNDO O COORDENADOR PEDAGÓGICO QUE ATUA EM ESCOLAS COM AS DUAS MODALIDADES</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Educação Inclusiva	3
Gestão da sala de aula	3
Planejamento e intencionalidade da ação	3
Avaliação	2
Currículo	2
Educação integral e currículo	2
Função social da escola	2
Mediação de Conflitos	2
Princípios e metodologias de ensino	2
Registros específicos para PEB II	2
TICs	2
Alfabetização e letramento	1
Interdisciplinaridade	1
Relações interpessoais	1
Tempo didático	1

Em relação às necessidades do grupo de professores, os Coordenadores elencaram como principais os temas relacionados à “Gestão da sala de aula”, “Planejamento e intencionalidade da ação” e “Educação Inclusiva”, todos com três apontamentos. No que concerne à “gestão da sala de aula”, observamos, nas palavras de Tardif, 2002, que:

*Ensinar é entrar numa sala de aula e colocar-se diante de um grupo de alunos, esforçando-se para estabelecer relações e desencadear com eles um processo de formação mediado por uma grande variedade de interações (TARDIF, 2002, p.165).*

Dessa forma, observa-se que a ação do professor se inicia no estabelecimento de relações com os alunos. Para tanto, cada professor desenvolve uma forma de interagir e de organizar a rotina de sua aula a partir da formação pessoal e profissional que é inerente a cada ser humano, associada às experiências que estabelece ao longo da carreira com outros professores. Como instrumentalizar essa gestão? Como promover ações que a dinamizem? É preciso promover discussões e estudos para que os professores tenham condições de (I) vislumbrar a necessidade de mudança na gestão da sala de

aula; (II) observar quais ações precisam ser modificadas; e (III) promover as alterações devidas.

Desse modo, vemos que a gestão da sala de aula está intimamente ligada ao “Planejamento e intencionalidade da ação”, outra necessidade formativa que os Coordenadores Pedagógicos do Fundamental I e II apontam frente ao seu grupo de professores.

A Educação Inclusiva, mais uma vez, tem lugar de destaque dentre as necessidades formativas do grupo. O que implica pensar que se constitui sim em uma demanda complexa para o professor.

Referente ao segundo questionário disponibilizado aos Coordenadores Pedagógicos, participaram 15 das escolas conveniadas de Educação Infantil, 61 coordenadores das escolas municipais de Educação Infantil, 6 que atuam em escolas com Educação Infantil e Ensino Fundamental I no mesmo prédio, 25 de Ensino Fundamental I, 6 que estão em escolas que possuem o Ensino Fundamental I e II e 1 do Ensino Fundamental II.

Inicialmente foram feitas perguntas sobre a formação fora do ambiente escolar em relação à frequência de encontros, uso de ambiente virtual e oferta de formações específicas para profissionais iniciantes na Rede e/ou modalidade de ensino. Os quadros 38, 39 e 40 mostram os apontamentos feitos.

Quadro 38 – Formação fora do ambiente escolar – Frequência dos encontros – Apontamentos dos Coordenadores Pedagógicos

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR FREQÜÊNCIA DOS ENCONTROS – APONTAMENTOS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS</b>			
<b>Coordenadores Pedagógicos</b>	<b>Quinzenalmente</b>	<b>Semanalmente</b>	<b>Mensalmente</b>
Educação Infantil – Escolas Conveniadas	9	2	4
Educação Infantil – Escolas Municipais	28	4	29
Educação Infantil e Ensino Fundamental I – mesmo prédio	4	1	1
Ensino Fundamental I	12	2	11
Ensino Fundamental I e II – mesmo prédio	5	0	1
Ensino Fundamental II	0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>10</b>	<b>46</b>

No Quadro 38 observa-se que a maioria dos Coordenadores Pedagógicos prefere que a formação fora do ambiente escolar aconteça com frequência de

encontros quinzenais com 58 apontamentos sendo 51%. A opção por reuniões mensais foi feita por 46 coordenadores, que representam 40%, enquanto que para reuniões semanais foram feitos 10 apontamentos, representando 9%. Observa-se que no grupo de Coordenadores Pedagógicos que atuam nas escolas municipais de Educação Infantil houve uma divisão entre as opções quinzenalmente e mensalmente com 28 e 29 apontamentos respectivamente, sendo uma indicação a mais para encontros mensais. Os coordenadores que atuam em escolas de Ensino Fundamental I ficaram divididos entre encontros mensais (11) e quinzenais (12), sendo a opção quinzenal com maior número de indicações.

Quadro 39 – Formação fora do ambiente escolar – Uso de ambiente virtual – Apontamentos dos Coordenadores Pedagógicos

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR – USO DE AMBIENTE VIRTUAL – APONTAMENTOS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS</b>		
<b>Coordenadores Pedagógicos</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Educação Infantil – Escolas Conveniadas	10	5
Educação Infantil – Escolas Municipais	42	19
Educação Infantil e Ensino Fundamental I – mesmo prédio	5	1
Ensino Fundamental I	22	3
Ensino Fundamental I e II – mesmo prédio	4	2
Ensino Fundamental II	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>30</b>

O Quadro 39 demonstra que a maioria dos Coordenadores Pedagógicos participantes adere ao uso de ambiente virtual com 84 indicações que representam 74% desse grupo.

Quadro 40 – Formação fora do ambiente escolar – Para profissionais iniciantes na Rede e/ou modalidade de ensino – Apontamentos dos Coordenadores Pedagógicos

<b>FORMAÇÃO FORA DO AMBIENTE ESCOLAR – PARA PROFISSIONAIS INICIANTES NA REDE E/OU MODALIDADE DE ENSINO – APONTAMENTOS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS</b>		
<b>Coordenadores Pedagógicos</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Educação Infantil – Escolas Conveniadas	15	0
Educação Infantil – Escolas Municipais	57	4
Educação Infantil e Ensino Fundamental I – mesmo prédio	4	2
Ensino Fundamental I	24	1
Ensino Fundamental I e II – mesmo prédio	6	0
Ensino Fundamental II	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>7</b>

Observa-se no Quadro 40, quanto à formação para os profissionais iniciantes na Rede e/ou na modalidade de ensino, que a maioria acredita que uma formação específica deve ser oferecida com 107 apontamentos que retratam a preferência de 94% dos participantes.

Os Coordenadores Pedagógicos também foram convidados a responder questionamentos sobre os subsídios e discussões que consideram pertinentes para os encontros entre coordenadores. Os quadros 41, 42 e 43 demonstram as respostas apresentadas por eles.

Quadro 41 – Subsídios para a formação continuada do Coordenador Pedagógico –  
Documentação e Referenciais Curriculares

<b>SUBSÍDIOS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO – DOCUMENTAÇÃO E REFERENCIAIS CURRICULARES</b>		
<b>Elaboração de documentos oficiais padronizados a toda rede – Plano de Ensino Anual, Plano de Trabalho Mensal ou Bimestral, Rotinas semanais, Referenciais Curriculares com conteúdos a serem garantidos minimamente em rede, Regulamentações para preenchimento de relatórios/Diário de Classe...</b>		
<b>Coordenadores Pedagógicos</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Educação Infantil – Escolas Conveniadas	12	3
Educação Infantil – Escolas Municipais	54	7
Educação Infantil e Ensino Fundamental I – mesmo prédio	5	1
Ensino Fundamental I	23	2
Ensino Fundamental I e II – mesmo prédio	5	1
Ensino Fundamental II	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>14</b>

Observa-se no Quadro 41 que os Coordenadores Pedagógicos de todas as modalidades necessitam de subsídios para elaboração de documentos oficiais padronizados a toda Rede (Plano de Ensino Anual, Plano de Trabalho Mensal ou Bimestral, Rotinas semanais, Referenciais Curriculares com conteúdos a serem garantidos minimamente em Rede, Regulamentações para preenchimento de relatórios/Diário de Classe...), pois foram feitas 100 indicações que representam 88% do grupo.

Quadro 42 - Subsídios para a formação continuada do Coordenador Pedagógico – Demandas apresentadas como grandes necessidades

<b>SUBSÍDIOS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO – DEMANDAS APRESENTADAS COMO GRANDES NECESSIDADES</b>					
<b>Coordenadores Pedagógicos</b>	<b>Orientações sobre a elaboração, execução e avaliação do PPP, Plano Escolar, Projetos Institucionais ...</b>	<b>Participação junto aos professores das formações que serão oferecidas a eles para acompanhamento das ideias e reflexões.</b>	<b>Orientação específica para CP sobre os caminhos percorridos nas formações oferecidas aos professores de maneira antecipada.</b>	<b>Legislação Educacional – Aprimoramento / Atualização dos conhecimentos legais.</b>	<b>Gestão Pedagógica e de Recursos Didáticos</b>
Educação Infantil–Escolas Conveniadas	8	10	8	12	9
Educação Infantil–Escolas Municipais	30	28	48	30	26
Educação Infantil e Ensino Fundamental I – mesmo prédio	4	1(*)	6	3	3
Ensino Fundamental I	15	12	16	15	12
Ensino Fundamental I e II – mesmo prédio	3	4	5	2 (**)	5
Ensino Fundamental II	1	1	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>56</b>	<b>84</b>	<b>63</b>	<b>56</b>

(\*) Quantidade indicada como grande necessidade, embora a maior indicação tenha sido para necessidade moderada com 4 menções.

(\*\*) Quantidade indicada como grande necessidade, embora a maior indicação tenha sido para necessidade moderada com 3 menções.

O Quadro 42 destaca que 84 Coordenadores Pedagógicos, ou seja, 74% dos participantes, explicitam que precisam de “Orientação específica sobre os caminhos percorridos nas formações oferecidas aos professores de maneira antecipada”, sendo esse um subsídio muito solicitado referente ao segundo questionário, item e, da questão 2. Também ressalta-se a necessidade de “Aprimoramento / Atualização dos conhecimentos legais (Legislação Educacional)” com 63 menções que referem-se a 55% dos participantes. “Orientações sobre a elaboração, execução e avaliação do PPP, Plano Escolar,

Projetos Institucionais...” recebeu 61 indicações que representam a solicitação de 54% dos Coordenadores Pedagógicos. “Participação junto aos professores das formações que serão oferecidas a eles para acompanhamento das ideias e reflexões” e “Gestão Pedagógica e de Recursos Didáticos” também foram muito solicitados com 56 indicações para cada que representam 49% do grupo.

Os itens “Construção e elaboração de pautas de HTPC” e “Acompanhamento de supervisor e equipe de formação na escola para subsidiar e fortalecer as ações educativas realizadas” não receberam intensidade de votos como grandes necessidades. Qual seria a real necessidade dos Coordenadores Pedagógicos para essas questões? Como diagnosticar?

Outro questionamento relativo a conteúdos, áreas, propostas disponibilizados aos professores, também foram estendidos aos Coordenadores Pedagógicos. Os quadros 43, 44, 45, 46 e 47 destacam as informações colhidas.

Quadro 43 – Necessidades formativas dos Coordenadores Pedagógicos que atuam em escolas conveniadas de Educação Infantil

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO QUE ATUA NA ESCOLA CONVENIADA DE EDUCAÇÃO INFANTIL</b>					
<b>Grupos</b>	<b>Conteúdos / Temas / Assuntos / Áreas</b>	<b>Necessidades</b>			
		<b>Nenhuma</b>	<b>Moderada</b>	<b>Pouca</b>	<b>Grande</b>
<b>1</b>	Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos).	0	5	1	9
	Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais).	0	7	0	8
	Raciocínio lógico-matemático.	0	6	1	8
	Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal.	0	6	1	8
	Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc).	0	5	2	8
	Propostas diversificadas (cantos, exploração de espaços e materiais, brincadeiras em espaços internos e externos).	0	5	2	8
	Avaliação – observação e registro (relatórios, fotografias, vídeos, semanários, portfólios das crianças).	1	5	1	8
<b>2</b>	Organização e gestão da rotina, dos tempos e dos espaços, propiciando o cuidar integrado ao educar.	1	7	1	6
	Música – o fazer e a apreciação musical.	0	10	2	3
	Natureza e Sociedade.	1	9	2	3
	Identidade e Autonomia / Moralidade Infantil / Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas.	1	8	2	4
	Linguagem Oral e Escrita.	2	8	2	3
	Movimento.	1	7	2	5
	Artes visuais – o fazer e a apreciação artística.	1	7	3	4
	Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem.	2	7	4	2

Observa-se no Quadro 43, em que 15 Coordenadores Pedagógicos participaram, que os apontamentos relacionados ao Grupo 1 receberam maior número de indicações no campo de grande necessidade. São eles: “Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades

e projetos)” com 60% de menções; “Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc)”, “Raciocínio lógico-matemático”, “Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e elaboração de Referenciais atuais para a Rede pública municipal”, “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais)”, “Propostas diversificadas (cantos, exploração de espaços e materiais, brincadeiras em espaços internos e externos)” e “Avaliação – observação e registro (relatórios, fotografias, vídeos, semanários, portfólios das crianças)” com 53% de indicações. Seriam essas as maiores necessidades desse grupo de coordenadores?

Os conteúdos e temas relacionados ao Grupo 2 são os que receberam maior incidência de apontamentos como necessidade moderada de formação.

Quadro 44 – Necessidades formativas dos Coordenadores Pedagógicos que atuam em escolas municipais de Educação Infantil

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS QUE ATUAM EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL</b>					
<b>Grupos</b>	<b>Conteúdos / Temas / Assuntos / Áreas</b>	<b>Necessidades</b>			
		<b>Nenhuma</b>	<b>Moderada</b>	<b>Pouca</b>	<b>Grande</b>
<b>1</b>	Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal.	0	16	7	38
	Música – o fazer e a apreciação musical.	1	15	10	35
	Identidade e Autonomia / Moralidade Infantil / Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas.	1	9	16	35
	Raciocínio lógico-matemático.	2	17	10	32
	Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais).	0	20	11	28
	Movimento.	3	20	11	27
	Artes visuais – o fazer e a apreciação artística.	2	18	14	27
	Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc).	2	24	11	24
	Propostas diversificadas (cantos, exploração de espaços e materiais, brincadeiras em espaços internos e externos).	2	24	11	24
<b>2</b>	Linguagem Oral e Escrita.	1	27	18	15
	Natureza e Sociedade.	1	27	16	17
	Avaliação – observação e registro (relatórios, fotografias, vídeos, semanários, portfólios das crianças).	3	25	10	23
	Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem.	4	25	12	20
	Organização e gestão da rotina, dos tempos e dos espaços, propiciando o cuidar integrado ao educar.	3	22	20	16
	Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos).	3	21	15	22

Observa-se no Quadro 44, em que 61 Coordenadores Pedagógicos participaram, que os apontamentos relacionados ao Grupo 1 receberam maior número de indicações no campo de grande necessidade. São eles: “Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e elaboração de

Referenciais atuais para a Rede pública municipal” com 62% de menções; “Música – o fazer e a apreciação musical” e “Identidade e Autonomia / Moralidade Infantil / Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas” com 57%; “Raciocínio lógico-matemático” com 52%; “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais)” com 46%; “Movimento” e “Artes visuais – o fazer e a apreciação artística” com 44%; “Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc)” e “Propostas diversificadas (cantos, exploração de espaços e materiais, brincadeiras em espaços internos e externos)” com 39% de indicações.

No Quadro 44, referem-se ao Grupo 2 as demandas com maior número de indicações para necessidade moderada.

Quadro 45 – Necessidades formativas dos Coordenadores Pedagógicos que atuam em escolas municipais que contemplam Educação Infantil e Ensino Fundamental I

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS QUE ATUAM EM ESCOLAS MUNICIPAIS QUE CONTEMPLAM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I</b>					
<b>Grupos</b>	<b>Conteúdos / Temas / Assuntos / Áreas</b>	<b>Necessidades</b>			
		<b>Nenhuma</b>	<b>Moderada</b>	<b>Pouca</b>	<b>Grande</b>
<b>1</b>	Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos).	0	1	1	4
	Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal.	0	1	1	4
	Organização de currículo, rotina de trabalho, tempo didático, gestão da sala de aula.	2	0	0	4
	Propostas diversificadas, ludicidade, jogos, ambiente multicultural e diversidade.	2	0	0	4
	Raciocínio lógico-matemático.	0	2	1	3
	Relações dialógicas entre escola-família.	0	2	1	3
<b>2</b>	Música – o fazer e a apreciação musical.	0	4	1	1
	Movimento.	0	4	1	1
	Linguagem oral e escrita.	0	4	2	0
	Natureza e Sociedade.	0	3	2	1
<b>3</b>	Artes visuais – o fazer e a apreciação artística.	0	2	2	2
	Identidade e Autonomia / Moralidade Infantil / Gênero, Orientação Sexual, Etnias,	0	2	2	2

3	Diversidade Religiosa, entre outros temas.				
	Organização e gestão da rotina, dos tempos e dos espaços, propiciando o cuidar integrado ao educar.	1	2	1	2
	Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem.	1	2	1	2
	Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc).	1	1	2	2
	Propostas diversificadas (cantos, exploração de espaços e materiais, brincadeiras em espaços internos e externos).	1	1	2	2
4	Educação Física / Movimentos.	0	1	0	1
	Alfabetização.	1	0	0	1
	Propostas de leitura e literatura.	1	0	0	1
	Produção Textual.	1	0	0	1
	Arte / Cultura.	1	0	0	1
	Práticas de Avaliação.	0	0	1	1
	Indisciplina / Mediação de Conflitos.	0	0	1	1
	Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e altas habilidades).	0	1	0	1
	Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas).	0	0	1	1
	Matemática – Resoluções de Problemas / Blocos de conteúdo / Raciocínio lógico-matemático.	0	2	0	0
Ciências Humanas e da Natureza.	0	1	1	0	

O Quadro 45 destaca as necessidades formativas dos Coordenadores Pedagógicos que atuam em escolas municipais que contemplam Educação Infantil e Ensino Fundamental I. A participação desse grupo não é de 100% para todas as questões, ora 6 coordenadores participaram, ora 2. Observa-se que os temas/conteúdos do Grupo 1 referem-se aos que receberam maior incidência de apontamentos como grande necessidade. São eles: “Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos)”, “Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal”, “Organização de currículo,

rotina de trabalho, tempo didático, gestão de sala de aula” e “Propostas diversificadas, ludicidade, jogos, ambiente multicultural e diversidade” com 66,66% de menções cada; “Raciocínio lógico-matemático” e “Relações dialógicas entre escola-família” com 50% de indicações para cada. No Grupo 2 desse mesmo quadro estão destacados os conteúdos/temas em que receberam maior apontamento para necessidade moderada de formação. O Grupo 3 traz demandas em que houve empate entre as proposições, ora como moderada, ora como pouca ora como grande. Já o Grupo 4 traz questões respondidas por apenas 2 coordenadores, dificultando a análise desses dados frente a quantidade de coordenadores dessa modalidade e os apontamentos feitos.

Quadro 46 – Necessidades formativas dos Coordenadores Pedagógicos que atuam em escolas municipais que contemplam Ensino Fundamental I

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS QUE ATUAM EM ESCOLAS MUNICIPAIS QUE CONTEMPLAM ENSINO FUNDAMENTAL I</b>					
<b>Grupos</b>	<b>Conteúdos / Temas / Assuntos / Áreas</b>	<b>Necessidades</b>			
		<b>Nenhuma</b>	<b>Moderada</b>	<b>Pouca</b>	<b>Grande</b>
<b>1</b>	Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal.	0	3	2	20
	Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e altas habilidades).	0	3	2	20
	Produção Textual.	0	7	2	16
	Matemática – Resoluções de Problemas / Blocos de conteúdo / Raciocínio lógico-matemático.	0	5	4	16
	Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem.	0	4	5	16
	Educação Física / Movimentos.	0	6	4	15
	Práticas de Avaliação.	0	8	4	13
	Indisciplina / Mediação de Conflitos.	0	5	7	13
	Propostas diversificadas, ludicidade, jogos, ambiente multicultural e diversidade.	0	7	6	12
	Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc).	1	7	4	12
	Alfabetização.	1	6	7	11
	Organização de currículo, rotina de trabalho, tempo didático, gestão da sala de aula.	1	6	7	11
	Propostas de leitura e literatura.	0	9	6	10

	Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos).	1	9	5	10
	Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas).	0	7	5	9
<b>2</b>	Arte / Cultura.	0	11	4	10
	Ciências Humanas e da Natureza.	1	10	6	8

O Quadro 46 retrata os apontamentos feitos pelos Coordenadores Pedagógicos que atuam em escolas municipais de Ensino Fundamental I frente a algumas necessidades formativas. No Grupo 1 encontram-se aqueles que receberam maior incidência de menções como grande necessidade formativa. São eles: “Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal” e “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e altas habilidades)” com 80% de indicações para cada; “Produção Textual”, “Matemática – Resoluções de Problemas / Blocos de conteúdo / Raciocínio lógico-matemático” e “Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem” com 64% de menções cada; “Educação Física / Movimentos” com 60%; “Práticas de Avaliação” e “Indisciplina / Mediação de Conflitos” com 52% cada; “Propostas diversificadas, ludicidade, jogos, ambiente multicultural e diversidade” e “Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc)” com 48% cada; “Alfabetização” e “Organização de currículo, rotina de trabalho, tempo didático, gestão da sala de aula” com 44%; “Propostas de leitura e literatura” e “Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos)” com 40% cada; e “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas)” com 36% de indicações. O Grupo 2 relaciona-se aos conteúdos/temas que receberam maior indicação como necessidade formativa moderada.

Observa-se que os 25 Coordenadores Pedagógicos que responderam ao questionário e atuam no Ensino Fundamental I, colocam grande parte dos conteúdos como grande necessidade formativa.

Quadro 47 – Necessidades formativas dos Coordenadores Pedagógicos que atuam em escolas municipais que contemplam Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II no mesmo prédio ou apenas Ensino Fundamental II

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS QUE ATUAM EM ESCOLAS MUNICIPAIS QUE CONTEMPLAM ENSINO FUNDAMENTAL I E ENSINO FUNDAMENTAL II NO MESMO PRÉDIO OU APENAS ENSINO FUNDAMENTAL II</b>					
Grupos	Conteúdos / Temas / Assuntos / Áreas	Necessidades			
		Nenhuma	Moderada	Pouca	Grande
1	Práticas de Avaliação.	0	2	0	5
	Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos).	0	0	1	5
	Indisciplina / Mediação de Conflitos.	0	0	2	5
	Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e altas habilidades).	1	0	1	5
	Produção Textual.	0	2	0	4
	Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem.	0	2	1	4
	Matemática – Resoluções de Problemas / Blocos de conteúdo / Raciocínio lógico-matemático.	0	1	1	4
	Conhecimento da Base Curricular Nacional e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal.	1	1	0	4
	Propostas de leitura e literatura.	0	2	1	3
	Arte / Cultura.	0	2	1	3
	Conhecimento e entendimento das práticas de ensino (mediação do conhecimento).	0	2	1	3
	Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc).	1	1	1	3
	Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas).	1	1	1	3
	Educação Física / Movimentos.	1	0	2	3

2	Alfabetização.	0	4	1	2
	Organização de currículo, rotina de trabalho, tempo didático, gestão da sala de aula.	0	4	1	1
3	Propostas diversificadas, ludicidade, jogos, ambiente multicultural e diversidade.	0	3	0	3
4	Ciências Humanas e da Natureza.	0	1	3	2
5	Gestão da sala de aula	0	0	0	1
	Ensino em um ambiente multicultural/diversidade.	0	0	0	1

No Quadro 47 estão organizadas as necessidades formativas apresentadas pelos Coordenadores Pedagógicos que atuam em escolas municipais que possuem Ensino Fundamental I e II ou apenas Ensino Fundamental II referente ao segundo questionário disponibilizado no Demanda Net. Houve participação de 7 coordenadores desse grupo, porém, em algumas questões, não aparece indicações de todos. Os conteúdos/temas relacionados ao Grupo 1, do quadro, relacionam-se aos que receberam maior incidência de menções no campo grande necessidade formativa. São eles: “Práticas de Avaliação”, “Trabalho com as modalidades didáticas (atividades permanentes, sequência de atividades e projetos)”, “Indisciplina / Mediação de Conflitos” e “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e altas habilidades)” com 71% de menções para cada; “Produção Textual”, “Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem”, “Matemática – Resoluções de Problemas / Blocos de conteúdo / Raciocínio lógico-matemático” e “Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular e elaboração de Referenciais atuais para a rede pública municipal” com 57% de indicações cada; “Propostas de leitura e literatura”, “Arte / Cultura”, “Conhecimento e entendimento das práticas de ensino (mediação do conhecimento)”, “Aspectos do desenvolvimento infantil de forma integral (físicos, cognitivos, sociais, afetivos, etc)”, “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, entre outros temas)” e “Educação Física / Movimentos” com 43% de apontamentos para cada. No Grupo 2 estão os conteúdos/temas em que a maior incidência de menções foi para o campo necessidade formativa moderada. O Grupo 3 relaciona-se ao conteúdo/tema “Propostas diversificadas, ludicidade,

jogos, ambiente multicultural e diversidade” em que a incidência de menções para o campo de necessidade moderada foi o mesmo que o campo grande necessidade formativa e revela-se como um apontamento interessante. No Grupo 4 estão os conteúdos/temas em que a incidência de indicações foi para pouca necessidade formativa e no Grupo 5 estão os apontamentos feitos por apenas um coordenador pedagógico como grande necessidade formativa, sem manifestação dos outros coordenadores para esses conteúdos/temas.

#### 5.4.2.) Visão do Diretor de Escola

A seguir, estão dispostos os quadros produzidos a partir das respostas dos Diretores de Escola da Rede Municipal de Ensino De São José do Rio Preto, às seguintes perguntas: “Ao refletir sobre suas atribuições, sua prática e o seu embasamento teórico, quais são suas necessidades formativas?” e “Ao observar e acompanhar o trabalho pedagógico dos profissionais que atuam em sua Unidade Escolar, quais são as necessidades formativas do seu grupo?”.

Nos quadros 48 e 49 estão organizados os apontamentos realizados pelos diretores das escolas de Educação Infantil.

Quadro 48 – Necessidades formativas do Diretor de Escola que atua na Educação Infantil

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO DIRETOR DE ESCOLA QUE ATUA NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Gestão de Pessoas	24
Legislação (políticas educacionais)	22
Padronizar atividades e documentos administrativos	21
Projeto Político Pedagógico	17
Gestão de Conflitos	16
Gestão Democrática	16
Gestão Escolar	16
Gestão Financeira	15
Formação com os pares	8
Articulação com APM e Conselho de Escola	7
Acompanhar a formação dos professores e dos coordenadores	4
Currículo	4
Gestão de Tempo	3
Gestão Pedagógica	3
TICs	3
Concepção de criança e adolescente na realidade contemporânea	2
Fases do desenvolvimento infantil	2
Gestão de Espaço	2
Gestão de Rotinas	2
A história da família desde seu surgimento até os dias atuais	1

A influência dos mercados e dos meios de comunicação na formação moral e no desenvolvimento de crianças e jovens	1
Arte	1
Cuidado	1
Desenvolvimento da competência profissional	1
Direito aplicado na educação	1
Embasamento teórico para formular proposta pedagógica de educação infantil	1
Movimento	1
Planos Escolares	1
Políticas neoliberais	1
Prevenção de acidentes	1
Primeiros socorros	1
Psicologia infantil	1
Referencial Nacional da Educação Infantil (foco: período Integral)	1
Trio Gestor	1

Dentre as principais necessidades formativas, os Diretores, que atuam nas escolas de Educação Infantil, apontaram para a “gestão de pessoas”, “legislação” e “padronização das atividades e documentos administrativos”. No que concerne a padronização das atividades e documentos administrativos, os diretores expressam, em seu texto, a necessidade da Rede pensar em padronizar esses instrumentos que são comuns às escolas a fim de que as Unidades Escolares tenham ações coerentes configurando, assim, o real trabalho em Rede. Mas esse tema seria objeto de formação continuada? Para promover essa padronização seriam necessários momentos de estudo de casos e definição de ações a partir das reflexões feitas?

Também aparece nas respostas dos coordenadores, a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP), com 17 menções, o que indica a necessidade de estudo que auxilie na implementação do PPP nas escolas da Rede.

Além disso, destacam-se os procedimentos referentes à “Gestão Escolar”, “Gestão Democrática”, “Gestão de conflitos” com 16 apontamentos para cada, seguidos de outras citações concernentes ao fazer do diretor de escola, como “Gestão Financeira” com 15 apontamentos.

Uma referência recorrente nas respostas oferecidas pelos Diretores de Escola da Educação Infantil aponta para a necessidade de troca de experiências com os pares, apresentada por 8 diretores, revelando a urgência da retomada da formação em Rede. Outro aspecto que chama a atenção é “Articulação com APM e Conselho de Escola”, com 7 apontamentos, indicando a necessidade de

um estudo mais aprofundado frente a esses colegiados, o que pode ser abordado no estudo sobre o PPP. Destacam-se, ainda, outros aspectos relacionados ao fazer específico do diretor de escola reunidos nos itens: “Acompanhar a formação dos professores e dos coordenadores”, “Gestão de tempo”, “Gestão pedagógica”, “Gestão de rotinas” e “Gestão de espaço”, com 14 citações.

Quadro 49 – Necessidade formativa do grupo de Professores da Educação Infantil segundo o Diretor de Escola

<b>NECESSIDADE FORMATIVA DO GRUPO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO O DIRETOR DE ESCOLA</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Fases do desenvolvimento infantil e abordagens específicas para cada faixa etária	19
Currículo/eixos	17
Educação Especial	10
Arte	9
Matemática	9
Música	9
Legislação educacional	8
Dicotomia entre cuidar e educar	7
Gestão da sala de aula	6
Linguagem Oral e Escrita	6
Mediação de Conflitos	6
Concepção de criança, ensino, aprendizagem e avaliação	5
Desenvolvimento integral da criança de 0 a 3	5
Movimento	5
O brincar e sua importância	5
Gestão de Espaço	4
Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil	4
Embasamento teórico para educação infantil	3
Gestão de Rotinas	3
Gestão de Tempo	3
Interação família/escola	3
Planejamento, observação e registro da prática	3
Base Nacional Comum Curricular	2
Desenvolvimento moral infantil	2
Diretriz Curricular Nacional para Educação Infantil	2
Ensino em ambiente heterogêneo	2
Gestão de Pessoas	2
Primeiros socorros	2
Processo de ensino aprendizagem	2
Reflexão e aperfeiçoamento da prática docente	2
TICs	2
Troca de experiências entre os professores	2
Cultura africana e afro-brasileira	1
Metodologia	1
Orientação para estagiário e berçarista	1
Parâmetros básicos para infraestrutura para instalação de educação infantil	1
Parâmetros Curriculares Nacional de Qualidade para Educação Infantil	1

Política de Educação Infantil no Brasil: relatórios de avaliação	1
Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 à Educação	1
Trabalho com projetos	1

Observa-se no Quadro 49 que os Diretores veem no grupo de professores da Educação Infantil a necessidade de promover estudos de formação continuada que discorram sobre as “fases de desenvolvimento infantil”, buscando compreender como a criança aprende e quais as boas intervenções que os professores deveriam fazer a fim de oportunizar essa aprendizagem. Também apontam a necessidade de a Rede ter estruturado, de modo claro, o currículo da educação infantil, ora citado como currículo ora como eixos. Há a reivindicação de que a Rede garanta, a partir da definição do currículo, a unidade de proposta pedagógica do município.

Também apontam para a necessidade de se estudar aspectos relacionados à educação especial, ao eixo da música, ao eixo da arte e à matemática. Propostas convergentes às observações dos Coordenadores Pedagógicos e dos próprios Professores.

Nos quadros 50 e 51 estão organizados os apontamentos dos Diretores que atuam nas escolas que possuem Educação Infantil e Ensino Fundamental no mesmo ambiente.

Quadro 50 – Necessidades formativas do Diretor de Escola que atua em escolas que possui Educação Infantil e Ensino Fundamental I no mesmo prédio

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO DIRETOR DE ESCOLA QUE ATUA EM ESCOLAS QUE POSSUI EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I NO MESMO PRÉDIO</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Educação Especial	4
Gestão de Pessoas	4
Legislação Escolar	4
Projeto Político Pedagógico	3
Gestão Financeira	2
Avaliação do sistema de ensino	1
Linguagem oral e escrita – alfabetização	1
Novas teorias e técnicas no processo de ensino e de aprendizagem	1
Plano Escolar	1
Trabalho Intersetorial	1
Trocas de experiências, vivências e projetos entre as escolas	1

No Quadro 50, nota-se que a maior parte dos diretores das escolas que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental em um mesmo ambiente

aponta como necessidade formativa aspectos relacionados à “Educação Especial”, à “Gestão de Pessoas”, à “Legislação escolar”, à “Elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico”. Também ressaltam, em comentários nos textos/respostas, a necessidade de se estabelecer uma mesma linha pedagógica, nas formações, para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. A Educação Especial é mais uma vez muito citada, o que isso representa enquanto Rede de ensino e trabalho desenvolvido pela Educação Especial, pelos setores que cuidam do pedagógico e pelas escolas?

Quadro 51 – Necessidade formativa do grupo de Professores que atua em escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I no mesmo prédio segundo o Diretor de Escola

<b>NECESSIDADE FORMATIVA DO GRUPO DE PROFESSORES QUE ATUA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I NO MESMO PRÉDIO SEGUNDO O DIRETOR DE ESCOLA</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Linguagem Oral e Escrita (foco alfabetização)	5
Arte	3
Avaliação formativa	3
Concepção de aluno, criança e aprendizado	3
Currículo	3
Educação Física	3
Gestão da sala de aula	3
Educação Especial	2
Gestão de espaço, tempo	2
Matemática	2
Relações interpessoais	2
Trabalho padronizado em rede	2
Cuidar e educar	1
Fases da infância	1
Mediação de Conflitos	1
TICs	1

Observa-se, no Quadro 51, que os itens mais apontados foram “Linguagem Oral e Escrita” com foco em alfabetização, “Arte”, “Avaliação formativa”, “Concepção de aluno, criança e aprendizado”, “Currículo”, “Educação Física”, dentre outros. No componente “Arte”, há um apontamento para “Música”, o que se faz importante destacar, pois, na Educação Infantil há o eixo de Artes Visuais e o eixo de Música, já no Ensino Fundamental a música está inserida no componente curricular de Arte. Como foram abordadas as respostas dadas por diretores que atendem tanto a Educação Infantil quanto o Ensino Fundamental, não sabemos se ao referenciarem a música, tal apontamento está relacionado à Educação Infantil ou Ensino Fundamental especificamente.

Nos quadros 52 e 53 apresentamos os apontamentos dos Diretores que atuam nas escolas que possuem apenas Ensino Fundamental I.

Quadro 52 – Necessidades formativas do Diretor de Escola que atua em escolas que possui apenas Ensino Fundamental I

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO DIRETOR DE ESCOLA QUE ATUA EM ESCOLAS QUE POSSUI APENAS ENSINO FUNDAMENTAL I</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Gestão Financeira	11
Gestão de Pessoas	07
Mediação de Conflitos	07
Legislação Educacional	06
Gestão Pedagógica	05
Educação Inclusiva	04
Execução e acompanhamento de serviços de secretaria e pagamento de professor	04
Gestão de Tempo	03
Gestão Democrática	03
Desenvolvimento moral infantil	02
Elaboração de Registros e atas	02
Formação equipe colaborativa	02
Legislação e procedimentos sobre patrimônio	02
Análise de documentos e certificação docente	01
Fundamentos da educação filosofia, história dos direitos humanos	01

Os diretores das Escolas que atendem Ensino Fundamental I apenas, apontam como principais necessidades formativas a “Gestão Financeira”, a “Gestão de Pessoas” e a “Mediação de Conflitos”. Compreendemos, dentro do fazer específico do Diretor, que esses três aspectos apontados são de extrema importância para que o Pedagógico possa ocorrer com fluidez. É necessário gerir os recursos financeiros da escola, que são, na sua maioria, escassos, para garantir os materiais pedagógicos e o ambiente propício imprescindíveis para a promoção de uma aprendizagem qualitativa. É preciso promover a gestão de pessoas no ambiente escolar, para que nenhum ator da escola se esqueça de seu compromisso principal com a aprendizagem das crianças e é preciso compreender o papel da mediação de conflitos a fim de transformá-los em aprendizagens tão importantes para essa faixa etária que marca a passagem da infância para a pré-adolescência, visto que estamos falando de alunos que possuem de seis até dez anos de idade. Ao refletir sobre a “Gestão Financeira” pode-se indagar: Será que reuniões informativas com regras e orientações bem estabelecidas em documento norteador seriam suficientes? Será que a “Gestão

Financeira”, “Gestão de Pessoas” e “Mediação de Conflitos” são necessidades que estão para além da “Gestão Pedagógica”? O que essas indicações querem expressar?

Quadro 53 – Necessidade formativa do grupo de Professores das escolas que possuem apenas Ensino Fundamental I segundo o Diretor de Escola

<b>NECESSIDADE FORMATIVA DO GRUPO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS QUE POSSUEM APENAS ENSINO FUNDAMENTAL I SEGUNDO O DIRETOR DE ESCOLA</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Educação Especial	07
Mediação de Conflitos	07
Gestão de sala de aula	05
Consideração e conhecimento do currículo	03
TICs	03
Arte	02
Educação Física	02
História e Geografia	02
Atendimento aos pais	01
Aulas dialógicas	01
Desenvolvimento cognitivo e expectativa de aprendizagem	01
Legislação	01
Pedagogia de projetos	01
Trabalho colaborativo	01

Ao olhar para o grupo de professores das escolas que possuem apenas Ensino Fundamental I, os diretores apontam como maiores necessidades formativas as relacionadas à “Educação Especial”, com 7 indicações, assim como à “Mediação de Conflitos”, além de “Gestão da sala de aula”, com 5 indicações.

Todos esses apontamentos sugerem que o lema de EQUIDADE tem se configurado grande desafio ao processo educativo da Rede. É possível perceber certa fragilidade quanto à educação inclusiva e a intencionalidade educativa do professor a partir das diferentes necessidades e potencialidades dos alunos. Como ensinar a todos? Como não deixar nenhum aluno para trás? Essas são perguntas que surgem após análise dos dados apresentados por esses coordenadores.

Nos quadros 54 e 55 foram apresentadas as respostas dos Diretores que atuam nas sete escolas que atendem Ensino Fundamental I e II e uma escola que atende apenas ao Ensino Fundamental II.

Quadro 54 – Necessidades formativas do Diretor de Escola que atua em escolas que contemplam Ensino Fundamental I e II

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO DIRETOR DE ESCOLA QUE ATUA EM ESCOLAS QUE CONTEMPLAM ENSINO FUNDAMENTAL I E II</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Gestão de Pessoas	4
Gestão e organização do tempo	3
Legislação vigente	2
Atas de conselho de escola e de APM	1
Gestão de Liderança	1
Gestão de Conflitos	1
Gestão de Projetos Sociais	1
Gestão Democrática	1
Gestão Financeira (foco PDDE)	1
Gestão Pública	1
PPP	1
TICs	1
Trio Gestor	1
Troca de experiências entre gestores	1

No segmento de Diretor de Escola que contempla o Ensino Fundamental I e II, houve grande adesão por parte dos especialistas. Observa-se que os temas recorrentes nas respostas se referem às práticas da “Gestão de Pessoas”, com quatro apontamentos e “Gestão e Organização do Tempo” com três indicações. Para “Legislação” e “Projeto Político Pedagógico” foram feitas duas e uma indicação respectivamente. Também receberam uma indicação cada: “Gestão Pública”, “Gestão de Projetos Sociais”, “Gestão Financeira”, “Atas de Conselho de Escola e APM”, “Troca de experiências entre gestores”, “Gestão de Conflitos”, “Atuação do Trio Gestor”, “Gestão Democrática” e “Tecnologia da Informação e Comunicação”. Como articular uma formação aos diretores considerando suas especificidades e garantindo trabalho em rede, sem focar demais nos aspectos administrativos em detrimento dos pedagógicos?

Em relação às necessidades do grupo de professores de acordo com a percepção desse grupo de diretores, observa-se seguintes indicações:

Quadro 55 – Necessidade formativa do grupo de Professores que atuam em escolas que possuem Ensino Fundamental I e II segundo o Diretor de Escola

<b>NECESSIDADE FORMATIVA DO GRUPO DE PROFESSORES QUE ATUAM EM ESCOLAS QUE POSSUEM ENSINO FUNDAMENTAL I E II SEGUNDO O DIRETOR DE ESCOLA</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Desenvolvimento moral da infância	2
Gestão da sala de aula	2
Mediação de conflitos	2
Concepção de avaliação	1
Didática de projetos	1
Gestão de pessoas	1
Relações interpessoais	1
TICs	1

Quanto à percepção dos Diretores sobre as necessidades do grupo de profissionais que atua na escola, a “Mediação de Conflitos”, “Gestão da sala de aula” e “Desenvolvimento moral da infância” são os tópicos que aparecem com mais relevância. A dinâmica da escola, dentro e fora da sala de aula, tem exigido uma nova atitude diante das relações, do desenvolvimento da autonomia, das práticas dialógicas. A relação entre professor e aluno, professor e família, professor e seus pares e com a gestão tem levado à necessidade de novos parâmetros e significados. Isso se manifesta de forma recorrente nas respostas dos professores e especialistas permitindo concluir que essas relações precisam ser abordadas, consideradas e melhoradas. Há um clamor por reflexões e estudos que fortaleçam as relações dentro e fora da escola. Seria o reflexo da sociedade atual, nas quais as questões individualistas são fortemente desenvolvidas em prol do pensar e fazer no coletivo para o bem comum? Seria a falta de uma reflexão profunda sobre o papel social e político dos agentes da educação dialogados e compartilhados com a sociedade? Seria a desestruturação dos diversos setores da sociedade afetando diretamente a escola e seus atores?

#### **5.4.3.) Visão do Supervisor de Ensino**

Nos quadros 56 e 57, estão organizadas as apreciações das respostas fornecidas pelos supervisores de ensino às seguintes questões: “Ao refletir sobre suas atribuições, sua prática e o seu embasamento teórico, quais são suas

necessidades formativas? ” e “Ao observar e acompanhar o de seus pares, quais são as necessidades formativas do grupo de supervisão? ”.

Quadro 56 – Necessidades formativas do Supervisor de Ensino

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO SUPERVISOR DE ENSINO</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Legislação Educacional	10
Acompanhamento e Gestão Pedagógica	4
Elaboração de documentos	3
Articulação e acompanhamento do PPP	2
Gestão Financeira	2
Legislação específica – Educação Especial	2
TICs	2
Análise de certificados	1
Avaliações externas	1
Concepção de currículo	1
Desenvolvimento infantil	1
Elaboração de protocolos internos	1
Gestão de Pessoas	1
Gestão Democrática	1
Políticas Públicas	1
Práticas da ação supervisora	1
Trabalho em equipe	1

Nas respostas elaboradas pelos Supervisores de Ensino, destacam-se os temas referentes à “Legislação Educacional” com 10 apontamentos e “Acompanhamento e Gestão Pedagógica” com quatro indicações. As respostas fornecidas pelos Supervisores de Ensino revelam a preocupação com os aspectos técnicos e procedimentos relativos ao fazer desses especialistas. O acompanhamento de diferentes unidades escolares exige a elaboração de documentos e protocolos cujo domínio é elemento facilitador das rotinas das escolas no que se refere às questões organizacionais e burocráticas, assim com 3 menções solicitam “Elaboração de documentos”. Com dois apontamentos para cada sugerem: “Legislação Específica – Educação Especial”, “Gestão Financeira”, “Articulação e Acompanhamento do PPP” e “Tecnologia da Informação e Comunicação”. Que tipo de formação traria subsídios ao Supervisor de Ensino? Esse profissional, responsável prioritariamente pelo acompanhamento das escolas, necessita de foco para as questões administrativas e pedagógicas, como fazer essa articulação?

Quadro 57 – Necessidades formativas do grupo de profissionais na visão do Supervisor de Ensino

<b>NECESSIDADES FORMATIVAS DO GRUPO DE PROFISSIONAIS NA VISÃO DO SUPERVISOR DE ENSINO</b>	
Temas / Assuntos / Áreas / Propostas	Quantidade de apontamentos
Legislação Educacional	5
Mediação de Conflitos	5
Trabalho colaborativo coletivo	4
Gestão Democrática e Gestão Pedagógica	3
Práticas da ação supervisora	3
Articulação do Trio Gestor	2
Articulação e acompanhamento do PPP	1
Elaboração, articulação e acompanhamento do Plano Municipal de Educação	1

Concernente à visão do Supervisor de Ensino a propósito das necessidades formativas de seu grupo de profissionais, “Legislação Educacional” foi mencionada cinco vezes e “Mediação de Conflitos” também. Observa-se convergência às necessidades citadas na questão individual e nas demandas solicitadas por muitos gestores de escola. Seria possível articular uma formação em trio gestor aliando-se as mesmas necessidades prioritárias apontadas por Coordenadores Pedagógicos, Diretores de Escola e Supervisores de Ensino?

As necessidades: “Trabalho Colaborativo” foi mencionado quatro vezes e “Práticas da ação supervisora” e “Gestão Democrática e Gestão Pedagógica” receberam três apontamentos para cada. Assim como os Supervisores de Ensino observam no seu fazer cotidiano a necessidade de aperfeiçoamento nas técnicas e procedimentos específicos, também identificam as mesmas necessidades nos seus pares.

### **5.5.) Profissionais da Educação Especial**

Os profissionais que atuam na Educação Especial também participaram da pesquisa, embora com algumas particularidades e dificuldades nessa articulação por parte da própria Câmara de Formação Pedagógica considerando as especificidades da Educação Especial, a demanda de trabalho da equipe da Câmara e respeitando-se a constituição de uma Câmara de Articulação para Educação Especial – Portaria SME N° 123, de 02 de agosto de 2017, com

atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento de diretrizes referentes à Educação Especial na Rede Municipal de ensino.

### 5.5.1.) Questionário Individual do Professor (documento impresso)

Os professores que atuam na Educação Especial também participaram da pesquisa. Observa-se alguns problemas frente à propositura das questões e particularidades desse setor. Participaram 50 professores que atuam no NAAE (Núcleo de Atendimento Educacional Especializado), no CEDET (Centro para o Desenvolvimento do Potencial e Talento), no CEMA (Centro de Convivência e Educação Municipal do Autista) e no CAEEC (Centro de Atendimento Educacional Especializado e Convivência). Cabe ressaltar que dos 50 professores que atuam na Educação Especial da Rede Municipal de São José do Rio Preto, 49 são efetivos, sendo esse um ponto positivo para a manutenção de ações estabelecidas em rede.

Levantaram-se também informações sobre a experiência desses professores na docência – tempo de atuação no Magistério, na Rede Municipal, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I e II, mas o questionário foi falho, pois não propôs a pesquisa da experiência profissional no atendimento educacional especializado, campo de atuação desses profissionais.

Quadro 56 – Experiência na Docência – Professores da Educação Especial

<b>EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA – PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>				
	<b>Menos de 5 anos</b>	<b>De 5 a 10 anos</b>	<b>De 10 a 20 anos</b>	<b>Mais de 20 anos</b>
No Magistério	2	4	25	17
Na Rede Municipal	4	5	31	7
Na Educação Infantil	19	5	7	0
No Ensino Fundamental I	8	11	16	8
No Ensino Fundamental II	8	2	5	0

Ao analisar o campo de experiência dos professores que atuam na Educação Especial, constatou-se que há um número considerável de professores com 10 ou mais anos de experiência no magistério. Percebe-se uma quantidade de anos de atuação como docentes bastante significativa. Referente ao perfil profissional, campo da formação acadêmica, observa-se:

Quadro 57 – Formação Acadêmica – Professores da Educação Especial

<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA – PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>	
<b>Magistério</b>	<b>Pedagogia (*)</b>
36	46

(\*) Pedagogia com e/ou sem magistério.

Os números nos mostram que há uma quantidade considerável de professores que atuam na Educação Especial com Pedagogia, apenas quatro não possuem, mas todos fizeram algum tipo de graduação. O Quadro 58, a seguir, complementa essa informação.

Quadro 58 – Formação Acadêmica – outras graduações – Professores da Educação Especial

<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA – OUTRAS GRADUAÇÕES – PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>			
<b>Bacharelado</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Licenciatura</b>	<b>Quantidade</b>
Administração	1	Educação Física	1
Direito	1	História / Geografia / Estudos Sociais	2
Psicologia	1	Letras	6

Quanto à especialização, todos os professores que atuam na Educação Especial possuem, afinal é uma exigência da Rede para se atuar nesse setor.

Quadro 59 – Especialização – Lato Sensu – Professores da Educação Especial

<b>ESPECIALIZAÇÃO – Lato Sensu – PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>	
<b>Temas / Títulos</b>	<b>Quantidade</b>
Alfabetização e Letramento	4
Educação Ambiental	1
Educação Especial	44
Educação Infantil	1
Educação Física	3
Gestão Escolar	1
Psicopedagogia	6
Educação Empreendedora	2
Pedagogia Hospitalar	1

A partir da análise dos dados frente à “Especialização – Lato Sensu”, observa-se que a maioria dos professores que participaram do questionário, possuem especialização na área de atuação - “Educação Especial”, sendo um número reduzido que não a possui. Foi possível observar também que não

apareceu nos questionários “Especialização Stricto Sensu” (Mestrado ou Doutorado) por parte dos profissionais que atuam na Educação Especial.

Segundo os questionários preenchidos, 31 professores participaram do PROFA (Letra e Vida) – programa com foco no processo de alfabetização que foi disponibilizado para participação da Rede entre os anos de 2001 e 2004 – curso de aperfeiçoamento.

Quanto a participação desses professores nas formações continuadas oferecidas pela Rede Municipal de ensino observa-se boa atuação, embora, devido falha no questionário aplicado, não seja possível saber se essa participação refere-se às propostas de estudos para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental ou específicas do NAAE. É importante ressaltar que a formação continuada oferecida aos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental, nos últimos anos foram de responsabilidade da Gerência de Capacitação, enquanto que a formação continuada dos professores do AEE estava sob a responsabilidade da Gerência de Educação Especial. Já os professores que atuavam no CEMA participaram da formação junto aos professores de 1º ano do Ensino Fundamental. Outros dois professores também participaram, por um tempo, da formação oferecida aos professores da sala regular.

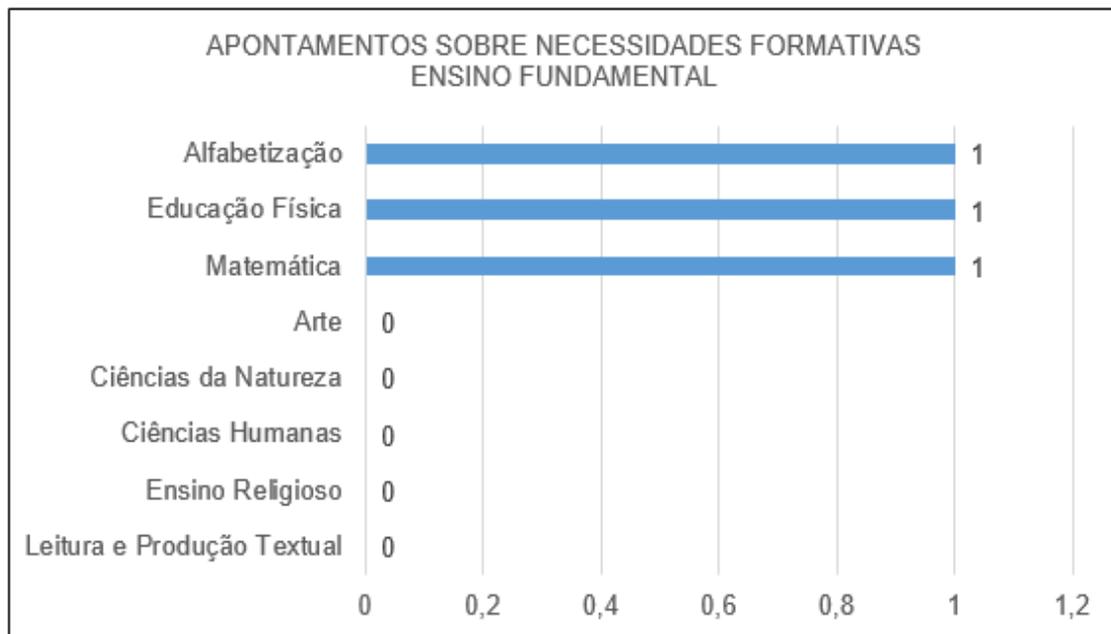
Gráfico 18- Participação dos professores na formação continuada oferecida pela Rede Municipal



Referente às atividades formativas que os professores participaram nos últimos cinco anos, além das formações oferecidas na escola e na SME, apareceram: cursos de extensão, aperfeiçoamento, seminários, congressos, exposições, palestras, simpósios, conferências sobre diferentes temas: Libras; Braille; transtornos de aprendizagem; altas habilidades; direito à diversidade; autismo; educação especial – deficiências, transtornos e dificuldades de aprendizagem; educação inclusiva; entre outros.

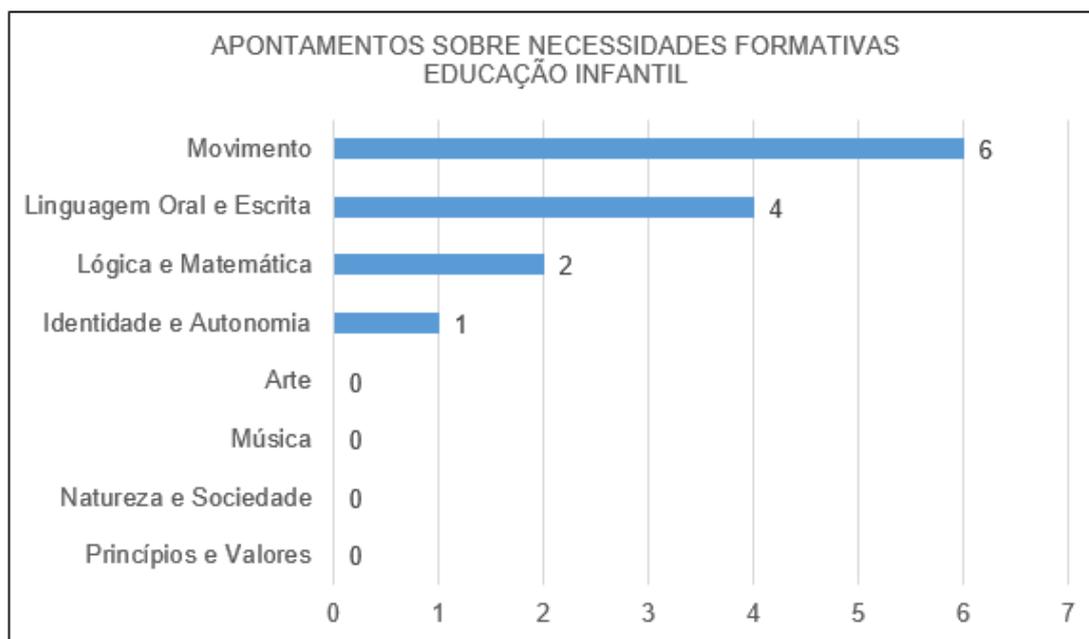
Em relação às necessidades formativas, referencial de conteúdos e de desempenho na etapa de ensino em que o professor atua e outras demandas, o questionário aplicado traz os seguintes dados:

Gráfico 19 – Apontamentos sobre necessidades formativas – Ensino Fundamental:



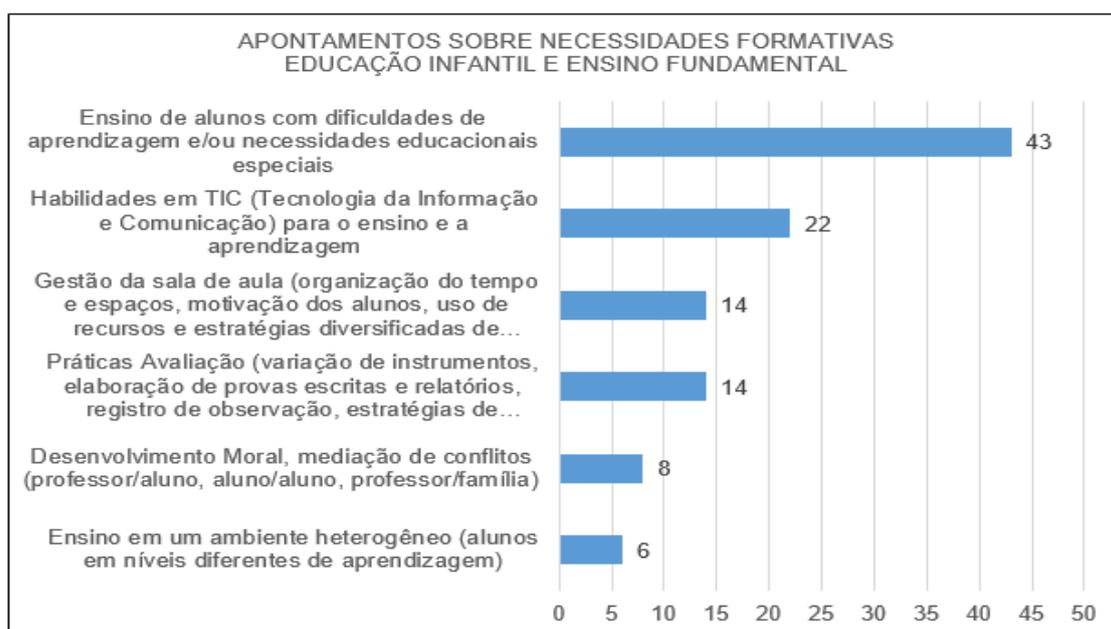
Ao analisar o gráfico, os números indicam que os professores que atuam na Educação Especial e participaram da pesquisa, não encaram como necessidades formativas às relacionadas ao Ensino Religioso, Educação Física, Arte, Leitura e Produção Textual, Matemática, Ciências Humanas e da Natureza e Alfabetização. Pode-se inferir que isso acontece por não atuarem na sala de aula regular e por terem necessidades formativas muito específicas à sua área de atuação?

Gráfico 20 – Apontamentos sobre necessidades formativas – Educação Infantil



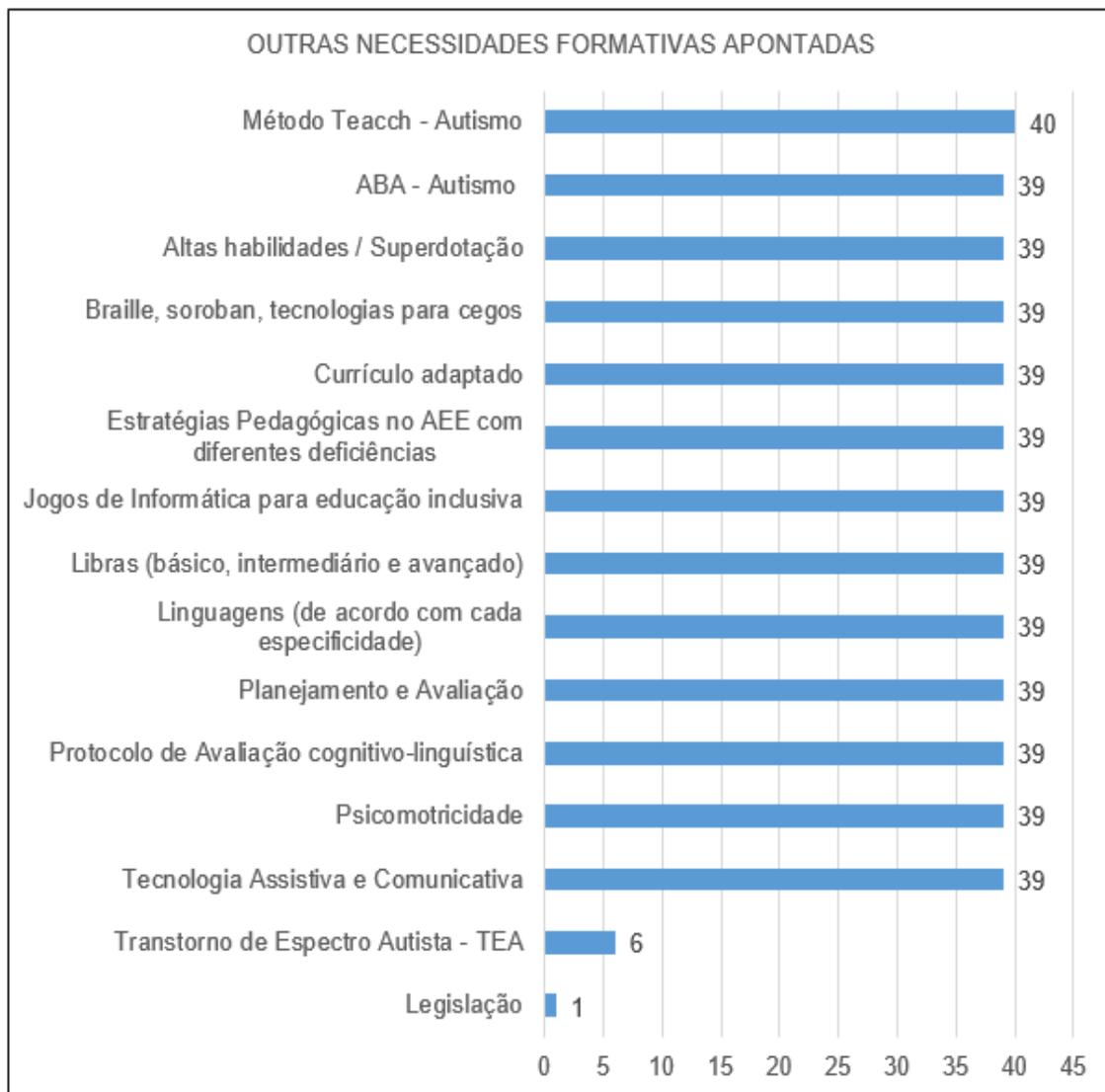
Observa-se no Gráfico 20, frente aos conteúdos da Educação Infantil, que esses professores também não enxergam tais propostas como suas necessidades formativas, sendo o número de escolhas bastante irrisório. Os conteúdos mais apresentados foram: Movimento (12%), Linguagem Oral e Escrita (8%) e Lógica e Matemática (4%).

Gráfico 21 – Apontamentos sobre necessidades formativas que contemplam Educação Infantil e Ensino Fundamental



No Gráfico 21, estão agrupados temas / conteúdos que se relacionam à Educação Infantil e Ensino Fundamental. Percebe-se que a maior necessidade formativa apresentada pelo grupo relaciona-se às “Dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades educacionais especiais” – 86%. Será que tal apontamento justifica-se pelo fato dessa ser a área de atuação desses profissionais? As necessidades frente à “Tecnologia da Informação e Comunicação”, “Gestão da Sala de Aula” e “Práticas de Avaliação” também foram bastante citadas. Tais referenciais estão estritamente ligados à atuação desses profissionais, talvez por isso sentem necessidade de formação a eles relacionados. Ainda apareceram outros apontamentos.

Gráfico 22 – Outras necessidades formativas apontadas



Observa-se no Gráfico 22, frente as outras necessidades formativas, que o grupo apontou temas, conteúdos, referenciais que se relacionam fortemente com a demanda da área de atuação e às dificuldades encontradas no fazer pedagógico desses profissionais. Observa-se muita necessidade de ampliação de conhecimentos sobre o autismo: “ABA – Autismo” com 78% de apontamentos, “Transtorno de Espectro Autista” com 12% e “Método Teacch – Autismo” com 80%. “Jogos de Informática” e “Tecnologia Assistiva e Comunicativa” também se relacionam como grande necessidade com 78% de apontamentos para cada. Muitas outras questões específicas da Educação Especial são apontadas no gráfico e merecem atenção cuidadosa ao se considerar a formação continuada desse segmento, que como já especificado, tem sido realizado sob a responsabilidade da Gerência de Educação Especial. É indicado, portanto, que essas informações sejam encaminhadas à essa gerência para partilha e parceria no estabelecimento de ações frente à formação continuada da Rede Municipal de Ensino.

#### **5.5.2.) Questionário Individual do Professor (sistema Demanda Net)**

Aos professores da Educação Especial foi oferecida participação no questionário disponibilizado aos professores do Ensino Fundamental I. Os dados foram tabulados e organizados com esse grupo e não contemplou questões específicas da Educação Especial. Talvez seja necessário, por parte da Câmara de Educação Especial, fazer essa coleta e diagnóstico mais específico.

#### **6.) Considerações Finais**

A formação continuada constitui uma atividade fundamental de reflexão, valorização e profissionalização dos professores, gestores e supervisores de ensino como necessidade e direito. Os estudos realizados nos últimos anos, e os feitos por essa Câmara, ressaltam que tal ação deve constituir-se como uma política pública e não apenas de governo, afinal os documentos oficiais de caráter mandatário (Lei de Diretrizes da Educação Básica, Plano Nacional e Municipal da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica),

definem princípios e diretrizes comuns no tocante à formação continuada do educador, sobretudo no que se refere ao fortalecimento da melhoria da qualidade do ensino como decorrência de um intenso processo de qualificação profissional e evidenciam uma vinculação dessa formação continuada com o processo de atualização do professor, coordenador, diretor e supervisor às necessidades da sociedade contemporânea. A formação continuada não pode ser constituída de ações pontuais aliadas à lógica “mercantil” e “técnico-instrumental”, deve ir além. Também ressaltamos que não basta existir a política pública. Ela necessita ser gestada e executada num processo democrático e participativo a partir de reflexões permanentes com a finalidade de garantir o compromisso firmado, a permanência de discussões e ações coerentes em torno da qualidade da formação oferecida e os impactos por ela provocados nos profissionais da educação e nos estudantes.

A concepção da Rede sobre formação continuada pauta-se nos princípios de troca de experiências entre os pares, na reflexão sobre prática e na prática e oportunidade de desenvolvimento profissional.

Ao analisar todos os apontamentos feitos, observa-se que questões referente à “Legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva (necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e altas habilidades)” e “Gestão da sala de aula / Desenvolvimento Moral / Mediação de Conflitos / Relações Dialógicas” são fortemente apontadas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, por professores e gestores. Nesse sentido, seria interessante alinhar uma parceria com a Gerência de Educação Especial para garantir a continuidade da formação em serviço aos profissionais do NAAE que atuam nas escolas, pois eles são parceiros fundamentais nesse fazer. Esses profissionais, além de iluminar os encaminhamentos e procedimentos pertinentes para que o professor que atua na sala de aula regular consiga, de fato, com apoio, atender a todos os alunos em suas especificidades, refletindo sobre as possibilidades de flexibilização e adaptação curricular em favor da aprendizagem, também amplie seus conhecimentos sobre as concepções de criança, adolescente, aluno, ensino e aprendizagem de nossa Rede de Ensino garantindo a equidade. É de suma importância que uma proposta voltada para as questões de práticas dialógicas – desenvolvimento moral e mediação de conflitos, aconteça, sendo possível estabelecer parceria

com a UNESP, a Vara da Infância e Juventude e profissionais da Rede que já estudam e desenvolvem esse trabalho. Afinal, tudo passa pelas relações humanas, dentro e fora da escola, e a educação só faz sentido se contemplar a todos.

Na Educação Infantil, além das questões sobre “Educação Inclusiva” (necessidades educacionais especiais, dificuldades de aprendizagem), os professores relatam, de maneira intensa, necessidades para “Lógica e Matemática”, “Música”, “Arte”, “Movimento”, “Conhecimentos sobre a Base Nacional Comum Curricular e elaboração de referenciais atuais para a Rede”. Os Coordenadores Pedagógicos que atuam nessa modalidade apontam que o grupo de professores também precisa de maior “Embasamento teórico e prático”, “Ampliação de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e moral”, além de repensar a “Avaliação”. Apontam ainda, diante das necessidades de sua função de coordenador, ampliar seus saberes referente ao “Acompanhamento dos processos pedagógicos”, à “Organização de documentação pedagógica”, à “Legislação Educacional”, aos “Processos formativos de seus professores”, à “Base Nacional Comum Curricular”, ao “Raciocínio lógico-matemático”, às “Orientações para PPP, Plano Escolar e outras ações”. Já os diretores que atuam na Educação Infantil, percebem em seu grupo necessidades para os conhecimentos sobre o “Desenvolvimento Infantil”, o “Currículo”, a “Educação Especial”, a “Arte”, a “Matemática” e a “Música”. Quanto a sua própria formação, apontam como principais necessidades às relacionadas à “Gestão de Pessoas”, à “Legislação Educacional”, à “Padronização de atividades e documentos administrativos”, ao “Projeto Político Pedagógico” e à “Gestão de Conflitos”.

No Ensino Fundamental, observa-se grande incidência de necessidades dos professores para as questões da “Educação Inclusiva (necessidades educacionais especiais, altas habilidades, dificuldades de aprendizagem, questões sobre gênero, diversidade religiosa, etnias, entre outras)”, “Gestão da sala de aula” e “Mediação de conflitos”. No caso do Ensino Fundamental I, os professores ressaltam ainda necessidades sobre “Matemática”, “Arte”, “Educação Física”, “Alfabetização” e “Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para o ensino e aprendizagem”. Já os professores do Ensino Fundamental II, apontam também sobre “Conhecimento nas áreas de Alfabetização e Letramento” e “Habilidades em TIC (Tecnologia da Informação

e Comunicação) para o ensino e aprendizagem”. Os Coordenadores Pedagógicos que atuam no Ensino Fundamental percebem em seus professores necessidades também para “Arte”, “Linguagem Oral e Escrita (alfabetização, produção textual, leitura)”, “Matemática”, “Educação Física”, “TICs” e “Avaliação”. Frente as necessidades de sua função, os coordenadores apontam para “Conhecimentos sobre a Base Nacional Comum Curricular”, “Currículo”, “Raciocínio lógico-matemático”, “Gestão de Pessoas”, “Linguagem Oral e Escrita (alfabetização, produção textual e leitura)”, “Avaliação”, “Princípios da Educação Especial”, “PPP” e “Estratégias formativas”. Os Diretores desse segmento observam que seu grupo necessita aprofundar conhecimentos sobre “Linguagem Oral e Escrita (alfabetização, produção textual e leitura)”, “Avaliação”, “Arte”, “Currículo”, “Concepção de criança, adolescente, aluno, escola, ensino e aprendizagem”, além de “Gestão da sala de aula” e “Mediação de Conflitos / Desenvolvimento Moral”. Já referente as funções de diretor apontam, essencialmente, para “Educação Especial”, “Gestão de Pessoas”, “Legislação Educacional”, “PPP” e “Gestão Financeira”.

Ao observar as análises dos questionários respondidos pelos profissionais que atuam na Educação Especial, constata-se que indicam como principais necessidades às relacionadas à sua área de atuação, como ampliação de conhecimentos sobre o “Autismo (Método Teacch, ABA)”, “Tecnologia Assistiva e Comunicativa”, “Linguagens (de acordo com cada especificidade)”, “Protocolo de Avaliação cognitivo-linguística”, “Adaptação curricular”, “Jogos de Informática para a Educação Inclusiva”, “Estratégias Pedagógicas no AEE”, “Libras e Braille”, “Altas habilidades” e “Planejamento e Avaliação”. Tais apontamentos precisam ser partilhados com a Gerência de Educação Especial conforme já explicitado nesse relatório.

Os Supervisores de Ensino apontam com maior incidência como necessidades às relacionadas à “Legislação Educacional”, “Acompanhamento e Gestão Pedagógica” e “Elaboração de documentos”. E observam como necessidades de seus pares as questões voltadas para “Legislação Educacional”, “Mediação de Conflitos”, “Trabalho colaborativo”, “Gestão Democrática e Pedagógica” e “Práticas do Supervisor”.

Constata-se que as necessidades de Professores, Coordenadores Pedagógicos, Diretores de Escola e Supervisores de Ensino são muitas e

diversas. Será preciso focar em conteúdos com maior incidência de apontamentos, bem como nos problemas mais emergenciais dessa Rede.

O formato da formação deverá ser estruturado a fim de atender às necessidades das Unidades Escolares atrelado às possibilidades da Secretaria Municipal de Educação. Pode se pensar em propostas em Rede com encontros mensais para Professores, Coordenadores Pedagógicos e Diretores, fora do ambiente escolar, com foco nas demandas específicas de seu fazer. Na escola, as formações continuadas devem ter continuidade nas reuniões de HTPC e PPM, porém é preciso fortalecer o Coordenador Pedagógico para essa atuação, a fim de que suas ações não sejam solitárias e estejam em consonância com as demandas da escola e do Sistema Municipal de Ensino de São José do Rio Preto. Observa-se que o investimento no Coordenador Pedagógico precisa ser intensificado, pois ele é o grande formador do ambiente escolar. Reuniões em Trio Gestor são importantes para se cuidar das questões em Rede, principalmente às relacionadas à Legislação Educacional, ao PPP e Gestão de Pessoas/Conflitos para alinhamento de proposituras e ações a serem realizadas nas escolas. É possível também oferecer cursos específicos aos professores contratados, para se aprofundar conhecimentos sobre o ensino na Rede Municipal, as ações já desenvolvidas e cuidar das fragilidades de sua formação inicial e, muitas vezes, inexperiência profissional. Outros cursos também podem ser organizados, de maneira que os professores participem por adesão, respeitando-se limite de vagas, podendo ser por mais de uma vez desenvolvido considerando o interesse dos sujeitos e sua objetividade frente à aprendizagem de nossas crianças e adolescentes. Sugere-se que os Supervisores de Ensino tenham seus encontros semanais garantidos para estudos e planejamento de ações coletivas e participação em outros cursos e reuniões que se fizerem pertinentes, afinal são “a grande ponte” entre escola e Secretaria Municipal de Educação e privam pela qualidade de ensino e atendimento adequado aos alunos, professores, gestores e comunidade. Foram feitos apontamentos significativos para que haja formação específica aos profissionais iniciantes na Rede e/ou modalidade de ensino, reuniões sobre as demandas pontuais desse grupo podem ocorrer em início de ano letivo.

Nesses termos Imbernón (2010), pontua que:

*A formação continuada deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, de modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, etc., estabelecendo de forma firme um processo constante de autoavaliação do que se faz e por que se faz (IMBERNÓN,2010,p. 47).*

Uma outra proposta seria que a Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto, por seu tamanho, demandas e complexidades, tivesse a Gerência de Capacitação transformada em Centro de Formação Continuada da Educação como política pública municipal, em que as outras Gerências Pedagógicas (de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação Digital/Informática) se articulassem aos formadores e gestor desse centro para atendimento dos diversos segmentos numa ação colaborativa.

A Câmara de Formação Pedagógica conseguiu focar os levantamentos e estudos voltados às demandas dos Professores, Coordenadores Pedagógicos, Diretores de Escola e Supervisores de Ensino. Porém, compreende a necessidade de se cuidar da formação continuada dos outros atores da educação, como estagiários, inspetores de alunos, agentes de serviços gerais, agentes administrativos, funcionários da limpeza e cozinha, entre outros, afinal, na escola, todos tem a responsabilidade pela educação ali oferecida e merecem atenção frente às suas necessidades formativas. Como as funcionárias da limpeza e cozinha, em sua maioria, são terceirizadas, talvez garantir em contrato formações específicas ao longo do ano seja uma proposta, sugerimos também parcerias com SENAC e outras instituições que cuidam dessas especificidades. No caso dos inspetores e agentes de serviços gerais que realizam atividades de atendimento de pátio das crianças e estagiários, algumas reuniões em janeiro e julho, quando as crianças estão em férias, podiam elucidar questões específicas de suas ações educativas. Os agentes administrativos também precisam ser atendidos, pois embora cuide de questões burocráticas, é a “porta de entrada” da escola no atendimento à comunidade e tem ação de educador no trato com esta e com os alunos. As formações realizadas no ambiente escolar, em reuniões pedagógicas e de planejamento devem contemplar também esses profissionais.

Vale ressaltar ainda que a formação continuada, por se configurar algo tão necessário e sério, precisa assegurar equipe de formação interna para garantir processo de continuidade das ações e ampliação de saberes frente ao seu percurso de formação e melhorias na qualidade do ensino. Essa equipe, assim como as “Gerências Pedagógicas” precisam também de formação contínua para que fortalecidas, garantam a qualidade do trabalho desenvolvido. Cuidar da formação do formador e desses técnicos torna-se imprescindível. Suas formações podem ocorrer por meio de investimentos em grupos de estudos, cursos e assessorias específicas refletindo as demandas da própria Rede.

Os estudos desta Câmara apontam para as formações fora do ambiente escolar em favorecimento das formações nas escolas, afinal as instituições precisam se configurar em espaços formativos contínuos.

Enfim, a formação continuada tem uma dimensão de complementação da formação inicial e de reelaboração teórico-crítica da prática educativa ao longo de toda a carreira profissional. Precisa considerar os diferentes saberes e experiências pautando-se na pedagogia interativa e dialógica articulando teoria e prática, voltada para a atividade reflexiva e investigativa com foco na qualidade do ensino. Não deve ser caracterizada como mera atualização, treinamento e capacitação. Deve contemplar a existência de ambiente adequado a momentos de reflexão coletiva entre pares; garantir acompanhamento, suporte e retorno sobre o resultado das atividades de formação; vincular plano de formação com o currículo em Rede; ter condições de infraestrutura; prever carga horária para formação, condições e valorização profissional.

Cabe à Secretaria Municipal de Educação, ao poder público desse município, analisar as propostas aqui apresentadas, implementando ações que considerarem pertinentes para garantia da formação continuada de qualidade na Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto.

## **7.) Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, M. E. **Informática e formação de professores**. Coleção Informática para a Mudança na Educação. MEC / SEED / Proinfo – Brasília, 1999. Disponível

em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003148.pdf> (Acesso em outubro de 2017).

ALVARADO-PRADA, L. E. **Formação participativa de docentes em serviço**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997.

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. **Formação Continuada de Professores: Alguns Conceitos, Interesses, Necessidades e Propostas**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio / ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/2464/2368> (Acesso em 29/09/17).

AZEVEDO. P. D. de. **O conhecimento matemático na Educação Infantil: o movimento de um grupo de professoras em um processo de formação continuada**. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCar, 2013.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa e SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BRANCO, Cristina. **Formação Continuada de Professores: Focalizando a Relação Teoria-prática**. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_cristina\\_branco.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cristina_branco.pdf) (Acesso em 29/09/2017).

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** (3ª versão – Texto da Introdução). Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (Acesso em agosto de 2017).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da**

**Educação Básica.** Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_ **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 (\*). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf) (Acesso em outubro de 2017).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.** Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores.** Brasília – DF: SEF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf> (Acesso em agosto de 2017).

BRITO, A. E. **Sobre a Formação e a Prática Pedagógica: O Saber, o Saber-ser e o Saber-fazer no Exercício Profissional:** In MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho (Org.) **Formação e práticas pedagógicas: diferentes contextos de análises.** Teresina: EDUFPI, 2007. p.47-62.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança.** São Paulo: Peirópolis, 2003.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARVALHO, R. E. **Diversidade como paradigma de ação pedagógica na Educação**. In: Revista da Educação Especial. MEC/SEESP. Out. 2005.

CHIEFFI, Meyri Venci; REGINATO, Maria José. **Formação continuada, para quê?** – Cadernos Cenpec. São Paulo, v.4 / nº.2, p.174-195. Dez 2014.

CONAE 2014: Conferência Nacional de Educação. **Documento Final**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, Fórum Nacional da Educação, 2014. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf> (Acesso em agosto de 2017).

DAMASCENO, Kelly Kátia; MONTEIRO, Filomena M. de Arruda. **Formação continuada: Uma Contribuição para a Construção de Conhecimentos Necessários à Prática Docente** (PPGE/UFMT) – Formação Continuada de Professores – VIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores – 2005 / UNESP – Universidade Estadual Paulista – Pró-reitoria de Graduação. Disponível em: [file:///D:/Downloads/9eixo%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/9eixo%20(1).pdf) (Acesso em outubro de 2017).

DAVIS, C.; GROSBaum, M. W. **Sucesso de todos, compromisso da escola**. In: VIEIRA, S. L. (org.) **Gestão da escola: Desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> (Acesso em outubro de 2017).

DECRETO Nº 13.538, DE 24 DE ABRIL DE 2007. **Regulamenta as atividades educacionais pluridocentes previstas no artigo 7º da Lei Complementar Nº 138/01**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/decreto/2007/1353/13538/decreto-n-13538-2007-regulamenta-as->

atividades-educacionais-pluridocentes-previstas-no-artigo-7-da-lei-complementar-n-138-01 (Acesso em agosto de 2017).

DEMAILLY, L. C. **Modelos de formação contínua e estratégias de mudança:** In NÓVOA, A.(Coord.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.p.139-158

FAVORETO, Elizabeth Dantas de Amorim. **Formação Continuada: Concepção dos Professores do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino** PUCPR. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-163-04.pdf> (Acesso em 28/09/2017).

FREIRE, J.C da S. **Formação de professores: políticas e tendências.** In PEIXOTO, J.A(org.). **Formação, profissionalização e prática docente.** Campinas, SP: Alínea; Goiânia-PUC, 2009.p.39-54.

FUSARI, J. C. **Formação contínua de educadores: um estudo de representações de coordenadores pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo** (SMESP). 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo, 1998.

GARCIA, M.C. **A Formação de Professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor:** In NÓVOA, A.(Coord.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

GARCIA, Vera Clotilde Vanzetto... organizadores [et al.]. **Reflexão e pesquisa na formação de professores de matemática.** Porto Alegre: Evangraf. UFRGS, 2011.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sônia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche.** Porto Alegre: Grupo A, 2006.

GUASSELLI, Maristela Ferrari Ruy. **Formação Continuada na Perspectiva da Educação Inclusiva: Epistemologia e Prática**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94630/000914885.pdf?sequence=1> (Acesso em outubro de 2017).

GUÉRIOS, E. **Espaços intersticiais na formação docente: indicativos para a formação continuada de professores que ensinam matemática**. In: FIORENTINI, D.; NACARATO, A.M. (orgs.). **Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática: investigando e teorizando a partir da prática**. São Paulo: Musa Editora, 2005.

IDEB. **Apresentação Ideb**. <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas?id=180> (Acesso em outubro de 2017).

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Lisboa: Porto Alegre: Artmed, 2010.

\_\_\_\_\_. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2000.

KAMII, C.; JOSEPH L. L. **Crianças pequenas continuam reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KONDER, Leandro. **Estética e política cultural**. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquíria L. Lukács: **Um Galileu no século XX**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1996, p. 27-33.

LDB 9394/96 – **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). (Acesso em agosto de 2017).

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari; MORELATTI, Maria Raquel Miotto. **Necessidades formativas e formação contínua de professores de redes municipais de ensino**. Caxambu/MG: 33. Reunião Anual da Anped. GT 8 – Formação de Professores, 2010.

NISTA-PICCOLO. Vilma L. **Corpo em movimento na Educação Infantil**. São Paulo: Telos, 2012.

NISTA-PICCOLO, V.L.; VECCHI, R.L. **A Educação Física Escolar na perspectiva do ensino para a compreensão**. In: POGRÉ, P.; LOMBARDI, G. e Equipe do Colégio Sidarta (Org.). **O Ensino para a compreensão – A importância da reflexão e da ação no processo de ensino-aprendizagem**. Espírito Santo: Hoper, 2006.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky. **Aprendizagem e desenvolvimento. Um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

PARECER CNE/CEB nº 9/2012, que trata da implantação da **Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10578-pceb009-12&category\\_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10578-pceb009-12&category_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192) (Acesso em agosto de 2017).

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014/2024). Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao> (Acesso em agosto de 2017).

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2015/2025) São José do Rio Preto. Disponível em: <http://www.riopreto.sinoinformatica.com.br/camver/planeduc/planeduc.pdf> (Acesso em agosto de 2017).

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> (Acesso em agosto de 2017).

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Secretaria Municipal de Educação. **Cadernos de Orientações Didáticas para a Educação Infantil (3 a 5 anos)**. São José do Rio Preto: SME, 2016. Disponível em [http://demandanet.com/smerp2010/portal\\_doc/771.PDF](http://demandanet.com/smerp2010/portal_doc/771.PDF). Acessado em 09/10/2017.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **A Rede em rede: a formação continuada na Educação Infantil**. São Paulo: SME, 2007.

SILVA, Maria Cristina da Rosa Fonseca. **Formação Docente em Arte: Da Formação nas Licenciaturas À Formação Continuada**. Revista Digital Arte – Educação-Cultura-Formação-Comunicação-Produção. ISSN1806-2962. Disponível em: [www.revista.art.br/site-numero-14/maria-cristina-rosa.pdf](http://www.revista.art.br/site-numero-14/maria-cristina-rosa.pdf) (Acesso em outubro 2017).

SCHON, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem**. Porto Alegre: Editora Penso, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação inicial**. Petrópolis: Vozes, 2002.

## 8.) Anexos

### 8.1.) Portarias



Prefeitura de São José do Rio Preto, 10 de junho de 2017. Ano XIV - nº 4075 - DHOJE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**PORTARIA SME Nº 62**  
**de 09 de junho de 2017**

*Dispõe sobre constituição da Câmara de Formação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e nomeação de seus integrantes.*

O Secretário Municipal de Educação Interino, no uso de suas atribuições

legais, especialmente o disposto no artigo 100, II, a e d, expede a seguinte Portaria:

**Artigo 1º** - É constituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Câmara de Formação Pedagógica, com atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino.

**Parágrafo único.** O prazo para a conclusão dos trabalhos da Câmara de Formação Pedagógica será 30 de agosto de 2017.

**Artigo 2º** - A Câmara de Formação Pedagógica será integrada por servidores do quadro do Magistério, dentre professores e especialistas, e por pessoal administrativo da Secretaria Municipal de Educação e contará com um Presidente, responsável pela orientação dos trabalhos, e um Vice-Presidente que substituirá o Presidente nos seus afastamentos ou impedimentos temporários, conforme a seguir designados:

**I - Marcio Alves - Presidente;**

**II - Sueli Petronilla Amâncio Costa - Vice – Presidente;**

**III - Coordenadores Pedagógicos:**

a) Elizângela da Silva Acosta De Souza – EM Vera;

b) Gislaíne Maria Severiano Vieira – EM Ademir Dib;

c) Joana Inês Novaes – EM Jandira Caetano Ribeiro;

d) Marcio Alves -

e) Osvaldo Luís Bauch – EM Rodrigues Ferreira;

f) Vanessa Garcia Sanches – EM Daisy Rollemberg Trefliglio;

g) Sueli Petronilla Amâncio Costa.

**IV - Diretores de Escola:**

a) Erika Lima Viana Correa – EM Chafic Balura;

b) Rafael Martins Pinto – EM Arlindo Dos Santos;

c) Vanessa Cristina Pavezzi – EM Antonio Espada Filho.

**V – Professores:**

a) Gileusa Soares Da Silva Carpanezi – EM Sílvia Covas;

b) Débora Patrícia Silva Carvalho – EM Yolanda Ferrari Vargas;

c) Maria De Fatima Quitéria Soares Narciso – EM Darcy Ribeiro.

**VI - Supervisores:**

a) Flávia Cristiane Moreira Gatão Torres – SME;

b) Maria José Bacurau Figueiredo – SME;

c) Tatiana Pinheiro de Assis Pontes – SME.

**VII - Agente Administrativo:**

a) Elisa Furukawa Godoi – SME.

**Artigo 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Rio Preto, 09 de junho de 2017.

**Israel Cestari Júnior**

Secretário Municipal de Educação Interino



**DIÁRIO  
OFICIAL**



Prefeitura de São José do Rio Preto, 14 de junho de 2017. Ano XIV - nº 4078 - DHOJE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PORTARIA SME Nº 69  
de 13 de junho de 2017**

*Altera a Portaria SME nº 62, de 09 de junho de 2017.*

O Secretário Municipal de Educação Interino, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no artigo 100, II, a e d, expede a seguinte Portaria:

**Artigo 1º** - O artigo 2º, inciso V da Portaria nº 62, de 09 de junho de 2017, passa a vigorar acrescido da alínea d, com a seguinte redação:

**Artigo 2º** - .....

I - ....

II - ....

(....)

**V – Professores:**

a)

b)

c)

d) Ana Claudia Faltarone – NAAE – Educação Especial (NR)

**Artigo 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

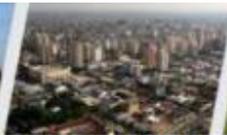
São José do Rio Preto, 13 de junho de 2017.

**Israel Cestari Júnior**

Secretário Municipal de Educação Interino



**DIÁRIO  
OFICIAL**



Prefeitura de São José do Rio Preto, 18 de Agosto de 2017. Ano XIV - nº 4133 - DHOJE

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
PORTARIA SME Nº 141/2017  
de 17 de agosto de 2017**

*Altera dispositivo da Portaria SME nº 62, de 09 de julho de 2017, que dispõe sobre constituição da Câmara de Formação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e nomeação de seus integrantes.*

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no artigo 100, II, a e d, expede a seguinte Portaria:

**Artigo 1º** - Os incisos II e inciso VI, letra c, do artigo 2º, da Portaria 62, de 09 de julho de 2017, passa a vigorar, com as seguintes redação

**Artigo 2º** - .....

I –

**II - Elizângela da Silva Acosta De Souza – Vice Presidente**

III –

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

**IV - Diretores de Escola:**

a)

b)

c)

**V – Professores:**

a)

b)

c)

d)

**VI - Supervisores:**

a)

b)

c) Juliana Vargas Passarini – SME.

**V - Agente Administrativo:**

a)

**Artigo 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São José do Rio Preto, 17 de agosto de 2017.

**Sueli Petronilia Amâncio Costa**

Secretário Municipal de Educação

## 8.2.) Pautas das Reuniões de Trabalho

### 1ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 12 DE JUNHO DE 2017**

*Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.*  
Paulo Freire

#### **Objetivos:**

- Apresentar a equipe de trabalho da Câmara de Formação Pedagógica e planejar as primeiras ações, bem como o cronograma de reuniões.

#### **Desenvolvimento:**

1. Quem somos e a que viemos? Quais os objetivos desta câmara?
2. Estabelecendo os combinados.
3. Construção de um cronograma de reuniões.
4. Estabelecer meios de comunicação.
5. Levantamento das necessidades fundamentais para o bom desempenho da equipe.

## **2ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**DATA: 22 DE JUNHO DE 2017**

*“... A formação continuada é procurar e refletir sobre novos caminhos para aprimorar conhecimentos a fim de transformar o mundo por meio da educação em um processo contínuo de aperfeiçoamento e atualização, pois nunca se estará formado por completo, sempre terá algo a se aprender”.*

Elizabeth Dantas de Amorim Favoreto

### **Objetivos:**

- Dar continuidade aos estudos norteadores para a construção das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino com foco na fundamental legal e concepções de ensino.
- Formular questões que servirão de base para discussões e sugestões nas UEs para formação continuada da rede municipal.

### **Conteúdos:**

- Percurso de formação da SME.
- Fundamental legal da formação continuada.
- Concepções de ensino- bibliografia.
- Formulação de questões.

### **Desenvolvimento:**

1. Leitura Inicial: “VOCÊ É UM ENVELHESCENTE?” – Mário Prata.
2. Apresentação do percurso de formação continuada da SME (2000 a 2106).
3. Apontamentos sobre alguns aspectos legais que fundamentam a formação continuada. Coordenadora Vanessa.
4. Levantamento bibliográfico – concepções de ensino. Supervisora - Tatiana
5. Divisão em grupos para elaboração das questões que nortearão as discussões e apresentação de propostas das Unidades Escolares, para contribuição na construção do plano de formação.
6. Apresentação das questões pelos grupos, conclusão e envio as U Es.
7. Avisos finais e encaminhamentos para a próxima reunião.

## 3ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 29 DE JUNHO DE 2017**

*“Na colaboração, todos trabalham conjuntamente (co-laboram) e se apoiam mutuamente, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo do grupo. Na colaboração, as relações, portanto, tendem a ser não-hierárquicas, havendo liderança compartilhada e co-responsabilidade pela condução das ações.”*

Fiorentini (2004)

### **Objetivos:**

- Realizar estudos sobre as condições comuns para formação continuada.
- Elaborar questões, que estimule a participação e envolvimento dos professores e gestores das Unidades Escolares, nas discussões sobre Formação Continuada na Rede Municipal de Ensino.

### **Conteúdos:**

- Formação continuada, para quê?
- Questões norteadoras.

### **Desenvolvimento:**

1. Leitura do relatório da reunião anterior – supervisora Flávia;
2. Reflexão a partir da leitura do texto: Formação continuada, para quê? Meyri Venci Chieffi e Maria José Reginato /Cadernoscenpec/SãoPaulo/v.4/nº.2/p.174-195/dez 2014
3. Atividades em grupo: Elaboração de questões que serão dirigidas aos gestores e professores para discussão nas U.E., sobre formação continuada;
4. Definição das formas de encaminhamento as U.E, tipos de questões: aberta x fechada e prazo;
5. Encaminhamentos para a próxima reunião do dia 05 de julho (quarta-feira).

### **Bibliografia:**

- Formação continuada, para quê? Meyri Venci Chieffi e Maria José Reginato – Cadernoscenpec/São Paulo/v.4/nº.2/p.174-195/dez 2014.
- Formação continuada: Uma Contribuição para a Construção de Conhecimentos Necessários à Prática Docente – DAMASCENO, Kelly Kátia; MONTEIRO, Filomena M. de Arruda (PPGE/UFMT).

## **4ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**DATA: 05 DE JULHO DE 2017**

*“Reconhecemos que não é simples nem fácil abranger redes inteiras em formação, dadas as questões financeiras, operacionais e de escala, tampouco desenvolver modelos participativos.*

*Isso exige uma profunda crença nos valores democráticos e na emancipação humana, o que implica persistência, tempo e continuidade”.*

Meyri Venci Chieffi e Maria José Reginato

### **Objetivos:**

- Concluir o estudo do texto, elencando as condições comuns responsáveis pelo bom resultado da formação continuada.
- Elaborar pauta para reunião com Coordenadores Pedagógicos.
- Elaborar questões fechadas para página digital.
- Organizar as falas para reunião com diretores e coordenadores.

### **Contéudos:**

- Texto de estudo – Formação continuada, para quê?
- Construção de pauta, questões fechadas para pagina digital e organizar os assuntos para socialização na reunião do dia 6/7.

### **Desenvolvimento:**

1. Leitura do relatório da 3ª reunião.
2. Apresentação dos slides referentes as condições comuns responsáveis pelo bom resultado na formação continuada.
3. Conclusão do texto introdutório para as questões abertas.
4. Organização dos conteúdos que serão discutidos e encaminhados na reunião de coordenadores pedagógicos no dia 27 de julho no CIECC.
5. Levantamento de questões fechadas para a página digital.
6. Organizar a apresentação do trabalho da Câmara de Formação Pedagógica para os gestores no Centro Tecnológico.

## **5ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**DATA: 27 DE JULHO DE 2017**

**(MANHÃ)**

*“Não podemos nos limitar a entender a Formação Continuada de Professores como uma formação que se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas através de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas de re(construção) de uma identidade pessoal e profissional”.*

Nóvoa (1992)

### **Objetivos:**

- Elaborar as questões fechadas para publicação no Demanda Net.
- Planejar a pauta da reunião com todos os coordenadores pedagógicos.

### **Desenvolvimento:**

1. . Leitura de deleite: “O BOI ZEBU E AS FORMIGAS” –Feira de versos: poesia de cordel p.108/ coleção para gostar de ler – 1 ed – São Paulo: Ática, 2013 (Patativa do Assaré, do livro “Ispinho e Fulô) – Profª Débora.
2. Considerações iniciais sobre a posse da secretária de Educação Profª Sueli Petronilia Amâncio Costa e o andamento dos trabalhos.
3. Leitura do relatório da 4ª Reunião da Câmara de Formação Pedagógica realizada no dia 05 de julho de 2017 – Supervisora Flávia.
4. Levantamento e discussões de propostas de questões fechadas para a publicação no Demanda Net.
5. Organização de pauta da reunião com os Coordenadores Pedagógicos, com encaminhamentos de reunião junto ao corpo docente da Unidade Escolar.  
Retrospectiva das etapas vivenciadas pela Câmara de Formação Continuada:
6. Encerramento / Próxima reunião (interna) dia 03 de agosto de 2017.

## 6ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

DATA: 27 DE JULHO DE 2017

(TARDE)

*“Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes”.*

Paulo Freire

### **Objetivos:**

- Orientar os Coordenadores Pedagógicos no encaminhamento das questões relativas à formação continuada, para discussão nas Unidades Escolares, a fim de garantir a participação de toda a Rede Municipal de Educação.

### **Desenvolvimento:**

1. Abertura dos trabalhos – Prof. Márcio Alves.
2. Leitura de deleite: “O BOI ZEBU E AS FORMIGAS” – Feira de versos: poesia de cordel p. 108/ coleção para gostar de ler – 1ª ed – São Paulo: Ática, 2013 (Patativa do Assaré, do livro “Ispinho e Fulô) – Profª Débora – EM Yolanda Ferrari Vargas.
3. Apresentação e considerações da Secretária da Educação – Profª Sueli Petronilia Amâncio Costa.
4. Retrospectiva das etapas vivenciadas pela Câmara de Formação Continuada/ Breve percurso das formações oferecidas pela SME- Prof. Márcio Alves.
5. Base legal que fundamenta e garante a Formação Continuada –Coordenadora Pedagógica Vanessa Garcia Sanchez – E. M. Daisy Rollemberg Trefíglío.
6. Encaminhamento das questões individuais e coletivos para os gestores, professores e supervisores – Coordenadora Pedagógica Elizângela da Silva Acósta de Souza – E. M. Vera.
7. Sugestões/dúvidas e encerramento.

## **7ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**DATA: 03 DE AGOSTO DE 2017**

*“Aprenda a gostar, mas gostar mesmo, das coisas que deve fazer e das pessoas que o cercam. Em pouco tempo descobrirá que a vida é muito boa e que você é uma pessoa querida por todos”.*

Rubem Alves

### **Objetivos:**

- Avaliar o encontro com os Coordenadores e Supervisores da Rede.
- Elaborar as questões fechadas para disponibilizar na Demanda Net.
- Construir a matriz para consolidação do levantamento do perfil dos professores.

### **Desenvolvimento:**

1. Leitura compartilhada.
2. Leitura do relatório da 5ª reunião da Câmara de Formação Pedagógica.
3. Avaliação do encontro com os Coordenadores Pedagógicos e Supervisores do dia 27 de julho.
4. Propostas, análises e consolidação das questões fechadas para publicação na Demanda Net.
5. Análise da proposta de matriz para consolidação do trabalho realizado pelos coordenadores junto aos docentes.

## **8ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**DATA: 10 DE AGOSTO DE 2017**

*“Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.*

(Paulo Freire, 1991: 58)

### **Objetivos:**

- Socializar as propostas e concluir as questões fechadas que serão postadas na Demanda Net para participação de toda a Rede Municipal.
- Levantar formas de encaminhamentos dos consolidados enviados pelos Coordenadores Pedagógicos da questão aberta e do levantamento do perfil.

### **Desenvolvimento:**

1. Apresentação da Supervisora Juliana, nova integrante da Câmara, escolhida pelos pares, em substituição da Supervisora Tatiana que exonerou.
2. Leitura do relatório do 7º encontro realizado no dia 03 de agosto de 2017.
3. Documentário: Levanta o Braço – Episódio 1 – Educação.doc – CP Vanessa.
4. Retomada da discussão das propostas de construção das questões fechadas para encaminhamento à Rede pela Demanda Net.
5. Proposta de organização no encaminhamento dos consolidados enviados pelos Coordenadores Pedagógicos.

## **9ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**DATA: 17 DE AGOSTO DE 2017**

*“Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas”.*

NÓVOA, 1992.

### **Objetivos:**

- Analisar e fechar as questões que serão disponibilizadas no Demanda Net.
- Analisar e tabular os questionários enviados pelas escolas à Câmara de Formação Pedagógica.

### **Conteúdos:**

- Questões fechadas – pesquisa Demanda Net.
- Análise e tabulação dos questionários preenchidos pelas escolas sobre concepção de formação continuada e necessidades formativas.

### **Desenvolvimento:**

1. Leitura Inicial: “Extraordinário” – RJ Palacio – Coordenadora Pedagógica Joana.
2. Leitura do Relatório da 7ª Reunião da Câmara de Formação Pedagógica realizada no dia 10 de agosto de 2017 – Supervisora de Ensino Flávia.
3. Análise de questões fechadas que serão disponibilizadas no Demanda Net, em trios. Em seguida fechamento das ideias coletivamente.
4. Análise e tabulação dos questionários preenchidos pelas escolas sobre concepção de formação continuada e necessidades formativas.
5. Encerramento / Próxima reunião 24/08/2017.

## 10ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 24 DE AGOSTO DE 2017**

*“[...] Professorar não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimentos e habilidades técnico-mecânicas. Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca cotidianamente”.*

Pimenta, 1998, p.18

### **Objetivos:**

- Analisar e tabular os questionários enviados pelas escolas à Câmara de Formação Pedagógica.

### **Conteúdos:**

- Análise e tabulação dos questionários preenchidos pelas escolas sobre concepção de formação continuada e necessidades formativas.

### **Desenvolvimento:**

1. Leitura do Relatório da 8ª Reunião da Câmara de Formação Pedagógica realizada no dia 17 de agosto de 2017 – Supervisora de Ensino Flávia.
2. Análise e tabulação dos questionários preenchidos pelas escolas sobre concepção de formação continuada e necessidades formativas.
3. Encerramento.

## 11ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 06 DE SETEMBRO DE 2017**

*“Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem tratar sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível”.*

(FREIRE, 1996, P.58)

### **Objetivos:**

- Direcionar as próximas ações da Câmara de Formação Pedagógica.
- Analisar qualitativamente os questionários das escolas que possuem apenas Educação Infantil (Municipais e Conveniadas).

### **Conteúdos:**

- Plano de ação dos próximos passos.
- Análise qualitativa da pesquisa realizada.

### **Desenvolvimento:**

1. Leitura Inicial: “Da minha terra à Terra” – Sebastião Salgado – Trecho / Conclusão.
2. Leitura do Relatório da última Reunião da Câmara de Formação Pedagógica realizada no dia 24 de agosto de 2017.
3. Traçar coletivamente os próximos passos e encaminhamentos das ações da Câmara de Formação Pedagógica.
4. Análise da tabulação feita com as escolas de Educação Infantil (Municipais e Conveniadas).
5. Encerramento.

## 12ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

DATA: 28 DE SETEMBRO DE 2017

*“Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.*

Paulo Freire

### Objetivos:

- Partilhar os registros construídos pelos pequenos grupos sobre a análise do primeiro questionário aplicado na rede municipal de ensino de São José do Rio Preto e realizar os ajustes necessários.

### Conteúdos:

- Análise dos questionários preenchidos pelas escolas sobre concepção de formação continuada e necessidades formativas.
- Produção do documento da Câmara de Formação Pedagógica.

### Desenvolvimento:

1. Quadro das reuniões da Câmara de Formação Pedagógica – histórico do percurso:

REUNIÕES	TRABALHO DESENVOLVIDO
12/06 – Posse da Câmara e 1ª Reunião do grupo	Posse e constituição do grupo, objetivos da Câmara, estabelecimento de combinados, construção de cronograma de reuniões, levantamento de necessidades fundamentais – desempenho.
22/06 – 2ª Reunião do grupo	Percurso de formação continuada da SME (2000-2016), aspectos legais que fundamentam a formação continuada, levantamento bibliográfico dos perfis exigidos nos últimos concursos, elaboração de questões que nortearão as discussões e apresentação de propostas das Unidades Escolares.
29/06 – 3ª Reunião do grupo	Estudo de texto e discussão – “Formação continuada, para quê?”, elaboração de questões que serão dirigidas aos gestores e professores para discussão na U.E. sobre formação continuada e definição de formas de encaminhamento, proposituras para a próxima reunião do grupo.
05/07 – 4ª Reunião do grupo	Reflexão sobre as condições comuns responsáveis pelo bom resultado na formação continuada, conclusão do texto introdutório para o questionário a ser aplicado na rede, organização dos conteúdos a serem discutidos e encaminhados na reunião com coordenadores pedagógicos no dia 27/07/2017, possibilidade de questões fechadas para a página digital,

	organização da apresentação do trabalho da Câmara de Formação Pedagógica para os gestores no Parque Tecnológico.
27/07 (MANHÃ) – 5ª Reunião do grupo	Organização e planejamento da reunião a ser realizada com os coordenadores pedagógicos da rede municipal e conveniadas.
27/07 (TARDE) – 6ª Reunião (grupo com a rede municipal e conveniadas)	Reunião com os coordenadores pedagógicos da rede municipal e conveniadas para apresentação dos trabalhos realizados pela Câmara de Formação Pedagógica e realização de pesquisa com os profissionais (professores, gestores e supervisores): considerações iniciais da Secretária da Educação – Srª Sueli, leitura inicial, breve histórico da formação continuada na rede, aspectos legais que sustentam a formação continuada, encaminhamentos para aplicação de questionário – instrumento para diagnóstico da concepção/necessidades formativas e perfil dos educadores.
03/08 – 7ª Reunião do grupo	Avaliação do encontro com os coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino, propostas/análises e consolidação das questões fechadas para publicação no Demanda NET, análise de proposta de matriz para a consolidação dos questionários aplicados nas escolas.
10/08 – 8ª Reunião do grupo	Reflexões acerca do documentário “Levanta o braço” (Episódio 1 – Educação.doc), retomada da discussão das propostas e construção das questões fechadas para encaminhamento à rede pela Demanda NET, proposta de organização no encaminhamento dos consolidados enviados pelos coordenadores pedagógicos.
17/08 – 9ª Reunião do grupo	Análise de questões fechadas que serão disponibilizadas na Demanda Net e fechamento das ideias, análise de tabulação dos questionários preenchidos pelas escolas sobre concepção de formação continuada, perfil dos profissionais e necessidades formativas.
24/08 – 10ª Reunião do grupo	Análise e tabulação dos questionários preenchidos pelas escolas sobre concepção de formação continuada, perfil dos profissionais e necessidades formativas.
06/09 – 11ª Reunião do grupo	Fechamento da tabulação e organização em grupos para análise qualitativa dos dados e produção de registro escrito.
07/09 a 27/09 – Reuniões em pequenos grupos em dias diversos	Análise qualitativa dos dados e produção de registro escrito.
28/09 – 12ª Reunião do grupo	Partilha dos registros construídos pelos pequenos grupos sobre a análise do primeiro questionário aplicado na rede e realizar os ajustes necessários.

2. Partilha e análise dos registros construídos pelos grupos para ajustes e organização do documento da Câmara de Formação Pedagógica.

3. Elaboração coletiva dos próximos encaminhamentos para análise dos dados do questionário disponibilizado na Demanda NET.

4. Propostas para “finalização” dos trabalhos de construção de documento da Câmara de Formação Pedagógica.

## 13ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 04 DE OUTUBRO DE 2017**

*“O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apóia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos”.*

IMBERNÓN, 2010.

### **Objetivos:**

- Partilhar os registros construídos pelos pequenos grupos sobre a análise do primeiro questionário aplicado na rede municipal de ensino de São José do Rio Preto e realizar os ajustes necessários.

### **Conteúdos:**

- Análise dos questionários preenchidos pelas escolas sobre concepção de formação continuada e necessidades formativas.
- Produção do documento da Câmara de Formação Pedagógica.

### **Desenvolvimento:**

1. Partilha e análise dos registros construídos pelos grupos para ajustes e organização do documento da Câmara de Formação Pedagógica.

- ✓ Já foi realizada breve análise do texto introdutório, dos questionários dos professores da Educação Infantil (parte quantitativa) e dos professores do Ensino Fundamental.
- ✓ Falta analisar e ampliar: questionários da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, dos coordenadores pedagógicos / diretores / supervisores, breve histórico, concepção e Educação Especial.

2. Elaboração dos próximos encaminhamentos.

## 14ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

DATA: 19 DE OUTUBRO DE 2017

*“Trabalhar em equipe é unir várias formas de pensar para um só objetivo, [...] é assegurar que o esforço individual é direcionado para o triunfo do grupo”.*

<https://www.frasesparaface.com.br/frases-trabalho-equipe/>

### **Objetivos:**

- Realizar apontamentos no documento para encaminhamento da revisão final.

### **Conteúdos:**

- Revisão do documento produzido pela Câmara de Formação Pedagógica.

### **Desenvolvimento:**

1. Análise criteriosa com apontamentos por escrito no documento a ser entregue ao final do encontro aos responsáveis pela revisão final: Elizângela, Fátima, Flávia e Vanessa.

- ✓ Ler o texto já construído e fazer registro que considerar importante, compreendendo que toda alteração será realizada a partir da necessidade real, e passará pela revisão final de mais quatro integrantes do grupo.
- ✓ Dar sugestões para a conclusão: o que você acredita que deva constar nessa conclusão a respeito dos diferentes profissionais e modalidades de ensino com foco na formação continuada?

2. Elaboração dos próximos encaminhamentos.

\* Previsão de entrega do RELATÓRIO FINAL à Secretária Municipal de Educação: 09/11/2017.

### 8.3.) Relatórios das Reuniões

#### RELATÓRIO DA PRIMEIRA REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 12 DE JUNHO DE 2017**

**LOCAL: SALA 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

No dia 12 de junho de 2017, no auditório da SME, às 8h, com a presença do Prefeito Municipal, o Senhor Edinho Araújo, o Secretário Municipal da Educação-Interino, o Senhor Israel Cestari Junior, os membros que comporão a Câmara de Formação Pedagógica, composta de Supervisores, Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores, e demais servidores presentes, iniciou a reunião que dará posse aos membros da Câmara de Formação Pedagógica. Depois das palavras do Excelentíssimo Prefeito Municipal, e das explanações sobre os encaminhamentos que estão sendo realizados à frente da SME, o senhor Secretário Israel Cestari deu posse aos membros da Câmara de Formação Pedagógica, através da Portaria 62/2017 de 09/06/17, que terá **como objetivo promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino**, composta pelos seguintes membros: Presidente: Márcio Alves; Vice-Presidente: Sueli Petronília Amância Costa; Coordenadores Pedagógicos: Joana Inês Novaes, Vanessa Garcia Sanches, Elizângela da Sila Acosta de Souza, Osvaldo Luís Bauch e Gislaine Maria Severiano Vieira; Diretores: Érika Lima Viana Correa, Vanessa Cristina Pavezi e Rafael Martins Pinto; Professores: Gileusa Soares da Silva Carpanezi, Maria de Fátima Quitéria Soares Narciso e Débora Patrícia Silva Carvalho; Supervisores: Flávia Cristina Moreira Gatão Torres, Maria José Bacurau Figueiredo e Tatiana Pinheiro de Assis Pontes e como agente administrativo Elisa Furukawa Godoi.

Após a posse os membros se reuniram na sala 12 da pp. Secretaria. O presidente Márcio Alves fez a colocações iniciais, dizendo da importância e responsabilidade da Câmara ora empossada, do trabalho árduo que terá pela frente, mas que todos devem sentir-se fortalecidos com a unidade da equipe, a

experiência profissional, e o desejo que cada um teve em participar das Câmaras de estudos nos diferentes assuntos prioritários da rede municipal de ensino. Destacou, também, a epígrafe da pauta: “Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes” Paulo Freire. Em seguida cada membro se apresentou, relatando suas trajetórias profissionais e as expectativas em relação ao trabalho que será desenvolvido.

Foi esclarecido os critérios de composição da Câmara de formação. Primeiro olhou para o desejo de participação, conforme inscritos das unidades escolares, sendo 33 coordenadores pedagógicos, 31 diretores, 27 PEB I, 1 PEB II, 5 cargos em comissão e 19 supervisores, totalizando 116. Em segundo lugar preocupou-se com a representatividade de todas as modalidades e níveis de ensino, com representantes de creches, educação infantil, ensino fundamental I e II e EJA, sendo Supervisores, Coordenadores Pedagógicos, Diretores e Professores.

O debate girou em torno da construção das políticas de ensino, as dificuldades e desafios das escolas, desde o berçário, infantil, fundamental e EJA. É preciso que se crie uma base sólida que não dure apenas quatro anos, de uma ou duas legislaturas, e sim uma continuidade, ou seja, uma política duradoura. Também se discutiu sobre a importância da formação continuada em todas as áreas de ensino e com Supervisores, Diretores, Coordenadores, Professores e também com o Pessoal Administrativo.

O presidente explicou que, além desta Câmara de Formação Pedagógica, serão formadas outras duas, sendo a Câmara de Recursos Humanos que deverá discutir sobre a reformulação do módulo de pessoal, análise da logística de substituição docente e contratação/substituição dos demais profissionais e a Câmara Planejamento-Execução de serviços e aquisição de material com objetivo de olhar para o módulo de material pedagógico, limpeza e administrativo, prédios escolares, pequenos reparos, manutenção e reforma, execução de serviços terceirizados e material inservível. Todas estas questões foram levantadas nas reuniões anteriores realizadas com todos os gestores.

Conforme itens da pauta (anexo), os membros discutiram sobre os dias e horários para todas as reuniões que deverão acontecer até o dia 30 de agosto,

pois é o prazo estabelecido para a conclusão dos trabalhos, conforme parágrafo único do artigo 1º da Portaria SME nº 62. Assim ficou estabelecido:

<b>Meses</b>	<b>Dias/horários</b>		
<b>Junho</b>	<b>22</b> das 13h às 17h	<b>29</b> das 8h às 12h	
<b>Julho</b>	<b>05</b> das 13h às 17h	<b>27</b> das 8h às 12h e das 13h às 17h	
<b>Agosto</b>	<b>03</b> das 8h às 12h	<b>10</b> das 13h às 17h	<b>17</b> das 8h às 12h
	<b>24</b> das 13h às 17h	<b>30</b> das 8h às 12h	

Total de horas: 40 - Local: sala 12 na SME

Alguns combinados foram estabelecidos para o bom desempenho da câmara:

- Pontualidade, evitar faltas (com justificativa)
- Bom senso no uso do celular. (Vibra e urgência)
- Não perder o foco do objetivo, falas objetivas e claras, contribuindo para criar um ambiente colaborativo e de unidade.

Estabeleceu-se, também, grupos que se responsabilizarão pelo lanche:

Dia 22/06 – Érika, Sueli, Márcio e Elisa

Dia 29/06 – Zezé, Flávia e Tatiana

Dia 07/07 – Rafael, Vanessa Pavezi, Gileuza

Dia 27/07 –(manhã) Osvaldo, Joana, Vanessa Garcia,

Dia 03/08 - Débora, Elizângela, Gislaine.

Dia 10/08 – Érika, Sueli, Márcio e Elisa

Dia 17/08 - Zezé, Flávia e Tatiana

Dia 24/08- – Rafael, Vanessa Pavezi, Gileuza

Dia 30/08- Osvaldo, Joana, Vanessa Garcia

Alguns assuntos foram levantados para serem tratados na próxima reunião do dia 22/06:

- ✓ Histórico da formação continuada da SME –Coord. Márcio e Sueli
- ✓ Fundamentação legal que ampara a formação continuada (Coord. Pedagógica Vanessa)
- ✓ Linha teórica que embasa concepção de ensino – bibliografia – Supervisora Tatiana

- ✓ Questões para ser encaminhada as U E para discussões e levantamento de propostas de formação.

Foi criado um e-mail [equipesmeformacao@gmail.com](mailto:equipesmeformacao@gmail.com) para comunicação entre os membros da câmara, como também, um grupo de whatsapp. As listas de presença serão encaminhadas para cada membro para justificativa de ponto, bem como o relatório e pauta para contribuições que acharem necessárias.

Ao final, o presidente agradeceu a presença e contribuição de todos os presentes.

São José do Rio Preto, 12 de junho de 2017.

---

Márcio Alves  
Presidente

## **RELATÓRIO DA SEGUNDA REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**DATA: 22 DE JUNHO DE 2017**

**LOCAL: SALA 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

No dia 22 de junho de 2017, a Câmara de Formação Pedagógica, constituída pela Portaria 62/2017, de 09/06/17, com atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino, reuniu-se para dar início às primeiras ações de encaminhamentos dos trabalhos a ela designados.

A reunião, conforme pauta estabelecida e organizada previamente, iniciou-se com a leitura e reflexão da crônica de Mário Prata intitulada “Você é um envelhescente?”

Em seguida, o presidente da comissão Márcio Alves esclareceu o propósito da reunião e pediu para que dois membros, os quais não estavam presentes na primeira reunião, apresentassem-se para o grupo.

Foram retomados de forma sucinta alguns pontos discutidos e acordados no primeiro encontro e alguns minutos foram destinados para que os membros manifestassem dúvidas, opiniões e anseios.

Dentre diversos apontamentos, destacou-se a real necessidade de um trabalho de formação continuada, sobretudo para professores ingressantes, visto que, de modo geral, a formação inicial tem sido insuficiente para o desenvolvimento de um bom trabalho que garanta a qualidade do ensino. Também foi ressaltada a necessidade de se pensar um formato específico para a Formação de Professores de Educação Básica II e da importância da reflexão sobre a prática. Dando sequência ao descrito na pauta, a Coordenadora Sueli Petronília Amâncio Costa, por meio da utilização de apresentação de slides, traçou um breve histórico do percurso de Formação realizado pela Secretaria Municipal de Educação, desde 1998, ano em que ocorreu o processo de municipalização do ensino, até o ano de 2016.

Na sequência, a Coordenadora Pedagógica Vanessa Garcia Sanches explanou sobre a fundamentação legal que garante a Formação Continuada. Dentre os

principais documentos abordados, foram citados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, Parecer CNE/CEB nº 9/2012, que trata da implementação da lei 11.738, que institui o piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da Educação Básica, Documento Final CONAE/2014, Plano Nacional de Educação 2014, Plano Municipal de Educação 2015, Base Nacional Comum Curricular (texto de introdução), RCNI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil) 1998, Lei Municipal 138/2001 e 333/2011, além do FUNDEB que garante parte do orçamento para este fim.

A Supervisora de Ensino Tatiana Pinheiro de Assis fez uma breve análise das referências bibliográficas exigidas nos últimos dois concursos para ingressantes da Rede Municipal de Ensino (docentes e especialistas), a fim de que se identificasse um perfil profissional dos ingressantes. Destacou-se a necessidade de rever algumas indicações diante da ausência de temas e autores que privilegiem o caráter profissional e político dos docentes; faz-se necessário refletir sobre a função do professor como um profissional da educação que contribui para uma transformação qualitativa da sociedade.

Na última parte da reunião, os participantes dividiram-se em três grupos com intuito de formularem questões de consulta à Rede para que se possa identificar as reais necessidades e criar um canal de participação na construção coletiva e colaborativa de um desenho de formação a ser apresentado ao Secretário Municipal de Educação.

Todavia, diante do pouco tempo restante, não foi possível finalizar esta tarefa, ficando acordado que no próximo encontro, agendado para 29/06/2017 às 8h, a Câmara concluirá a elaboração de um questionário de consulta à rede e estabelecerá prazos para conclusão desta etapa.

Ainda foram feitas algumas sugestões como, por exemplo, a necessidade de se pensar em duas frentes de trabalho, uma para docentes e gestores iniciantes e outra para os mais experientes, verificar a possibilidade de se fazer um levantamento do perfil dos profissionais da rede e também se colocou a necessidade de convocação dos Coordenadores Pedagógicos para orientações antes da disponibilização do questionário de consulta às Unidades Escolares.

## **RELATÓRIO DA TERCEIRA REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**DATA: 29 DE JUNHO DE 2017**

**LOCAL: SALA 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

No dia 29 de junho de 2017, a Câmara de Formação Pedagógica, constituída pela Portaria 62/2017, de 09/06/17, com atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino, reuniu-se para dar prosseguimento aos trabalhos, conforme pré-estabelecido em encontro anterior.

A reunião, de acordo com pauta estabelecida e organizada previamente, iniciou-se com a fala da Presidente da Comissão Márcio Alves que saudou os membros, retomou os principais pontos discutidos no encontro da semana anterior, destacou mais vez quais são as atribuições da câmara, reiterou a importância de se pensar na rede em sua totalidade e não em necessidades individuais, e leu a seguinte citação com o intuito de destacar a importância do trabalho em equipe: “Na colaboração, todos trabalham conjuntamente (co-laboram) e se apoiam mutuamente, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo do grupo. Na colaboração, as relações, portanto, tendem a ser não-hierárquicas, havendo liderança compartilhada e co-responsabilidade pela condução das ações” Fiorentini (2004).

Na sequência a Supervisora de Ensino Flávia Cristina M. G. Torres fez a leitura do relatório da reunião do dia 22 de junho de 2017.

Em seguida, a Coordenadora Sueli explanou sobre a necessidade de os membros embasarem-se em preceitos teóricos sobre o tema tratado e propôs a leitura do texto “Formação continuada, para quê?”, das autoras Meyri Venci Chieffi e Maria José Reginato. O texto descreve quatro experiências de formação continuada de redes de ensino das quais as autoras participaram como formadoras. Dentre os pontos destacados que impulsionaram uma reflexão e discussão dos membros elencou-se: prioridade na política educacional, adesão dos professores, participação nas decisões, envolvimento de expressivo número de profissionais e de diferentes instâncias do sistema, mudança nas condições

de trabalho dos professores, formação contínua e sistêmica com, no mínimo, dois anos de duração, prática dos profissionais como conteúdos de formação, movimento metodológico, lócus da formação, acompanhamento pelo sistema e avaliação contínua.

Ao correlacionar os conteúdos textuais com a realidade do sistema municipal, muitas colocações foram feitas, tais como a presença de professores desmotivados com resultados negativos, grande parte de professores técnicos e pouco dialógicos, grande resistência em aceitar as mudanças trazidas pela tecnologia da informação, professores conteudistas com pouco conhecimento didático, dentre outras.

Márcio destacou a importância de se definir qual será a concepção a ser seguida na rede, apresentando duas grandes tendências, segundo Porto (2000 p.15): concepção estruturante de formação tradicional, comportamentalista tecnicista, que define previamente programa/procedimentos/cursos, a partir de uma lógica de racionalidade científica e técnica, aplicada aos diversos grupo de professores, e a concepção interativo-construtivista que se caracteriza como dialética, reflexiva, crítica, investigativa, organiza-se a partir dos contextos educativos e das necessidades dos sujeitos a que se destina.

Após um pequeno intervalo, o grupo construiu coletivamente questões a serem encaminhados para as unidades escolares com o intuito de provocar uma reflexão nas equipes e colher contribuições das mesmas. Elaborou-se uma questão coletiva e uma individual para docentes e especialistas bem como um questionário a ser respondido por todos para que se possa traçar o perfil dos profissionais da rede.

Acordou-se que os Coordenadores Pedagógicos das Unidades Escolares serão convocados para uma reunião que se dará no dia 27/07/2017 com a finalidade de orientar os trabalhos a serem desenvolvidos nas escolas, em local a ser definido.

## RELATÓRIO DA QUARTA REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 05 DE JULHO DE 2017**

**LOCAL: SALA 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

No dia 05 de julho de 2017, a Câmara de Formação Pedagógica, constituída pela Portaria 62/2017, de 09/06/17, com atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino, reuniu-se para dar prosseguimento aos trabalhos, conforme pré-estabelecido em encontro anterior.

A reunião, de acordo com pauta estabelecida e organizada previamente, iniciou-se com a leitura da seguinte epígrafe, que resumiu com propriedade as reflexões do grupo em relação ao trabalho a ser desenvolvido: “Reconhecemos que não é simples nem fácil abranger redes inteiras em formação, dadas as questões financeiras, operacionais e de escala, tampouco desenvolver modelos participativos. Isso exige uma profunda crença nos valores democráticos e na emancipação humana, o que implica persistência, tempo e continuidade” (Meyri Venci Chieffi e Maria José Reginato).

Em seguida, o Presidente da câmara Márcio Alves e a Vice-Presidente Sueli Petronília Amâncio Costa comentaram de modo sucinto o que foi exposto na reunião com o Sr. Prefeito Municipal Edinho Araújo realizada no dia anterior (04/07/2017), visto que alguns membros da câmara não puderam estar presentes. Destacou-se a garantia da continuidade do trabalho mesmo com a chegada de um outro secretário e a necessidade de que a construção de um novo desenho de formação seja feita de forma realmente participativa e colaborativa.

O grupo demonstrou certa preocupação em esclarecer que a formação continuada não se resume a palestras de teóricos renomados, mas que também implica ações que demandam acompanhamento, reflexão e continuidade.

Na sequência a Agente Administrativa Elisa Furukawa Godoi fez a leitura do relatório da reunião anterior, realizada em 29/06/2017.

Sueli retomou o texto parcialmente trabalhado no último encontro, elencou os principais pontos destacados e complementou aqueles que não haviam sido discutidos. Em suma, destacaram-se os seguintes apontamentos para que se obtenha bons resultados em um programa de formação continuada: prioridade na política educacional, adesão dos professores, participação nas decisões, envolvimento de expressivo número de profissionais e de diferentes instâncias do sistema, mudança nas condições de trabalho dos professores, formação contínua e sistêmica com, no mínimo, dois anos de duração, prática dos profissionais como conteúdos de formação, movimento metodológico, lócus da formação, acompanhamento pelo sistema e avaliação contínua.

Ao término desta etapa, o grupo refletiu sobre a citação que se segue: “Há necessidade de uma reestruturação moral e intelectual na educação, com o objetivo de tornar os professores protagonistas de sua formação, devolvendo-lhe a dignidade e o controle sobre seu processo de trabalho, aumentando o seu autoconceito e seu status trabalhista e social; reestruturação moral visando resgatar o compromisso dos professores com os alunos e com a sociedade; reestruturação intelectual visando à assunção de posturas críticas, para que se possa “recuperar o que uma vez se sonhou e não se alcançou e sonhar de novo” (IMBERNÓN). As discussões reforçaram a ideia de que não se pode desprezar o que foi construído sobre formação pela rede até aqui e que precisamos nos atentar aos ajustes necessários e aos anseios e necessidades da rede como um todo.

Em seguida, a Coordenadora Pedagógica Elizangela da Silva Acosta de Souza apresentou o texto por ela elaborado que deverá ser encaminhado às unidades escolares para início do diagnóstico das concepções e necessidades da rede. Por meio de leitura compartilhada, o grupo fez algumas sugestões que resultaram em pequenas alterações.

Após pequena pausa para um café, retomou-se a reunião com a elaboração coletiva e colaborativa de uma pauta a ser seguida na reunião que haverá com a presença dos Coordenadores Pedagógicos da rede no dia 27/07/2017. Decidiu-se que a pauta será organizada da seguinte forma: 1.) Leitura introdutória, 2.) Retomada das ações realizadas até o momento, 3.) Breve exposição da fundamentação legal que garante a formação continuada, 4.) Breve exposição do percurso de formação realizada pela rede municipal de 2000

a 2016 e 5.) Sugestão de um roteiro de aplicação dos questionários junto à equipe pedagógica das unidades escolares.

Esteve presente na sala de reunião Marcelo Bazan (Assistente Técnico) para apresentar a opção criada no sistema demanda net para compartilhamento de ações desenvolvidas pelo grupo de trabalho e também viabilizar a participação de toda a rede municipal, seja por meio de questionários dirigidos ou de sugestões em fóruns. Já estão disponíveis no portal as pautas das reuniões, relatórios, referências bibliográficas, fundamentação legal e teórica.

Também se determinaram os conteúdos que comporiam a participação da Câmara de Formação Pedagógica em reunião que se daria no dia seguinte (06/07/2017) no Parque Tecnológico, com a presença de todos os gestores da rede, na qual também seriam apresentadas mais duas câmaras de trabalho: Recursos Humanos e Execução de Serviços e Aquisição de Material.

Por fim, iniciou-se um trabalho de elaboração de um questionário que será disponibilizado em um segundo momento no sistema demanda net, não sendo possível o término desta atividade que se concluirá na próxima reunião.

## RELATÓRIO DA QUINTA REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 27 DE JULHO DE 2017 (MANHÃ)**

**LOCAL: SALA 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

No dia 05 de julho de 2017, às 8h, a Câmara de Formação Pedagógica, constituída pela Portaria 62/2017, de 09/06/17, com atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino, reuniu-se para dar prosseguimento aos trabalhos, conforme pré-estabelecido em encontro anterior.

A reunião, de acordo com pauta estabelecida e organizada previamente, iniciou-se com a colocação da necessidade de recomposição da Câmara, uma vez que a vice-presidente Sueli Petronília Amâncio Costa foi nomeada Secretária Municipal de Educação e a Supervisora Tatiana Pinheiro de Assis Pontes exonerou o cargo nesta rede de ensino. Em comum acordo, decidiu-se que a Coordenadora Pedagógica Elizangela da Silva Acosta de Souza assumirá a vice-presidência da Câmara. Já quanto ao supervisor que substituirá Tatiana, o Presidente Márcio disse que fará um estudo junto à equipe pedagógica para posterior decisão.

Em seguida, a Supervisora Flávia Cristina Moreira Gatão Torres fez a leitura do relatório da reunião anterior.

O encontro teve como foco principal a organização da reunião que se daria em mesma data com os Coordenadores Pedagógicos às 14h no CIECC. Diante disso, a Professora Débora Patrícia Silvia Carvalho apresentou aos membros a leitura que faria no início da reunião vespertina, o poema “O boi Zebu e as formigas”, e breves considerações sobre seu autor Patativa do Assaré.

A Coordenadora Pedagógica Vanessa Garcia Sanches mostrou os slides de sua apresentação, que visa apresentar a todos o embasamento legal que garante a formação continuada, destacando-a como um direito dos profissionais da Educação e fruto de lutas e conquistas de nossa rede que se constitui uma das poucas no país que remunera os docentes para tal fim.

Houve uma pequena pausa para um café.

Na sequência, a Coordenadora Pedagógica Elizangela da Silva Acosta de Souza exibiu os slides que apresentaria no período da tarde, com o intuito de orientar os coordenadores da rede sobre a aplicação dos questionários enviados às unidades escolares, cujo objetivo é reunir informações que subsidiem os estudos para elaboração das diretrizes de formação pedagógica por meio da colaboração e participação de toda a rede.

Levantou-se a necessidade de padronizar a tabulação dos dados que serão levantados por meio dos questionários e alguns membros comprometeram-se a fazer um esboço para apresentação em próxima reunião. Findada a organização de pauta da reunião com os Coordenadores Pedagógicos, deu-se início a elaboração de questões fechadas para publicação na demanda net, como nova fonte de consulta de dados referentes a um novo formato.

O término desta última tarefa se dará em próxima reunião, com data agendada para 03 de agosto.

## **RELATÓRIO DA SEXTA REUNIÃO DA** **CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**DATA: 27 DE JULHO DE 2017 (TARDE)**

**LOCAL: CIECC**

A 6ª Reunião aconteceu no CIECC com os Coordenadores Pedagógicos da Rede. Não foi realizado registro desse encontro, porém houve uma avaliação através de diálogo entre os componentes da Câmara de Formação Pedagógica.

## RELATÓRIO DA SÉTIMA REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 03 DE AGOSTO DE 2017**

**LOCAL: SALA 11 – SME**

No dia 03 de agosto de 2017, às 8h, a Câmara de Formação Pedagógica, constituída pela Portaria 62/2017, de 09/06/17, com atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino, reuniu-se para dar prosseguimento aos trabalhos, conforme pré-estabelecido em encontro anterior.

A reunião, de acordo com pauta estabelecida e organizada previamente, iniciou-se com a leitura, feita pelo Presidente da Câmara Márcio Alves, da seguinte epígrafe: “aprenda a gostar, mas gostar mesmo, das coisas que deve fazer e das pessoas que o cercam. Em pouco tempo descobrirá que a vida é muito boa e que você é uma pessoa querida por todos” (Rubem Alves). Em seguida, leu-se também o texto intitulado “Viva a vida agora” (Papa Francisco) sobre os quais foram feitas algumas colocações e reflexões provocadas pelos mesmos.

A Professora Gileusa Soares da Silva Carpanezi fez a leitura do relatório da reunião anterior. Em seguida, fez-se uma avaliação sobre as impressões dos membros em relação à reunião que se deu com os Coordenadores Pedagógicos da rede municipal no último dia 27. De forma geral, entendeu-se que a repercussão foi positiva. Diretores, Coordenadores e Professores, membros da câmara, que já iniciaram a discussão para preenchimento dos questionários enviados às U.E.s, relataram como ocorreu o desenvolvimento do trabalho em suas unidades.

Márcio também fez um breve relato ao grupo sobre a reunião ocorrida em 02/08/2017, na qual estiveram presentes os gestores das escolas conveniadas e alguns diretores e coordenadores pedagógicos que não puderam comparecer ao CIECC no dia 27/07/2017. Sobre o assunto, destacou-se a necessidade de se oferecer formação continuada também para as escolas conveniadas, a fim de realmente as integrar ao trabalho desenvolvido pela Rede Municipal, garantindo a qualidade do ensino.

Ainda foram levantadas algumas considerações sobre as próximas ações do grupo, bem como a necessidade de garantia de que o futuro projeto de formação tenha continuidade e de que a Câmara seja permanente com a função de acompanhamento e avaliação.

Após pequena pausa para um café, a Supervisora Flávia Cristina M. G. Torres apresentou um modelo de tabulação a ser enviado às U.E.s para preenchimento dos dados obtidos via questionários. Após sugestões de adequações, a mesma comprometeu-se a fazer os ajustes necessários e socializar com o grupo até o dia seguinte. Foi acordado que, caso alguém sugira qualquer modificação, esta deverá ser encaminhada até dia 07/08/2017 às 12h, para que então o formulário definitivo seja encaminhado às escolas.

Em seguida, deu-se início a elaboração de um questionário com questões objetivas que deverá ser disponibilizado no portal demanda net. Cinco questões gerais foram formuladas e o grupo entendeu a necessidade de se elaborar questionários parcialmente distintos para professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e do Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano). Os membros comprometeram-se a elaborar outras questões até o dia 09/08 e enviar para a Coordenadora Pedagógica Elizângela da Silva Costa de Souza que organizará as contribuições em um único documento a ser discutido na próxima reunião que se dará em 10/08/2017 às 13:30h.

## RELATÓRIO DA OITAVA REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 10 DE AGOSTO DE 2017**

**LOCAL: SALA 11 – SME**

No dia 10 de agosto de 2017, às 13h30min, a Câmara de Formação Pedagógica, constituída pela Portaria 62/2017, de 09/06/17, com atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino, reuniu-se para dar prosseguimento aos trabalhos, conforme pré-estabelecido em encontro anterior.

A reunião, de acordo com pauta estabelecida e organizada previamente, iniciou-se com a leitura, feita pelo Presidente da Câmara Márcio Alves, da seguinte epígrafe: “Ninguém nasce educador ou marcado para educador. A gente se faz educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática” (Paulo Freire). Após reflexões do grupo, a Supervisora Juliana Vargas Passarini foi apresentada aos membros como integrante do grupo.

Após a leitura do relatório da reunião anterior, feita pela supervisora Flávia Cristina Moreira Gatão Torres, foi exibido o vídeo do primeiro episódio da série de documentários EDUCAÇÃO.DOC, dos cineastas Luiz Bolognesi e Laís Bodanzky, sugerido pela Coordenadora Vanessa Garcia Sanches. Participaram do primeiro episódio a Escola Municipal de Caimbongo (Ibitiara) e Escola Estadual Professora Ivani Oliveira (Seabra). Realizado na Chapada Diamantina, a região localizada no interior da Bahia chamou a atenção dos especialistas pela surpreendente qualidade do ensino em 20 municípios da região. Lá, a educação vem melhorando ano a ano e a explicação para o bom desempenho dos alunos é muito especial: os profissionais conseguiram que as mudanças na política não interrompessem os projetos na educação.

O vídeo provocou diversas reflexões no grupo que levantou a necessidade de conscientizar a rede da importância da continuidade das políticas públicas, entre elas projetos de formação continuada, nas trocas de governo.

Após pausa para o café, deu-se início a retomada da elaboração das questões objetivas que deverão ser disponibilizadas no portal demanda net. A

Coordenadora Pedagógica Elizângela da Silva ACosta de Souza exibiu as sugestões recebidas e por ela organizadas. Todavia, o grupo não conseguiu concluir a atividade, ficando decidido que a mesma encaminharia a todos os membros, via e-mail, as questões de docentes e especialistas para análise e sugestões para que se possa finalizar esta etapa dos trabalhos na próxima reunião. Também ficou acordado que no próximo encontro, o grupo se dividirá em um primeiro momento para tabulação e análise dos questionários enviados às unidades escolares e, em seguida se reunirá para socialização das informações.

## RELATÓRIO DA NONA REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 17 DE AGOSTO DE 2017**

**LOCAL: SALA 11 – SME**

No dia 17 de agosto de 2017, às 8h, a Câmara de Formação Pedagógica, constituída pela Portaria 62/2017, de 09/06/17, com atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino, reuniu-se para dar prosseguimento aos trabalhos, conforme pré-estabelecido em encontro anterior.

A reunião, de acordo com pauta estabelecida e organizada previamente, iniciou-se com a leitura, feita pela vice-presidente da Câmara Elizângela da Silva Costa de Souza, da seguinte epígrafe: “Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas.” (Novoa, 1992).

Após a leitura do relatório da reunião anterior, feita pela supervisora Flávia Cristina Moreira Gatão Torres, a Gerente de Educação Infantil Joana Inês Novaes, apresentou ao grupo o livro Extraordinário, de R. J. Palacio, o qual relata a história de August Pullman, um garoto que nasceu com uma síndrome genética cuja sequela é uma severa deformidade facial. Em um manifesto em favor da gentileza, ele enfrenta uma missão nada fácil quando começa a frequentar a escola pela primeira vez: convencer os colegas de que, apesar da aparência incomum, ele é um menino igual a todos os outros. Foram lidos dois trechos da obra que aborda questões e temas como bullying escolar, amor, família, amizade, preconceito, superação e é recomendado para todas as idades.

Em seguida, os membros se agruparam em trios para revisão final das questões objetivas que deverão ser disponibilizadas aos docentes e especialistas da rede na portal demanda net. Após alguns minutos de análise, fez-se a leitura coletiva e deu-se a redação final.

Houve uma pequena pausa para um café e, na sequência, os membros novamente subdividiram-se para dar início à tabulação dos dados enviados pelas unidades escolares. Diante do avanço do horário, a conclusão desta etapa do trabalho se dará em próxima reunião.

## RELATÓRIO DA DÉCIMA REUNIÃO DA CÂMARA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

**DATA: 24 DE AGOSTO DE 2017**

**LOCAL: SALA 11 – SME**

No dia 24 de agosto de 2017, às 13h30min, a Câmara de Formação Pedagógica, constituída pela Portaria 62/2017, de 09/06/17, com atribuições de promover estudos para a elaboração e estabelecimento das diretrizes de formação pedagógica da rede municipal de ensino, reuniu-se para dar prosseguimento aos trabalhos, conforme pré-estabelecido em encontro anterior.

A reunião teve como objetivo concluir a análise e tabulação dos questionários enviados às unidades escolares.

Inicialmente foi feita a leitura do relatório da reunião anterior e, na sequência deu-se início aos trabalhos de análise e tabulação.

Os membros dividiram-se em pequenos grupos para a conclusão da atividade. Registramos que o Presidente da Câmara, Márcio Alves, a Vice-Presidente Elizangela da Silva Costa de Souza, a Gerente de Educação Infantil Joana Inês Novaes e a Assistente Técnica Vanessa Cristina Pavezzi estiveram presentes apenas no início da reunião, uma vez que estavam presidindo outra reunião que se realizou no Complexo Swift de Educação e Cultura com os coordenadores de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino.